

Adaptações de Crianças e Jovens à COVID-19 no Brasil:

Repercussões para Educação, Alimentação e Lazer



Editores: Luciana Maciel Bizzotto, Leandro Luiz Giatti,
Leonardo Musumeci, Yorman Paredes e Lauren Andres



USP

Adaptações de Crianças e Jovens à COVID-19 no Brasil:

Repercussões para Educação, Alimentação e Lazer

DOI 10.11606/9786588304259

**Editores: Luciana Maciel Bizzotto, Leandro Luiz Giatti,
Leonardo Musumeci, Yorman Paredes e Lauren Andres**

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
São Paulo
2025**





"Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada." Os autores são exclusivamente responsáveis pelas ideias, conceitos, citações e imagens apresentadas neste livro.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA (FSP)

Diretor: José Leopoldo Ferreira Antunes

Vice-Diretora: Patrícia Constante Jaime

CONSELHO EDITORIAL

Angela Maria Belloni Cuenca (Presidente)

Aline Rissatto Teixeira

Alisson Diego Machado

Carinne Magnago

Denise Pimentel Bergamaschi

Fabiola Zioni

Gizelson Pereira Alencar

José Luis Negrão Mucci

Maria Cristina da Costa Marques

Maria do Carmo Avamilano Alvarez

Maria Tereza Pepe Razzolini

APOIO TÉCNICO

Equipe da Biblioteca da FSP/USP

Av. Dr. Arnaldo, 715

01246-904 – Cerqueira César – São Paulo – SP

<http://www.biblioteca.fsp.usp.br>

markt@fsp.usp.br

EDITORES

Luciana Maciel Bizzotto

Leandro Luiz Giatti

Leonardo Musumeci

Yorman Paredes

Lauren Andres

AUTORES

Luciana Maciel Bizzotto

Leandro Luiz Giatti

Leonardo Musumeci

Yorman Paredes

Lauren Andres

Ingrid Batista Vieira

Laura de Seixas Benini

Bruno de Holanda Felipe

PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO

PPG em Saúde Pública e PPG em Ambiente,
Saúde e Sustentabilidade

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edu Ambiental Serviços

Soraia Fernandes

FOTOS DA CAPA

Fotografia de Leonardo Musumeci e
desenhos dos participantes da pesquisa

Catálogo na Publicação

Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública

Adaptações de crianças e jovens à COVID-19 no Brasil: repercussões para
educação, alimentação e lazer [recurso eletrônico] / Editores Luciana
Maciel Bizzotto... [et al.]. -- São Paulo : Faculdade de Saúde Pública da USP,
2025.

114 p. : il. color. PDF

ISBN 978-65-88304-25-9 (eletrônico)

DOI 10.11606/9786588304259

1. COVID-19. 2. Pandemias. 3. Criança. 4. Adolescente. 5. Promoção da
Saúde. I. Bizzotto, Luciana Maciel (Ed.). II. Giatti, Leandro Luiz (Ed.). III.
Musumeci, Leonardo (Ed.). IV. Paredes, Yorman (Ed.). V. Andres, Lauren (Ed.).

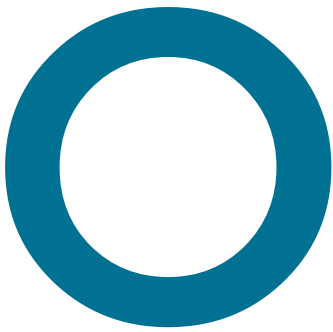
CDD 613.043

Sumário

Apresentação	6
Introdução.....	8
1. As respostas do governo federal à Covid-19 e seu impacto nas realidades locais: desafios e estratégias de enfrentamento às desigualdades socioeconômicas	13
<i>1.1. Ações de enfrentamento no nível local.....</i>	<i>16</i>
<i>1.2. Formação de redes de solidariedade, cuidado e proteção</i>	<i>24</i>
2. O impacto da Covid-19 no acesso à educação de crianças e jovens em territórios vulneráveis e adaptações relacionadas.....	33
<i>2.1. A educação como dimensão mais afetada.....</i>	<i>33</i>
<i>2.2. Estratégias de adaptação diante da interrupção do ensino presencial.....</i>	<i>35</i>
<i>2.2.1. Adoção do ensino remoto.....</i>	<i>35</i>
<i>2.2.2. Retorno ao ensino presencial.....</i>	<i>44</i>
<i>2.3. O papel comunitário das Escolas</i>	<i>50</i>
<i>2.4. Outras reflexões sobre a educação.....</i>	<i>55</i>
3. O impacto da Covid-19 no acesso à alimentação de crianças e jovens em territórios vulneráveis e adaptações relacionadas	58
<i>3.1. O retorno do Brasil ao mapa da fome.....</i>	<i>58</i>
<i>3.2. Redes de solidariedade no enfrentamento à fome.....</i>	<i>60</i>
<i>3.3. Iniciativas do poder público</i>	<i>69</i>
4. O impacto da Covid-19 no acesso ao brincar e ao lazer de crianças e jovens em territórios vulneráveis e adaptações relacionadas	73

4.1. A ausência do brincar e do lazer na agenda de políticas públicas.....	73
4.2. Adaptação durante a pandemia e estratégias de transgressão	77
4.3. Impactos da pandemia na percepção da saúde mental de crianças e jovens.....	86
5. Protagonismo de crianças e jovens no contexto de crise	90
5.1. Diálogos com os jovens participantes da pesquisa.....	92
5.1.1. Entre máscaras, capacidades e reflexões: relato de experiência.....	99
5.2. Diálogos intergeracionais entre jovens e organizações participantes da pesquisa.....	101
Considerações finais	104
Referências	108
Sobre os Autores.....	113

Apresentação



projeto PANEX-Youth nasceu do reconhecimento de que crianças e jovens foram amplamente negligenciados nas decisões políticas durante a pandemia, apesar de enfrentarem inúmeras consequências que se acumulam ao longo do tempo. Embora tenham sido excluídos dos processos decisórios sobre o enfrentamento da crise pelas principais autoridades, vivenciaram a pandemia de forma intensa, com protagonismos significativos, reflexões profundas e experiências transformadoras, especialmente no nível local.

Este livro apresenta dados inéditos de uma pesquisa interdisciplinar e participativa, constituindo um registro histórico dos desafios enfrentados por jovens durante a maior crise sanitária dos últimos cem anos. Tais dados foram coletados por meio de encontros reflexivos com jovens e representantes de organizações públicas e da sociedade civil envolvidas nas políticas para a infância e juventude. Mais do que documentar perdas e impactos, a obra provoca uma reflexão sobre os danos sistêmicos causados a essa população em contextos de crise emergente, como a Covid-19. Ao mesmo tempo, destaca a força e a resiliência juvenil, evidenciando seu potencial inovador e sua capacidade de ação frente a adversidades.

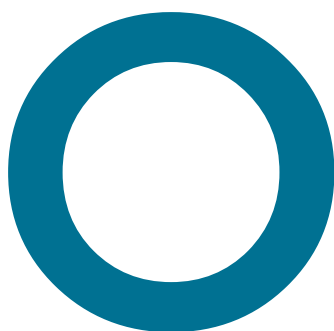
Ao questionar a posição geracional de crianças e jovens que vivem em territórios periféricos desprotegidos, buscou-se amplificar as vozes de uma população invisibilizada não apenas pelo adultocentrismo, mas também pelas desigualdades sociais que moldam e aprofundam as diferenças em contextos de crise. Por meio de relatos de experiências no nível local, o livro desafia visões essencializadas sobre os sujeitos, destacando a pluralidade de suas trajetórias e percepções, e reafirmando a participação social como uma estratégia fundamental de adaptação e enfrentamento diante dos desafios do mundo contemporâneo.

Nesses tempos em que testemunhamos múltiplas e ameaçadoras crises emergindo em sincronia, argumentamos que as situações e experiências apresentadas neste livro podem contribuir para ações políticas mais diversificadas, adaptativas e inclusivas, especialmente em consideração ao potencial da agência jovem. Este livro é, portanto, dedicado a todas as crianças e jovens que participaram da pesquisa e se estende a todos os demais jovens brasileiros que enfrentam as consequências desse contexto crítico.

Também expressamos nossa gratidão aos apoiadores do projeto PANEX-Youth, financiado pelo T-AP Recovery, Renewal and Resilience Programme, com recursos da FAPESP (2021/07399-2 e 2022/07771-1), do CNPq (314947/2021-3), do UK Economic and Social Research Council (ES/X000761/1) e da National Research Foundation of South Africa (149083).

Luciana, Leandro, Leonardo, Yorman e Lauren.

Introdução



PANEX-Youth é um projeto de pesquisa internacional, realizado entre 2022-2024, cujos principais objetivos são entender como os jovens se adaptaram durante a pandemia de Covid-19 e avaliar o impacto mais amplo desses processos de adaptação na África do Sul, no Brasil e no Reino Unido (Inglaterra). O projeto é financiado conjuntamente pelo ESRC, NRF e FAPESP, reunindo pesquisadores de cinco universidades:

University College London (UCL) e University of Birmingham, no Reino Unido; University of the Free State (UFS) e University of Fort Hare, na África do Sul; e a Universidade de São Paulo (USP), no Brasil.

Para isso, adotamos uma abordagemnexo, focando nas interconexões entre três elementos-chave da vida cotidiana de crianças e jovens que foram impactados pela pandemia: alimentação, educação e brincar/lazer. Esses elementos foram analisados dentro de um entendimento mais amplo dos contextos (locais) e domésticos/pessoais (composição familiar e vida pessoal) das crianças e jovens.

Os resultados da pesquisa visam apoiar a recuperação global e a resiliência de longo prazo das sociedades em um mundo pós-pandemia. Para alcançar isso, utilizamos uma metodologia de pesquisa-ação para cocriar conhecimento com os jovens e as comunidades em que vivem, junto com órgãos públicos, movimentos sociais, organizações não governamentais e sem fins lucrativos que se concentram nesse grupo etário. Os resultados desta fase posterior da pesquisa serão publicados em um relatório subsequente. As etapas da pesquisa foram:

Etapa 1: Exercício de Mapeamento Global

Objetivo: Mapear e desenvolver tipologias do impacto da pandemia considerando o nexo alimentação/educação/brincar-lazer, com foco nas vulnerabilidades dos jovens globalmente.

Etapa 2: Mapeamentos Nacionais e Regionais

Objetivo: Situar e decifrar, em cada um dos três países e regiões (West Midlands/Birmingham, Reino Unido; Central RSA/Mangaung e Moqhaka, África do Sul; e Cidade de São Paulo/Paraisópolis e Heliópolis, Brasil), quais foram as principais repercussões das políticas relacionadas à pandemia no nexo alimentação, educação e brincar/lazer enfrentados pelos jovens durante e após a Covid-19, quais políticas/programas/iniciativas foram desenvolvidas e o papel da escala local nesse processo.

Etapa 3: Aprofundamento nas adaptações locais dos jovens em comunidades vulneráveis

Objetivo: Realizar uma análise detalhada em cada uma das regiões de estudo indicadas acima, com foco nas estratégias incrementais e inovadoras e o impacto dessas adaptações na sobrevivência e recuperação cotidiana.

Etapa 4: Codesenho de soluções multiescalares para promover a recuperação e a resiliência dos jovens

Objetivo: Cocriar com a comunidade de jovens e organizações soluções que ajudem jovens em territórios vulneráveis a se recuperar e se preparar para a eventualidade de futuras grandes crises de saúde e socioeconômicas, alinhadas ao nexo alimentação, educação e brincar/lazer.

Este livro apresenta e resume os principais resultados da pesquisa com um foco no Brasil: o exercício de mapeamento global e nacional e as entrevistas com organizações e profissionais chave.

O exercício de mapeamento foi conduzido exclusivamente por meio de pesquisa documental. A metodologia utilizada para realizar essa avaliação envolveu a busca e análise de documentos publicamente disponíveis entre junho de 2022 e abril de 2023. Os documentos foram obtidos de várias fontes: sites do governo do Reino Unido (por exemplo, Department for Digital, Culture, Media & Sport (DCMS), Department for Education (DfE), Department of Health and Social Care (DHSC)) sites do Parlamento do Reino Unido, site do Tesouro HM, publicações monetárias do Banco da Inglaterra, República da África do Sul; relatórios produzidos por sites do governo brasileiro (Departamento de Educação Básica, Departamento de Saúde, Departamento de Educação Superior e Formação, A Presidência), site do Instituto de Estatísticas da África do Sul, institutos nacionais de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Fundação João Pinheiro (FJP), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ),

o Conselho Nacional de Juventude, o Instituto de Doenças Transmissíveis da África do Sul e o Diário Oficial do Governo da África do Sul.

Além disso, foram consultados artigos acadêmicos, comunicados de imprensa, relatórios multinacionais de INGOs (por exemplo, ONU, UNESCO, UN Habitat, UNICEF, WFP, UNDP), IGOs (FMI, OCDE, Banco Mundial, OCDE), grupos consultivos internacionais (por exemplo, KPMG), Think Tanks (por exemplo, Brookings Institution) e relatórios de fundações filantrópicas e sem fins lucrativos (por exemplo, Catholic Relief Services, Carnegie UK Trust, Child Poverty Action Group, The Edge Foundation, Sutton Trust, Plan International), ONGs (por exemplo, Youth Employment UK) e redes colaborativas – Centro de Informação da Rede Brasileira (NIC.br) e Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), Rede Brasileira de Pesquisa sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutrição (Rede PENSSAN), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030. Esses documentos foram consultados diversas vezes durante o estudo.

Após a revisão acima, a equipe conduziu a próxima fase de coleta de dados, com o objetivo de situar e identificar mais detalhadamente quais foram os principais consequências das políticas relacionadas à pandemia no nexos alimentação, educação e brincadeiras/lazer enfrentados pelos jovens durante e após a Covid-19, no Brasil. Um foco foi dado às periferias da cidade de São Paulo devido ao contexto urbano complexo desta megacidade: com mais de 12 milhões de habitantes, elas concentram o maior número de mortes brasileiras por Covid-19, e apresentavam múltiplas realidades de desproteção. Neste livro, nossa análise se concentrará em territórios que, assim como boa parte das periferias de São Paulo e do Brasil, são marcados por uma concentração de população de baixa renda e racializada que, espoliada dos centros urbanos pelos elevados valores imobiliários, ocupa áreas de precária infraestrutura e baixa cobertura de serviços públicos. A escolha dessas comunidades foi baseada no seu engajamento singular em iniciativas comunitárias e protagonismo juvenil, bem como na diversidade territorial das respostas locais à Covid-19, vinculadas a diversos fatores como mobilização social e princípios organizacionais.

As entrevistas buscaram examinar quais políticas/programas/iniciativas foram desenvolvidos e como as especificidades locais influenciaram (incluindo a vida doméstica/contextos familiares). O objetivo das 32 entrevistas foi duplo: entender a resposta de cada organização no apoio aos jovens durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19 e em seus anos posteriores para, a partir da visão das organizações, identificar as adaptações e táticas usadas pelos jovens para lidar com os desafios impostos pela Covid-19 e seus desdobramentos. Para isso, identificamos representantes de uma variedade de organizações que desempenharam um papel chave no apoio aos jovens e/ou na avaliação dos impactos da pandemia sobre eles. Isso incluiu representantes de diferentes tipos de organizações: organizações sem fins lucrativos (9), organizações

comunitárias (5), movimentos sociais (5), organizações de defesa (3) e serviços públicos (10). Todas as entrevistas foram gravadas e nossa pesquisa seguiu integralmente as diretrizes éticas da USP (proc. n. 61337722.1.0000.5421). As entrevistas foram transcritas, codificadas e analisadas, com 113 temas principais extraídos. A Figura 1 apresenta um mapa com a localização das organizações na cidade de São Paulo e a Tabela 1 descreve a tipologia das organizações.

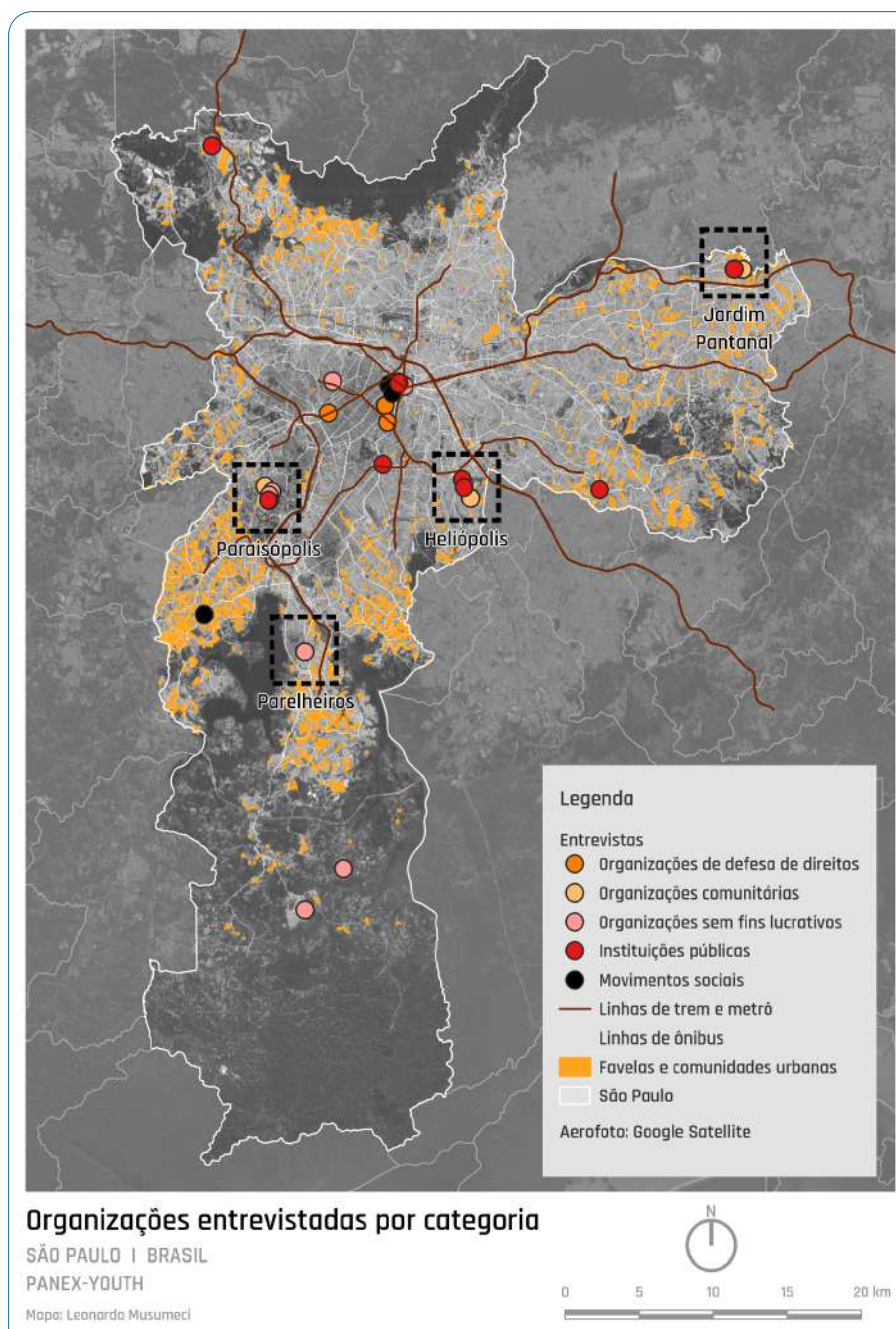


Figura 1 – Mapa com a localização das organizações entrevistadas em São Paulo (SP)

Fonte: Adaptação de dados disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo, Google Earth e do acervo de pesquisa.

Tabela 1 – Tipologia das organizações entrevistadas em São Paulo (SP)

Território	Nome da organização	Tipo de organização
Complexo de Paraisópolis	Associação de Mulheres e União de Moradores de Paraisópolis	Organização de base comunitária
	Geração Portela	ONG (Cultura)
	Instituto Fazendinho	Organização de base comunitária
	Instituto Unidos de Paraisópolis	ONG (Cultura)
	Pró Saber	ONG (Educação)
	UBS Paraisópolis	Serviço público (Saúde)
Parelheiros	Centro de Excelência em Primeira Infância (CEPI)	ONGS (Saúde e Proteção Social)
	Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)	ONG (Cultura e Proteção Social)
	Instituto Brasileiro Estudos Apoio Comunitário (IBEAC)	ONG (Cultura e Proteção Social)
	Nossa Fazenda	ONG (Saúde e Cultura)
Heliópolis	Centro da Criança e do Adolescente (CCA)	Serviço Público (Proteção Social)
	De Olho Na Quebrada	Organização de base comunitária
	Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	Serviço público (Educação)
	Fala Jovem	Organização de base comunitária
	UNAS Heliópolis	Organização de base comunitária
Jardim Pantanal	Associação de Moradores do Jardim Pantanal (AMOJAP)	Organização de base comunitária
	Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)	Serviço público (Educação)
	Espaço Alana	ONG (Cultura e Educação)
Outras localidades em São Paulo / Brasil	apé-estudos em mobilidade	Organização de advocacy (Educação)
	Campanha Nacional pela Educação	Organização de advocacy (Educação)
	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA)	Serviço Público (Proteção Social)
	Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA)	Serviço público (Educação)
	Coordenadoria de Políticas para a Criança e o Adolescente da Prefeitura de São Paulo	Serviço Público (Proteção Social)
	Coordenadoria de Políticas para a Juventude da Prefeitura de São Paulo	Serviço Público (Proteção Social)
	Instituto Alana	Organização de advocacy (Educação)
	Movimento Sem Teto do Centro (MSTC)	Movimento social (Moradia)
	Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo (NAAPA)	Serviço público (Educação)
	Programa Cidade Solidária da Prefeitura de São Paulo	Serviço Público (Proteção Social)
	Projeto das Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	Movimento social (Moradia)
	Rede Litera Sampa	ONG (Cultura e Educação)
	Rede Ubuntu	Movimento Social (Educação)
	Uneafro	Movimento Social (Educação)

As respostas do governo federal à Covid-19 e seu impacto nas realidades locais:

desafios e estratégias de enfrentamento às desigualdades socioeconômicas

1

E

ntre 2019 e 2022, o Brasil foi governado por um governo de extrema-direita sob a liderança do presidente Jair Bolsonaro, cuja abordagem negacionista diante da crise do coronavírus teve efeitos profundos e sem precedentes, aprofundando as desigualdades socioeconômicas. Esse contexto foi agravado pelo clima de polarização política reforçado pelo posicionamento do governo federal de negacionismo diante das graves consequências sanitárias, de saúde e sociais da pandemia (Giatti et al., 2021). Apesar dos esforços feitos por algumas auto-

ridades em nível municipal e estadual, ocorreram milhares de mortes evitáveis. Segundo o estudo de Werneck et al. (2021), somente no primeiro ano da pandemia, cerca de 120 mil vidas poderiam ter sido poupadas se medidas preventivas adequadas tivessem sido adotadas.

Embora o vírus representasse um risco epidemiológico menor para os jovens, com o tempo, o aprofundamento das desigualdades demonstrou como esse grupo social era vulnerável aos desafios mentais e sociais causados pelas incertezas, riscos e ansiedades trazidos pela pandemia. A pandemia da Covid-19 afetou dramaticamente os jovens que vivem em condições de desproteção no Brasil e reforçou a ausência desse grupo social nas políticas públicas. Nesse período, os direitos dos jovens foram negados por uma série de fatores: o fechamento de escolas; o agravamento da situação de desemprego, especialmente para aqueles que estão trabalhando no

setor informal; a redução da renda das famílias e o aumento dos preços dos alimentos, levando a uma situação de fome e insegurança alimentar para milhares de famílias; e a restrição do uso de espaços públicos e coletivos para atividades de sociabilidade e lazer (Andres et al., 2023).

Antes eu até concordava com o fato de as pessoas ficarem em casa. Nós inclusive fizemos uma campanha muito grande no Jardim Colombo, pedindo para as pessoas ficarem em casa. Mas depois... Eu sou mãe, tenho filho, e eu sofri muito. Hoje, se eu pudesse ter revisto e as crianças pudessem ter entrado mais cedo para a escola, eu teria feito campanha, eu teria feito de tudo para isso. E acho que o que complicou tudo isso foi muito essa parte política: um grupo ficava falando, não, as crianças precisam ficar em casa, todo mundo precisa ficar em casa, e o outro grupo falava, não, mas como que vai trabalhar (Instituto Fazendinho).

A gente conseguiu, da nossa maneira, que promovesse esse distanciamento físico, tudo mais. Mas, por outro lado, a gente tinha um Presidente, que estava julgando, não a fome do povo, mas a fama do vírus. que ele falou que era só uma gripezinha e tudo mais. Quando essa frase saiu na mídia, tudo que a gente tinha feito aqui foi por água baixa. Aí, voltou todos os bailes funk de novo e tudo mais. Aí, a gente teve que repensar nossas estratégias, porque desmobilizou toda a nossa articulação. Então, foi muito desafiador nesse sentido de a gente poder criar as estratégias, a melhor forma de falar para a população, combater o vírus, combater a desinformação e combater um desgoverno que não estava nem aí para nós, não olhava para as comunidades carentes. Todas essas questões acabaram agravando a situação aqui no Heliópolis e muitas mortes poderiam ter sido evitadas (UNAS Heliópolis e Região).

No tocante à renda, em abril de 2020, o governo brasileiro, motivado por ações no âmbito do congresso nacional, adotou uma política de Auxílio Emergencial, que consistia em um benefício financeiro temporário para que famílias de baixa renda pudessem garantir condições mínimas de sobrevivência sem se expor aos riscos do trabalho fora de casa. O programa atingiu 80% dos jovens que não estavam estudando ou não estavam trabalhando (Silva; Vaz, 2020) e, após sua implementação, a porcentagem de crianças vivendo em pobreza monetária caiu de 40% para 35% (Nassif-Pires; Cardoso; Oliveira, 2021). No entanto, a insegurança alimentar aumentou drasticamente durante a pandemia: em 2022, mais de 33 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, 14 milhões a mais do que em 2020 (Rede PENSSAN, 2022). Em particular, crianças, mulheres e a população negra foram os que mais sofreram com a fome (Schall et al., 2021). Tais números revelam os desafios multifacetados da pandemia de Covid-19 para os jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade que tiveram que lidar com vários fatores de risco, enfrentando ansiedades em relação à satisfação de necessidades básicas, como alimentação ou abrigo (Samji et al., 2022).

Apesar do papel fundamental das escolas no fornecimento de direitos para os jovens brasileiros, elas ficaram fechadas por mais de 40 semanas no Brasil (UNESCO, 2021), o que comprometeu não apenas o acesso à educação, mas também o acesso à alimentação entre as famílias de baixa renda (Pereira et al., 2020). Os estudantes brasileiros também enfrentaram uma série de barreiras para participar de aulas ou atividades remotas, principalmente devido à exclusão digital e ao enfraquecimento da relação aluno-professor, que é um importante motivador para o aprendizado (BRASIL, 2021). Jovens das classes mais baixas enfrentaram pressões adicionais relacionadas à necessidade de procurar emprego e cuidar da casa, dos irmãos, dos filhos ou de outros parentes, o que afetou severamente sua educação (Silva; Vaz, 2020).

O Brasil, especificamente, com esse desgoverno que a gente teve, enfim, era muito gritante falar sobre essas vulnerabilidades. E eu sinto que era muito difícil colocar a pauta da cidade quando os serviços básicos não estavam nem perto de ser garantidos. A discussão da cidade passou num terceiro, quarto plano, sabe, e no nosso material, obviamente, além, na cidade de São Paulo, por exemplo, as desigualdades em relação à população negra e periférica, era muito mais gritante (Ape estudos em mobilidade).

A falta de coordenação nacional, de política pública, impactou em tudo isso. Não ter um Ministério da Educação, um Ministério de Direitos Humanos... Eles podiam ter criado um gabinete de crise, qualquer coisa. Isso sem falar que era autonomia dos Estados, isso foi muito problemático. A gente sabe o que significa ser um município no interior do Brasil, eles não têm essa obrigatoriedade. E os repasses eram muito pra saúde, que teve toda uma discussão de tirar repasses da educação pra mandar pra saúde. A dificuldade que eu acho que o governo teve é de entender que todas essas políticas formam uma engrenagem (Campanha Nacional pela Educação).

Diante da situação de omissão perante os riscos e de práticas de desinformação por parte governo federal (Di Giulio et al., 2023), a auto-organização mostrou-se uma resposta constante nas comunidades urbanas vulneráveis para superar os desafios gerados pela falta de políticas públicas e direitos básicos resultantes do processo de urbanização precária no Brasil. O modelo de urbanização brasileiro lega às periferias e populações já excluídas do acesso à terra contextos de vulnerabilidade urbana que combinam a falta de acesso à moradia adequada, saneamento básico, eletricidade, mobilidade, internet, entre outros serviços e instalações públicas. Esse contexto alimentou historicamente a organização e o surgimento de estratégias comunitárias de resistência e promoção de direitos. No contexto da pandemia da Covid-19, esse capital social acumulado garantiu o sucesso das ações de solidariedade em rede no enfrentamento à crise sanitária e suas consequências socioeconômicas.

1.1. Ações de enfrentamento no nível local

Este livro tem como o enfoque tratar da realidade de comunidades periféricas e um conjunto de arranjos e ações comunitárias espalhados pelo município de São Paulo. Tais contextos não representam, necessariamente, a complexidade da realidade territorial no Brasil, mas buscam trazer uma diversidade de experiências no contexto urbano de uma metrópole.

A análise se baseia em uma perspectiva que olha para os sujeitos inseridos nas **relações intergeracionais** (Alanen, 2009), ou seja, não na centralidade das experiências desses sujeitos, mas a partir da relação que estabelecem com suas famílias, comunidades, escolas, e demais organizações sociais. Tal escolha teórico-metodológica se pauta na compreensão de que a experiência dos jovens da pandemia entremeia-se com a sua experiência de território, o qual não pode ser dissociado das análises. Tal perspectiva compreende que as experiências dos sujeitos não são hegemônicas, mas sim, atravessadas pelos contextos de **desproteção territorial**.

Por sua vez, se cada espaço geográfico corresponde a uma totalidade dinâmica, submetida ao processo da história (Santos, 2006), é compreensível que as diferentes histórias dos territórios impliquem diferentes modos de organização e produzam potenciais distintos em promover as ações de enfrentamento. Os resultados de nossas entrevistas com as organizações que atuam junto a crianças e jovens indicam que isso encontra-se relacionado a fatores diversos, dentre eles: 1. grau de construção histórica e manutenção do trabalho de base comunitária anteriormente à Covid-19; 2. capacidade de organização *para dentro* do território, o que significa que há um conjunto de atores somando forças em frentes diversas de ação; 3. amplitude da rede de relações e capacidade de comunicação *para fora* do território, o que implica nas possibilidades de arrecadar recursos; 4. localização geográfica; e 5. perfil sociodemográfico da população residente. Para ilustrar tal argumento, observamos quatro contextos estudados: Paraisópolis, Heliópolis, Jardim Pantanal e Vargem Grande (Parelheiros).

Paraisópolis é uma das quatro comunidades que compõem o chamado Complexo de Paraisópolis. Originalmente, era um terreno desocupado destinado à construção de casas para a classe alta. Localizada na zona sul de São Paulo, a favela de Paraisópolis surgiu da ocupação da área por um loteamento que nunca foi totalmente implementado. Devido à topografia difícil, a instalação da infraestrutura foi um desafio, razão pela qual o projeto de desenvolvimento urbano não se concretizou. A área foi ocupada informalmente pela primeira vez no início da década de 1960, um período de intensa expansão na cidade, principalmente por famílias de trabalhadores da construção civil que migraram de outras regiões do país atraídas pelas oportunidades de emprego. Esse processo resultou em uma favela muito densamente povoada, onde vivem atualmente mais de 120.000 pessoas e que destaca a alta desigualdade social da cidade em contraste com seus arredores.

Durante a pandemia de Covid-19, as iniciativas comunitárias na favela de Paraisópolis se destacaram por usar seu **capital social** – incorporado em organizações como a Associação de Mulheres de Paraisópolis e a União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis – para serem mobilizadas em favor da comunidade (Boullosa; Peres, 2022). Uma das ações mais inovadoras adotadas em Paraisópolis foi a formação de ‘Presidentes de Rua’: a cada 50 casas, uma pessoa residente da comunidade era responsável pela vigilância, incluindo a distribuição de recursos (alimentos, produtos de higiene e materiais de proteção) e o monitoramento do estado de saúde dos demais residentes (garantindo o isolamento dos casos de Covid-19 e a assistência médica para os mais vulneráveis). Como vários participantes de Paraisópolis apontaram, esse processo envolveu uma participação fundamental dos jovens, uma vez que eles estavam menos expostos aos riscos da doença. A dimensão da **participação dos jovens** foi destacada em algumas entrevistas:

A gente abriu uma inscrição para as pessoas poderem participar para ser presidente e ser voluntários. Os jovens se encaixavam nos requisitos. Eles não eram idosos, não eram sintomáticos, não tinham problemas cardiorespiratórios, então eles podiam estar com a gente. Então muitos jovens ajudaram a gente, esteve aqui presente, ajudava na fila da marmita, ajudava na horta, ajudava nas entregas de cesta básica. Eu tive uma equipe de quase 100 pessoas, a maioria jovens, de 16 até 29 anos. A gente dava uma bolsa auxílio para eles poderem estar aqui, para poder ajudar a família e para poder se manter (Associação de Mulheres de Paraisópolis).

Os jovens foram os que mais se mobilizaram durante a pandemia para estar na linha de frente. Acho que eles tinham aquela sensação de ‘Bom, o meu avô, a minha avó não pode ficar saindo de casa. Eu sou jovem, o risco comigo é menor, então eu vou me colocar na linha de frente, eu vou ajudar no que for possível para melhorar a situação’. E foi algo muito bonito de ver, essa rede que estava sendo criada, essa colaboração, essa estrutura com eles. E era uma coisa, a maioria das vezes, meio que assim, espontânea, não era uma coisa que a gente obrigava a fazer, não (Instituto Fazendinho).

Dentre as iniciativas locais em Paraisópolis, foi criada uma força-tarefa em torno do Pavilhão G10 (Figura 2), um grande galpão construído com recursos públicos inicialmente para abrigar um projeto social, que se encontrava desocupado e que abrigou vários projetos autônomos durante a pandemia. Dentre os projetos, destaca-se a produção e distribuição de marmitas (Mãos de Maria) e de máscaras de proteção (Costurando Sonhos), a criação de um centro logístico para a distribuição de compras on-line na comunidade (Favela Brasil XPress), além de uma série de projetos voltados para a comunicação social. Tais iniciativas foram impulsionadas pelos recursos públicos e privados mobilizados pelo G10 Favelas, uma organização sem fins lucrativos que trabalha em favelas promovendo o **empreendedorismo social**.

Há uma idealização e romantização de que as pessoas que moram na periferia são muito unidas, são muito felizes, e assim por diante. Ela [a pandemia] foi um momento em que vimos o poder que as comunidades têm (Pró Saber).

O pavilhão, esse espaço não era nada disso que você está vendo aqui, tipo, era um espaço totalmente desprezado, abandonado. As casas aqui da frente também, não tinha nem casa, a rua era horrível de passar, isso aqui alagava. Então assim, ele foi todo transformado pelo G10. Vai nascendo esses projetos, e vai sendo construído esse pavilhão com essa visão de que a gente tem que ser exemplo, as pessoas têm que chegar aqui, se sentir em casa. Conseguimos dar um exemplo. Quando entramos na mídia social, as pessoas estavam fazendo a mesma coisa que nós. Saiu uma pesquisa dizendo que Paraisópolis teve menos casos de Covid-19 no primeiro ano, porque fizemos o que o governo não fez. Então, fizemos mais do que o governo (Associação de Mulheres de Paraisópolis).



Figura 2 – Vista interna do Pavilhão G10

Fonte: Acervo de pesquisa.

A comunidade está situada em uma área adjacente de mansões e condomínios de luxo de classe média e alta no bairro do Morumbi (Figura 3). Isso criou uma dependência mútua entre Paraisópolis e o Morumbi, pois muitos moradores do Complexo trabalham no bairro de elite, enquanto muitos dos projetos sociais e iniciativas filantrópicas são financiados com recursos de famílias e empresas do Morumbi (Boullosa; Peres, 2022; Newton; Rocco, 2022).



Figura 3 – Vista de uma rua de Paraisópolis com prédios de alto luxo do bairro Morumbi ao fundo

Fonte: Acervo de pesquisa.

Outras organizações também foram nos procurando, colégios particulares que nunca tinham tido contato com a gente – e não foi por falta de tentativa, porque nós já tínhamos tentado, mas enfim. Nesse processo acho que eles ficaram mais sensibilizados, e começaram também a doar muitas pessoas físicas, também começaram ali entre famílias, a fazer arrecadações, e aí levavam para a gente (Instituto Fazendinhando).

A gente não tem patrocínio até hoje. A gente tem tudo bonitinho, CNPJ, tudo mais, mas não temos patrocínio. Tudo até hoje dentro do projeto foi por pessoas físicas, não pessoas jurídicas, não empresas no caso. Então eram pessoas moradores do Morumbi – às vezes alguma pessoa que via no Google, na internet, na nossa rede social, e entrava em contato por lá e diziam “Quero doar 20 cestas básicas para vocês, vocês aceitam?” (Instituto Unidos de Paraisópolis).

A segunda área de estudo, Heliópolis (Figura 4), está localizada na divisa de São Paulo e da cidade de São Caetano do Sul, delimitada pelo rio Tamanduateí. A ocupação surgiu na década de

1970, na região oeste de São Paulo. Sua história começou com a remoção de cerca de 150 famílias – em sua maioria migrantes, como em Paraisópolis – da favela Vila Prudente para um alojamento provisório que se tornou permanente no terreno onde hoje se localiza. Com as fortes crises econômicas da década de 1980, os movimentos sociais pelo direito à moradia se fortaleceram e a comunidade chegou ao marco de mais de 200.000 moradores. Depois de conquistar o direito de permanecer no território, a força dos movimentos de moradia em Heliópolis se expandiu para outros campos. A organização da União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) foi fortalecida e, desde a década de 1990, atua como entidade sem fins lucrativos, implementando projetos, programas e serviços que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação da pobreza por meio da promoção da cidadania e da inclusão social. Seguindo princípios como autonomia, responsabilidade e solidariedade, defendem fortemente a importância da educação, argumentando que a escola e os projetos sociais são centros de liderança na comunidade. Nesse sentido, seu projeto é construído sob a perspectiva de um **Bairro Educador**, como uma rede de proteção social local para os direitos humanos fundamentais dos jovens.



Figura 4 – Vista de Heliópolis

Fonte: Acervo da UNAS Heliópolis e Região.

Com décadas de resistência e mobilização social, o contexto da pandemia de Covid-19 exigiu que a comunidade de Heliópolis redirecionasse suas capacidades locais (Figura 5). Além dos problemas econômicos, políticos e sociais crônicos, a comunidade precisou criar estratégias para superar e se adaptar aos desafios impostos pela crise de saúde. Isso incluiu o cadastramento de milhares de famílias para gerenciar a distribuição de cestas básicas fornecidas por doações dos setores público e privado, o mapeamento dos casos de Covid-19 na região para garantir o isola-

mento e o atendimento aos doentes, entre outros. O desafio de combater a desinformação na comunidade também foi uma das principais linhas de ação, como apontou um representante da UNAS, movimento o qual os jovens também integravam:

A gente tinha que contestar essa narrativa. Então fizemos todo um processo de organização dessa campanha para que nossas informações chegassem a todos os moradores de Heliópolis. Crianças, jovens, adolescentes, idosos, enfim, pensamos em tudo. Porque não adiantava falar com os adultos sem falar com os jovens. Eram as crianças que estavam sendo muito impactadas (UNAS Heliópolis e Região).



Figura 5 – Ação comunitária de comunicação no enfrentamento à Covid-19 em Heliópolis

Fonte: Acervo da UNAS Heliópolis e Região.

Outro exemplo de polo de atendimento e empoderamento comunitário é uma iniciativa comunitária de um grupo de organizações sem fins lucrativos em Parelheiros, um território mais isolado na macrozona de proteção ambiental da cidade de São Paulo, mais especificamente na região das represas Billings e Guarapiranga, também conhecido como “Amazônia Paulista”, que é uma área rural com forte polo de ecoturismo. Desde 2008, o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) desenvolve projetos na região com foco em direitos humanos e cidadania participativa, voltados principalmente para bebês, crianças pequenas, mulheres, adolescentes e jovens, totalizando cerca de 15 mil famílias. Muitos desses projetos têm como objetivo a

geração de renda, pautados pela perspectiva da **economia solidária** e da **agroecologia**, diante do potencial de produção agrícola na região.

A gente foi trabalhando muito focado na prevenção. 'Então, vamos correr atrás de alimento, para a gente garantir que as pessoas consigam se alimentar'. E junto com isso, essa questão da economia colaborativa, que foi dar pensão para os comerciantes, mas ao mesmo tempo, criar uma rede: "O que a gente tem, que a gente pode fazer uma economia solidária aqui dentro, para não ter ninguém vulnerável?" (Instituto Brasileiro Estudos Apoio Comunitário – IBEAC).

Esses projetos sociais, o IBEAC e o CPCD, eles pegavam o dinheiro dos investidores e compravam as cestas básicas. Vinha uma cesta de produtos de higiene pessoal e a gente colocava junto uma cesta de orgânicos, dois pães e uma geleia. Então cada família que recebia uma cesta básica recebia junto tudo isso: a cesta básica, uma cesta de orgânicos, dois pães, uma geleia e ainda uma cesta de higiene pessoal. Isso foi uma revolução (Nossa Fazenda).

Durante a pandemia, em parceria com a ONG CPCD, foi implementada a “metodologia dos 4P’s: “pão”, por meio da distribuição de alimentos (cestas básicas, produtos orgânicos e cartões de alimentação); “proteção”, por meio da produção e distribuição de produtos de proteção individual (máscaras, produtos de limpeza e higiene), bem como orientações sobre autocuidado por meio de mídias (podcast, vídeos, WhatsApp e carros de som); “poesia”, por meio da distribuição de kits lúdicos com livros e da promoção de encontros on-line com oficinas de mediação de leitura e contação de histórias, com base no que reconhecem como “literatura de quilombo” (Souza, 2011); e “plantio”, por meio do incentivo à criação de hortas comunitárias e quintais em parceria com agricultores locais (Mayer et al., 2021). A maior parte do trabalho essencial foi realizada pelas chamadas “Mães Mobilizadoras”, moradoras da comunidade que garantiram o contato entre a organização e as famílias, mesmo à distância. Como destaca um dos educadores do projeto:

Sabemos que muitos pais também continuaram a trabalhar, e as crianças ficaram sozinhas em casa. Portanto, dentro dos kits, elas [as crianças] recebiam pelo menos cinco atividades de ativação, por assim dizer. Era uma forma de dar a elas algo para fazer em casa. Ouvimos as mães e as crianças também dizerem: “Ah, tio, isso é legal, gostei de fazer isso” ou “Não gostei de fazer isso, não vou fazer” Depois, vimos resultados magníficos de famílias dizendo: “Olha, quando meu filho voltou para a escola ele não atrasou tanto, porque ele teve esse apoio (Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD).

Por fim, o território de Jardim Pantanal experimentou uma situação de maior desproteção no contexto da pandemia, o que comprometeu os processos de mobilização social. Localizada no extremo leste do município de São Paulo, a área iniciou sua ocupação nos anos 1980 na área de várzea do rio Tietê. Sua condição urbana reflete uma das fases de um processo perverso de urbanização que conjuga exclusão social e suscetibilidade ambiental. Por se tratar de uma área de planície às margens do Tietê, há um considerável risco de alagamento e, conseqüentemente, de transmissão de doenças (Vendrametto; Jacobi; Giatti, 2021). Na última década, houve uma articulação de um Plano de Bairro (Instituto de Arquitetos do Brasil, 2024) em parceria com instituições, organizações não governamentais e a Prefeitura, em um processo participativo para pensar soluções de problemas socioambientais emergenciais e estruturais. Essa construção envolveu a colaboração de organizações locais, como a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal, o Instituto de Arquitetos do Brasil e o Instituto Alana, que catalisou a participação de crianças e jovens no processo.

Durante a pandemia, a gente teve uma perda em relação a essa articulação de moradores que era muito forte. A gente tem um evento chamado Arte e Cultura na Quebrada. É um dos maiores eventos que falam sobre grafite no Brasil. Claro, durante a pandemia esse evento não pôde ser realizado. Mas, por conta da pandemia, esse movimento também deu uma enfraquecida. Esse evento trazia até como renda principal também de vários artistas do território e com a pandemia os eventos foram encerrados. Então o artista que trabalhava em prol daquilo, ele foi procurar outra coisa, foi procurar um emprego CLT. Então foi se desfragmentando alguns grupos aqui no território. Tanto o Cursinho Pré-Vestibular, que a gente tinha aqui antes da pandemia e depois da pandemia, até agora não conseguiu retomar. Então a articulação comunitária do território foi bastante prejudicada (Espaço Alana).

A gente sabe que muitas famílias passaram por bastante dificuldade durante o período da pandemia. Muitas pessoas não deixaram de trabalhar. Isso também as afetou no sentido de estar expostas ao vírus. Então aqui na nossa região, a epidemia foi grave para caramba. Muita gente morreu, faleceu, pegou Covid aqui. O hospital mais próximo da gente, que é o Tide Setubal, em São Miguel Paulista, era um dos que na época da pandemia foram indicados como dos maiores índices de mortalidade por Covid, que a maioria das pessoas daqui do bairro que teve que ser internada foi para lá. Então uma situação realmente muito difícil, aquele 2020 principalmente (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

A presença do equipamento do Espaço Alana (ONG) é um importante catalisador de investimentos em projetos locais para crianças. A proposta do local é fomentar o desenvolvimento local por meio do brincar livre, por meio da leitura e da articulação comunitária. O espaço conta com

uma brinquedoteca e uma praça, onde as crianças podem circular e brincar à vontade e onde também são realizados eventos culturais e demais encontros de mediação de leitura. É ali também que se localiza a sede da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (AMOJAP). Durante a pandemia, ainda que o espaço tenha ficado fechado, os profissionais protagonizaram iniciativas de comunicação junto à comunidade no sentido de combater fake news e fortalecer as práticas locais de cuidado contra o vírus.

Apesar desse quadro recente de ação política, o impacto da pandemia na comunidade levou ao enfraquecimento da mobilização social no território, especialmente devido às altas taxas de mortalidade na região. Assim, o caso do Jardim Pantanal mostrou que, ainda que houvesse capital social acumulado no nível local, a experiência do luto num contexto de maior carência de acesso a recursos, contribuiu para uma desmobilização da população. Nesse sentido, reforça o argumento sobre a importância do fortalecimento de políticas públicas que assegurem a sustentabilidade do engajamento comunitário.

1.2. Formação de redes de solidariedade, cuidado e proteção

A formação de **redes de solidariedade, cuidado e proteção** em favelas e comunidades urbanas foi importante estratégia de adaptação para enfrentar os desafios trazidos pela pandemia da Covid-19. Juntos, atores da sociedade civil organizada, de ONGs, do setor público, de movimentos sociais e também do setor privado formaram uma diversidade de redes de proteção social, que podem ser classificadas em cinco níveis de esforços, conforme proposto pelo Ministério dos Direitos Humanos do Brasil (Gonçalves; Guará, 2010): redes primárias (informais, baseadas em relações afetivas), redes sociais comunitárias (organizadas dentro da comunidade), redes de movimentos sociais (envolvidas na fiscalização de programas sociais), redes públicas (instituições públicas que atuam nos territórios) e redes privadas (ações de empresas e outras iniciativas privadas). As redes primárias desempenharam um papel crucial de apoio entre amigos e familiares durante a crise, enquanto as redes secundárias preencheram as lacunas deixadas pela infraestrutura governamental, realizando atividades como distribuição de alimentos e fornecimento de ambulâncias exclusivas para a comunidade. As redes públicas também desempenharam um papel importante, fornecendo apoio financeiro e oportunidades de resiliência às famílias, como no caso da política de auxílio emergencial e da criação de abrigos temporários em escolas para acomodar as pessoas em recuperação. As redes privadas, por outro lado, contribuíram por meio de doações e parcerias com empresas, colaborando para manter iniciativas comunitárias que, de outra forma, não seriam sustentáveis.

O trabalho intenso durante a pandemia de Covid-19 ativou redes de afeto, constituídas a partir do cuidado e da empatia, e processos de aprendizagem, permitindo a conexão entre atores

pequenos e sem poder que se aliam a macroestruturas de poder consolidado ao longo dos anos. Isso destaca a importância das experiências corporificadas e territorializadas no campo político (Boullosa; Peres, 2022). É nesse sentido que a solidariedade e a empatia se apresentam como importantes “aprendizados” da pandemia, conforme destacado em diversas entrevistas.

Então teve muito esse olhar assim de empatia, de olhar assim, ‘Cara, não tem como, Paraisópolis fazer isolamento social. Como é que uma pessoa que mora numa casa de dois cômodos e mora quase dez pessoas dentro, ela vai fazer um isolamento social? E se ela pegar Covid?’. Então assim, teve muito esse olhar, assim, de enxergar que existia um problema ali, de pensar na solução. Eu acho que [esse olhar de empatia], pelo fato de toda a coordenação morar em Paraisópolis, e ter passado pelas mesmas situações de ter casa alugada, de morar com muita gente dentro de casa, e aí quando você começou a falar de isolamento, começou a costurar máscara - nem todo mundo tinha dinheiro pra comprar máscara, nem todo mundo tinha dinheiro pra comprar álcool em gel... É o momento que mais pessoas ajudam, mas foi acolhido nesse momento, na pandemia (Associação de Mulheres de Paraisópolis).

Tem coisas que a gente só aprende no decorrer do trabalho, da vida, que a gente vive. Até para a gente ser mais humano com o outro. Isso a gente vê através da pandemia: as pessoas se enxergaram mais, está tendo um reconhecimento que nós não podemos viver um contra o outro, um sem o outro (Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal – AMOJAP).

[A pandemia] me remete muito a essa coisa do cuidado, da aproximação, da troca de afeto, do fortalecer esses espaços de acolhida mesmo (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA).

Eu aprendi a ser mais solidária. Eu já tinha um pouco de mim, de tentar ajudar as pessoas. Mas depois da pandemia, veio isso, de eu tentar ser um ser humano melhor. Por exemplo, às vezes você não tem dinheiro pra doar, pra ajudar alguém, mas com o seu trabalho, com o seu amor, com o seu carinho, você já tá fazendo um belo papel (Projeto das Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, Embu das Artes).

A pandemia foi uma coisa horrível, morreram muitas pessoas. Mas eu sinto que formou uma nova geração de jovens. Um pouco mais empática com os outros. Eles já tinham isso. E acho que a pandemia evidenciou mais isso para eles do quanto é importante você olhar para o próximo. Por mais que você não esteja em uma situação boa, tem alguém numa situação pior e você ainda pode ajudar o outro (Geração Portela).

O boom das ações sociais na área também foi possível graças ao influxo de recursos financeiros decorrente de estratégias de comunicação bem-sucedidas. A ajuda financeira veio de um público externo que, em um contexto de isolamento social nunca antes presenciado, foi atraído pela ideia de construir uma rede pautada no cuidado e no afeto, ultrapassando a dimensão da ca-

ridade e se baseia na perspectiva do “fazer junto” e do “tornar-se parte de algo maior”. Como resultado, houve uma maior aproximação com agentes externos à comunidade e um distanciamento dos moradores (Boullosa; Peres, 2022). Cabe dizer que a própria história da política de assistência social no Brasil é muito atravessada pela atuação de instituições de benemerência e cunho religioso, o que implica que boa parte das ações desenvolvidas por entes privados frequentemente são marcadas por uma ideia de caridade e não de garantia de direitos. Esse aspecto filantrópico das relações pode ser lido como “simultaneamente um mercado, uma obrigação moral, uma forma de interesse e uma maneira de os membros da elite estabelecerem redes entre si” (Silva; Oliven 2020, p. 28), e está fortemente presente nas redes de proteção social em territórios como o Complexo Paraisópolis e Heliópolis.

Quando os recursos chegam à base e são bem administrados, os líderes comunitários conseguem fazer um bom trabalho (Instituto Fazendinho).

A gente conta muito com parcerias. Seja do poder público ou da iniciativa privada. Porque só o trabalho comunitário não dá conta. Tem uma hora que a pessoa fala: “Não, não dá para ficar como voluntário. Eu tenho que levar o sustento para casa”. Então, o que a gente fez? A gente manteve essa essência de trabalho, de articulação, de mobilização do território, através dos projetos que a gente desenvolveu em parcerias. Também é desafiador, porque você acaba fazendo o papel que o Estado tem que fazer. Mas ao mesmo tempo a gente quer que o Estado faça esse papel (UNAS Heliópolis e Região).

A gente tem tudo bonitinho, CNPJ, tudo mais, mas não temos patrocínio. Tudo até hoje dentro do projeto foi por [doação de] pessoas físicas, não pessoas jurídicas, não empresas no caso. Então eram pessoas moradores do Morumbi, às vezes alguma pessoa que via no Google, na internet, no Instagram, na nossa rede social, e entravam em contato por lá. Eu falo bastante que o projeto foi feito por pessoas, literalmente. Pessoas que doaram instrumentos para começar a ter aula de música, a matéria-prima do projeto eram os instrumentos que traziam, só os meus (Instituto Unidos de Paraisópolis).

Muitos dos recursos utilizados, mesmo antes da pandemia, se sustentam por meio de doações e parcerias, como revelam a maioria dos depoimentos. Isso implica uma intermitência de projetos, dependentes de tais recursos públicos e privados. Durante a pandemia, o influxo de doações que as organizações receberam se ampliou fortemente, o que significava a possibilidade de aumentar as ações realizadas e a escala de atendimento no território. A estrutura de muitas das organizações permitiu facilitar o influxo dos recursos, uma vez que muitas vezes eram demandas documentos e procedimentos de prestação de contas.

Como as lideranças tinham CNPJ, tinham uma governança muito bem estruturada, tinha documentação, então o recurso era muito mais fácil de chegar nas nossas mãos e ser distribuído depois para outras comunidades, que muitas das vezes não tinha documentação, não tinha nada, que depois pudesse receber uma auditoria, que depois pudesse comprovar tudo com nota fiscal (Instituto Fazendinho).

A gente deu sorte, porque a gente estava participando do Edital da Prefeitura de São Paulo, do programa Vai, que valoriza projetos culturais nas periferias. E a gente passou no Vai. Então a gente fazia aula online com os alunos e aí com esse dinheiro que a gente teve do edital, a gente pôde comprar os instrumentos para eles ficarem em casa com os instrumentos, porque era uma coisa que a gente não tinha. E quando a gente voltou, a gente precisou gravar as lives para o edital (Geração Portela).

Contudo, três elementos se destacam como principais desafios: primeiro, a limitação do fluxo de doações, que reduziu fortemente após o primeiro ano da pandemia; segundo, a dificuldade de conseguir financiamento para programas com jovens, comparativamente aos projetos destinados a crianças; e terceiro, a **sobrecarga do trabalho feminino** no contexto emergencial da pandemia. Essa sobrecarga se amplifica quando o trabalho ocorre de maneira voluntária, protagonizado por mulheres negras, encorajado por sentimentos como a “empatia” e “o desejo de transformação social”.

Apesar da omissão do Estado generalizada nos territórios periféricos e agravada no contexto da pandemia, muitas das organizações que conformam tais redes de solidariedade, cuidado e proteção possuem financiamento de recursos públicos. Tais serviços, em geral vinculados às políticas de proteção social, sobretudo a política de assistência social, são sustentados por fundos públicos e seus serviços agenciados por organizações do terceiro setor, as quais envolvem associações de bairro, ONGs e organizações religiosas. Ilustramos esse ponto com dois exemplos de organizações entrevistadas que atuam no município de São Paulo: os Centros da Criança e do Adolescente (CCA) e os Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA).

O CCA é um importante serviço público desenvolvido para oferecer uma rede de proteção a jovens vulneráveis (6 a 14 anos) e suas famílias, associado à política de assistência social do município. Esses locais oferecem atividades culturais e socioeducativas após o horário escolar. Em Heliópolis, o projeto de longo prazo da UNAS Heliópolis e Região garantiu que a organização assumisse a gestão de algumas dessas instalações, por meio de uma concessão do governo municipal. Dessa forma, esse movimento social teve a oportunidade de se transformar em um local de formação de cidadãos e de construção de um trabalho de base com os moradores. Durante a pandemia, embora as atividades presenciais do CCA tenham sido paralisadas, a duração de tal

paralisação foi menor do que o período de fechamento das escolas e tais locais também protagonizaram ações de enfrentamento à fome e suporte no ensino remoto.

No primeiro ano teve esse boom de coisas e essa coisa de muitas doações. No segundo ano, a gente começou a sofrer mais, porque as doações reduziram, chegaram até zerar, né, depois, e a gente, as coisas continuavam, as situações críticas continuavam pelas pessoas, a gente ouvindo, né, as pessoas passando fome (Instituto Brasileiro Estudos Apoio Comunitário – IBEAC).

Um dos maiores desafios do Pró é justamente manter esse programa de jovens. Porque a gente vê toda a lindeza, a fortaleza desse programa, a gente vê como o jovem chega e como ele sai, todo o potencial, toda a transformação. Mas o programa de jovem, por exemplo, é o único programa que não tem investidor. A gente não consegue. Porque o que a gente entrega parece que não é válido. Então, as crianças a gente consegue dizer, né? Média de entrega 80% das crianças alfabetizadas. O jovem, o que a gente entrega? Um jovem que sabe conversar, que tem responsabilidade, sabe falar sobre si, que reconhece seus desafios, suas habilidades, sabe trabalhar em grupo, mas parece que é pouco. Então, vão aparecendo para os outros programas e aí a administração vai dividindo esses dinheiros dos jovens (Pró Saber).

Tinha 15, 20 pessoas ajudando a descarregar [as cestas básicas] - porque é um trabalho também, descarregar o caminhão, organizar, fazer a triagem, separar para as famílias. Então tem todo um processo que as pessoas nem imaginam. Quem não está aqui, nem imagina como é. Mas era muito, muito difícil esse trabalho. Ver que a pessoa está com necessidade, que precisa. E a gente que está aqui no GT, a gente está tão enterrado com o que a gente faz aqui. E a gente não consegue parar para respirar (UNAS Heliópolis e Região).

Nós somos financiadores. Todos os professores e coordenadores são voluntários. A gente mobiliza recursos de diversas maneiras, como de igrejas católicas, participando do prêmio LED (Luz na Educação) da Rede Globo. Muitos dos professores e coordenadores, inclusive, acabamos doando parte dos nossos salários para o cursinho, comprando as coisas que precisam no dia a dia. E todo ano, cada um dos povos faz alguma atividade de arrecadação de dinheiro, tipo feijoada com bingo, alguma coisa assim (Rede Ubuntu).

É trabalho voluntário. A cozinheira não tem salário, ela tem ajuda de custo. Espero que daqui para frente elas possam ter um salário justo. Esse é o meu sonho, o sonho de muitos. Eu estou aqui por amor à causa, por amor pelo próximo (Projeto das Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST).

Por sua vez, os CEDECAs são serviços que funcionam como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos para a proteção e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, a fim de garantir os direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sua

atuação ocorre especialmente para os jovens em situação de desproteção especial, sobretudo envolvendo quebra de vínculos, como aqueles encaminhados legalmente ao Serviço de Medida Socioeducativa, na fiscalização e denúncia de violações de direitos, o que pode acontecer via assistência jurídica, psicossocial ou campanhas de mobilização social. Ainda que não sejam serviços públicos, trabalham em parceria com órgãos governamentais, como os Conselhos Tutelares e o Sistema de Garantia de Direitos. No período da pandemia da Covid-19, as atividades presenciais também foram paralisadas e muito esforço se deu no sentido de garantir acesso à informação e a manutenção do vínculo com as famílias, ainda que por meio do uso do telefone e da internet.

A UNAS tem um projeto de captação. Então tem pessoas que trabalham nesses projetos de captação. E elas fazem esse projeto. Então a gente faz o projeto, a gente manda. Tem uma emenda, a gente faz, a gente manda. Então a gente teve ajuda de deputado, a gente teve ajuda de emenda parlamentar, a gente teve ajuda de bancos, a gente teve ajuda da comunidade, a gente teve ajuda de gente que nem conhece a UNAS, mas viu o trabalho que estava sendo desenvolvido, ligou e pediu para doar. Então a gente tem muito essa questão de relação com todos os parceiros da UNAS (Centro da Criança e do Adolescente – CCA, Heliópolis).

O CEDECA tem esse espaço muito qualificado para conseguir ouvir as pessoas verdadeiramente. Para além de ser um executor da política, ter essa capacidade de acolher. No período da pandemia, a gente teve uma articulação grande com a UBS na campanha de vacinação. Nós fizemos materiais para passar informação e orientar as pessoas sobre a importância da vacinação – folders, para pessoas adultos, mas para as crianças, a gente fez livrinho de colorir. Nós também temos o Fórum Regional da Criança do Adolescente. Ele é um fórum que busca articular todas as políticas que atuam na defesa da proteção integral da criança ou adolescente, mas ele é muito mais frequentado por pessoas da assistência social e da saúde. A educação ainda tem uma dificuldade de chegar e participar nesse fórum, justamente por ser uma organização popular, é um espaço popular que frequenta inclusive sociedade civil, então a dificuldade da escola é bem imperceptível. A gente encontra pessoas estratégicas que nos apoiam nessa articulação, mas isso deveria ser fortalecido com a rede em si, com a política, e não com a pessoa (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA).

Essas organizações assumem papel central na garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de desproteção territorial e seu funcionamento parte do princípio das parcerias para acessar recursos. Isso envolve, também, o Estado, por meio de seus serviços e fundos públicos, ainda que tais organizações operem para além dele. O que se observa, novamente, é uma sobrecarga generalizada do trabalho diretamente associada à desvalorização do trabalho de cuidado. Isso reflete diretamente também nas condições em que os adultos mais próximos das

crianças e dos adolescentes nos serviços existentes possuem para o acolhimento e o enfrentamento dos desafios impostos pelo quadro de crises múltiplas.

A gente executa a política pública, mas nós não temos os mesmos direitos garantidos como funcionários públicos. O serviço vem passando por aditamentos e diminuindo a equipe, o que acaba sucateando ainda mais o trabalho. Diminui não só a equipe técnica para acompanhamento e qualificação desse trabalho, mas também o recurso de alimentação, recurso de material pedagógico, que já não é um recurso alto. Então a gente vem passando por esse processo de precarização também, de diminuição da equipe e de sobrecarga de trabalho. Porque os casos eles diminuem, mas não significa que diminui as demandas apresentadas por essas famílias que vivem em extrema vulnerabilidade socioeconômica, que vivem numa violência, ainda mais nesse processo pandêmico (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA).

Teve vez de entregar as cestas básicas na casa, a pessoa não atender, voltar para o projeto e depois receber a notícia que estava morto em casa. Foi uma coisa assim, muito difícil. A gente se arriscou muito. Eu peguei Covid duas vezes. Eu peguei, curei e voltei a trabalhar. Peguei de novo, curei e voltei a trabalhar. Chegou uma hora que eu já não estava aguentando mais usar máscara. Falei “Gente, não dá mais, porque eu já peguei duas vezes usando máscara. Eu já estou imune ao Covid”. E não tinha vacina. Falei, “Meu Deus, acho que eu vou morrer” (Centro da Criança e do Adolescente – CCA, Heliópolis).

E eu vi muita gente cair nessa caminhada, não só de Covid, mas de depressão, de angústia, de ansiedade, de descrença. E alimentar a nossa fé, a nossa esperança, é um trabalho que é coletivo. Você tem que estar entre seus pares, você tem que estar com gente um pouquinho mais saudável do que você do seu lado, pra pegar na tua mão e falar “Vai, vai que você é importante, vai que você é necessária nessa luta”. O que fica [com a pandemia] é essa dor, essa consciência de que quando a corda arrebenta, ela sempre arrebenta pro lado mais fraco mesmo. Acho que fica um monte de sequela de saúde mental pra quase todo mundo. Eu me sinto profundamente violentada nesse contexto (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Os processos comunitários e a formação de tais arranjos emergenciais resultaram em processos de socialização para os jovens nos territórios periféricos. Como aponta Neto (2017), as organizações comunitárias possuem um importante papel como espaços de sociabilidade entre os jovens, que, portanto, têm uma dimensão formativa. Ainda, um estudo de Samji et al. (2022) apontou que, devido ao impacto da Covid-19 na saúde mental, especialmente para mulheres, jovens e população de baixa renda, o capital social foi um importante mecanismo de promoção da saúde, de modo que quanto maior o apoio e a inserção dos sujeitos em uma rede de confiança,

menos medo e estresse sentiam. A dimensão do impacto da pandemia na **saúde mental** dos jovens e demais adultos envolvidos nas ações comunitárias também é destacado pelas pessoas entrevistadas. Em alguns casos, tal diagnóstico resultou em articulações por parte das organizações para a promoção de tratamentos psicoterapêuticos e práticas de autocuidado para sujeitos participantes dos projetos, muitas vezes, em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES).

Teve gente que se integrou, que encontrou meios de se tornar ativista em redes sociais. Mas eu acho que teve muita gente que também ficou sozinha, e que ficou sozinha sem nem saber como agir, ou a quem requisitar para procurar auxílio (Campanha Nacional pelo Direito à Educação).

Foi difícil pra elas, a gente teve criança com depressão, criança de 6 anos. A gente percebe que elas também tinham uma dificuldade muito grande em enfrentar isso, mas as crianças foram as mais prejudicadas em relação a traumas. E eu acredito porque a gente atende hoje e a gente vê. Elas foram afetadas fisicamente, psicologicamente, principalmente. E elas têm a necessidade de sempre querer conversar com alguém. A gente tem um grupo de psicólogos que atendem essas crianças vítimas de violência e as que não são, mas que de alguma forma elas querem falar alguma coisa. Elas sempre retratam algo que aconteceu na pandemia, elas relacionam muito com essa questão de ficar em casa. Quando elas estão nesses espaços [da terapia], elas querem falar, elas querem soltar (Centro da Criança e do Adolescente – CCA, Heliópolis).

O que mais a gente tem ouvido, das instituições de educação, que a gente é parceiro, e até para nós, é como as crianças voltaram diferentes, sem saber lidar com outras pessoas, com outras crianças, sem saber brincar, muito violentos, então essa convivência em casa, muitas vezes com pessoas muito violentas da própria família, foi impactando essa dificuldade de se relacionar, não ter essa base, foi dificultando essa relação depois, nesse momento atual, do pós-pandemia (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

Hoje, quando a gente roda as escolas fazendo pesquisa, a gente sempre escuta dos diretores que os alunos voltaram totalmente sem convívio social, mais violentos, porque na casa deles ocorreu mais violência. Porque é um estresse diário você ficar trancado em casa e não poder sair na rua e não conviver com outras pessoas que não sejam pessoas da sua família (Observatório De Olho Na Quebrada).

Os jovens gostam muito desse contato, de estar perto, de estar junto. E você falar para um jovem de 13 a 15 anos, “Você não pode mais sair de casa, você não pode mais ver ninguém, não pode mais ver seus amigos” ... Eu senti que mexeu muito com o psicológico deles. Tanto que teve muitos alunos que voltaram com comportamento muito diferente. Alguns voltaram mais reclusos, sabe, meio interagindo menos. Muitos voltaram envergonhados, estavam com uma timidez que eles não tinham antes (Geração Portela).

Começaram a vir as demandas ligadas mais à questão da saúde mental, principalmente os jovens, que estavam ficando ociosos demais, querendo quebrar tudo. E então a gente foi nessa perspectiva de promoção da saúde, de fazer uma promoção mais focada nessa questão do letramento emocional, de trabalhar não só a questão do corpo, mas a mente também. Essas conexões que a gente foi entendendo no processo. “A gente tá trabalhando com cuidado integral, estamos lá cuidando da comida, do corpo, dando orientação, prevenção. Mas vamos trazer também a questão da saúde mental, letramento emocional, essa questão mais espiritual, também, porque foram surgindo várias demandas, e junto com isso, que já faz parte do que o IBEAC faz (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC).

Esse é um enfrentamento que a gente vai ter que fazer, sobre essa crise relacionada à saúde mental de crianças e jovens. De todos nós, né? Essas crianças e jovens, novamente, precisam ser olhados com essa lente da prioridade absoluta. A gente tem procurado se perguntar no Alana como é que a gente pode contribuir. Dentro do programa Crianças e Natureza, a gente acredita que o brincar ao ar livre – a liberdade que as crianças experimentam, a potência que as crianças experimentam quando elas estão do lado de fora, brincando ao lado dos seus pares, de forma autônoma, independente – a gente acredita fortemente que é uma estratégia. Claro que não é a única, a gente vai precisar lançar mão de diversas estratégias. Mas a gente acredita fortemente que é uma estratégia que vai contribuir no sentido de enfrentar essa crise (Instituto Alana).

Na próxima seção, nos voltamos para os principais impactos relatados pelas organizações entrevistadas no que concerne aos eixos centrais de análise do projeto PANEX-YOUTH: educação, alimentação e brincar/lazer.

2

O impacto da Covid-19 no acesso à educação de crianças e jovens em territórios vulneráveis e adaptações relacionadas

2.1. A educação como dimensão mais afetada

A compreensão do impacto da pandemia da Covid-19 na vida de jovens brasileiros passa pela retomada do contexto da política educacional no país nos anos recentes. Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, os espaços democráticos para a construção, avaliação e monitoramento das políticas educacionais foram enfraquecidos. O **teto de gastos** introduzido pelo Congresso Nacional e Governo Federal no mesmo ano, sob o pretexto de controlar o déficit público, comprometeu o desenvolvimento de investimentos sociais em saúde, educação e infraestrutura e priorizou políticas de interesses empresariais. Isso se intensificou no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), sendo o setor de educação pouco priorizado, com contingenciamento de recursos e, consequentemente, muito frágil, abrindo espaço para o **fortalecimento da agenda neoliberal**.

Analisando tendências precedentes, desde 2000 as taxas de matrícula e de aproveitamento escolar aumentaram particularmente na Educação Infantil e no Ensino Superior no Brasil (OECD, 2021), bem como na proporção de jovens que concluíram o Ensino Fundamental e Médio (Senkevics; Carvalho, 2023). Ainda que este cenário seja positivo no que se refere ao acesso, em 2019, 80,9% dos alunos brasileiros estavam matriculados em escolas públicas estaduais que funcionavam com poucos recursos financeiros, o que aponta para a **fragilidade da qualidade do ensino** ofertado.

Diante da crise sanitária da pandemia, o Ministério da Educação decretou a **suspensão das aulas presenciais** e sua substituição por atividades remotas. Tal decisão foi precedida por uma série de propostas difusas e pouco claras que refletiam a falta de liderança e visão sobre o contexto

educacional. Isso deixou a tomada de decisões nas mãos dos entes federativos estaduais e municipais, os quais desenvolveram diferentes planos de contingência para substituir as aulas presenciais e usar ferramentas tecnológicas alternativas. Isso foi altamente problemático, uma vez que a maioria dos professores brasileiros nunca havia usado esses recursos (Vieira; Seco, 2020) bem como que a maioria dos alunos brasileiros não tinha experiência anterior com **ensino remoto** (CETIC.BR, 2021).

As escolas ficaram fechadas por mais de 40 semanas no Brasil (UNESCO, 2021). Nesse cenário, a alimentação escolar também ficou comprometida, agravando a insegurança alimentar entre crianças e jovens de baixa renda para os quais as refeições escolares representam parte importante da alimentação (Pereira et al., 2020). Ainda, como consequência do fechamento dos prédios das escolas, as atividades lúdicas e de lazer foram significativamente impactadas (Silva et al., 2022a, b; Tebet; Abramowicz; Lopes, 2021). A omissão do governo federal e a ausência de uma política coordenada em níveis regional e municipal levaram à insegurança educacional, fazendo com que o país se afastasse do cumprimento das metas estabelecidas pelo seu próprio **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Na cidade de São Paulo, por exemplo, profissionais da educação e famílias relataram a falta de informações das autoridades municipais sobre o ensino remoto emergencial ou o retorno das atividades em sala de aula, o que refletiu preocupações e gerou baixas expectativas em relação ao apoio do poder público para garantir a reabertura segura das escolas (Ape, 2021).

Dentre as dificuldades por parte dos jovens de estudar no ensino remoto, são destacadas a **ausência de infraestrutura na moradia** para estudar, diante de casas superlotadas, da ausência de espaços específicos exercer tal atividade, e da ausência ou indisponibilidade de familiares e demais para participar do processo de ensino-aprendizagem. Destaca-se que o espaço da casa também é permeado por outras atividades de cuidado e relacionadas à convivência, o que fez com que a educação ocupasse segundo plano na maioria dos lares em comunidades vulneráveis.

Tais impactos se revelam de maneiras distintas conforme o grupo etário no ciclo educacional. Entre os grupos mais novos, como na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, é destacado pelos adultos o uso excessivo das telas e dos jogos durante o período de isolamento social, o qual afetou as habilidades de socialização e concentração para os estudos. Entre os adolescentes, a dificuldade de socialização no retorno escolar é também mencionada recorrentemente, com destaque para sentimentos como vergonha, ansiedade e desatenção. Por sua vez, os jovens representantes de organizações entrevistados apresentaram fortes críticas ao modelo do Novo Ensino Médio e sua consequência para aprofundar as **desigualdades educacionais**. De modo geral, destaca-se o aprofundamento das denúncias de questões de saúde mental e a baixa perspectiva dos jovens que encerraram o Ensino Médio no contexto da pandemia, frustrados também com o processo que o vestibular representa em suas vidas diante do alto grau de competitividade e exclusão, que se somam à baixa perspectiva de emprego e renda. Por sua vez, o ensino

remoto no Ensino Superior foi apontado como vantajoso entre alguns grupos, especialmente considerando a realidade de jovens em que estudam e trabalham e viram nessa oportunidade mais tempo de descanso e dedicação às atividades universitárias, uma vez que os tempos de deslocamento foram conjugados com os tempos de estudo. Nessa mesma linha, nos cursinhos populares preparatórios para a entrada no Ensino Superior, a adoção de plataformas digitais foi vista como uma importante tecnologia de inclusão e foi mantida após o período de isolamento. No entanto, seu papel foi atenuado pela profunda desigualdade digital.

De maneira geral, o diálogo com as organizações reforçou a constatação quanto à **insuficiência do modelo do ensino remoto** adotado. Embora a **exclusão digital** esteja dentre os principais fatores que justifica tal insuficiência, não é o único. Foi recorrente o destaque para a **fragilidade do vínculo na relação aluno-professor**, pré-existente à pandemia e resultado de um longo processo de precarização da classe que resulta no chamado mal-estar docente (Esteve, 1999), mas que se agravou no contexto do isolamento social. Foram apontadas inúmeras estratégias de manutenção de atividades também da forma remota, sendo que o uso de WhatsApp e mídias sociais para a manutenção do vínculo com as famílias foi apontado como elemento positivo por escolas e projetos sociais. Especialmente para o Ensino Básico, os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) foram compreendidos como tentativas emergenciais de ação pública que não foram apropriados entre os estudantes, especialmente após o período pandêmico, o que aponta para a necessidade de refletir melhorias e transformações no sistema educacional nacional.

A educação apareceu entre os entrevistados como o **eixo mais afetado** pela pandemia de Covid-19 e com consequências duradouras em diferentes setores na vida de crianças e jovens brasileiros. Por se tratar de um impacto de longo prazo, sua mensuração também levará tempo, de modo que compreender suas dimensões subjetivas e qualitativas é de extrema importância para a construção de políticas que caminhem no sentido de atender às principais necessidades dos jovens atualmente. Isso fica claro especialmente no discurso de jovens e organizações ao destacarem a insuficiência do modelo do ensino remoto adotado em substituição ao ensino presencial e a compreensão de que a decisão pelo fechamento das escolas durou tempo demais, especialmente se comparado à média de outros países.

2.2. Estratégias de adaptação diante da interrupção do ensino presencial

2.2.1. Adoção do ensino remoto

O diálogo com as organizações de São Paulo destacou como havia diferentes visões sobre o fechamento das escolas. A **polarização política** predominante no país também influenciava tais

visões (Di Giulio et al., 2023). Assim, grupos da extrema direita apoiadores de Bolsonaro, adeptos à priorização dos interesses econômicos, defendiam o não fechamento das escolas e pressionavam pelo retorno antecipado do ensino presencial, em busca de um retorno mais breve das atividades econômicas. Por outro lado, grupos mais progressistas, com o apoio de professores, se mobilizaram pela manutenção do ensino remoto sob o discurso da defesa pela vida dos educadores, crianças e suas famílias.

Eu entendo que existiram ações emergenciais que a prefeitura teve. O que a gente esperaria do Estado, do governo, num contexto como esse? Que garantisse ações para minimizar os prejuízos, garantisse saúde e segurança. Então, o método que a gente tinha para garantir a saúde e segurança era o isolamento. A escola fechou (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

Hoje, se eu pudesse ter revisto e as crianças pudessem ter entrado mais cedo para a escola, eu teria feito campanha, teria feito de tudo para isso. Porque não foi certo que as crianças ficassem em casa. Acho que no começo, no pico, tudo bem. Mas eu acho que foi muito tardio o retorno das crianças para as escolas. Primeiro, tem essa parte da educação, depois você vê as crianças sofrendo com a questão do alimento, depois vê as crianças sofrendo com a questão da relação com os amiguinhos que foram se perdendo (Instituto Fazendinho).

A gente se articulou e fez esse manifesto, que no fim resultou em vários ofícios à prefeitura, falando: “Bom, se a prefeitura tem estrutura burocrática e dinheiro para votar um projeto pensando que os bares podem usar a rua para fazer sua retomada econômica, por que não usar a rua também nas escolas? Por que não pensar um projeto parecido para o uso desse entorno escolar – obviamente com essas adaptações necessárias, mas entendendo a importância dessa relação com a rua, desses espaços pedagógicos ao ar livre, utilizando basicamente a mesma lógica que a gente estava fazendo para os bares, nessa chave do urbanismo tático, da ocupação temporária das ruas? (Ape_estudos em mobilidade).

Como resultado, os alunos brasileiros enfrentaram várias barreiras para participar de aulas ou atividades remotas. A **exclusão digital** foi importante fator de aprofundamento das desigualdades educacionais no país. Três quartos dos usuários de Internet com 16 anos ou mais de classe baixa acessaram a Internet exclusivamente pelo celular. Enquanto 70% dos usuários de Internet com 16 anos ou mais de idade de classe alta que frequentavam escola ou universidade usavam um computador portátil, como um notebook, e 46% usavam um computador de mesa, as proporções caíram para 32% e 19%, respectivamente, entre os usuários de classe média, e para 12% para ambos os dispositivos entre os de classe baixa. A maioria dos jovens de 15 a 17 anos (92%) possuía seu próprio **smartphone**, o que significa que uma pequena parte dos usuários compar-

tilhava o celular com outras pessoas da casa. Na tentativa de se adaptar diante da crise, entre as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos, os principais recursos utilizados para acompanhar as atividades remotas foram os sites das escolas, as redes sociais ou as plataformas de videoconferência (CETIC.BR, 2020). A conectividade se tornou a agenda de alguns projetos comunitários, mas sua limitação ainda era predominante nas experiências dos jovens.

A mãe tinha um celular só. Ela tinha que levar pro trabalho, para poder ligar no celular da vizinha para saber se o irmão mais velho tinha dado comida. Então, como é que uma mãe com três, quatro filhos, ia deixar um celular para as crianças poderem assistir aula? E aí tinha duas crianças que estudavam à tarde e uma criança que estudava de manhã, então a criança da tarde não conseguia fazer atividade (Associação Mulheres de Paraisópolis).

Tem jovens aqui no Observatório, inclusive, que, tipo, falam assim: “Ó, eu não fiz ensino médio, tá ligado? Eu fiz o primeiro ano. No meu segundo, no meu terceiro ano, eu fui online. Nem ia pra escola. Não tinha nem como, porque eu tenho dois, três irmãos e, tipo, era ou meus irmãos aprender a ler e escrever, ou eu fazer ensino médio. E a mãe, tipo, obviamente, optou pros irmãos aprender a ser alfabetizado” (Observatório De Olho Na Quebrada).

Tinha uma época que tinha internet gratuita comunitária, mas era um comunitário que funcionava no início e depois não funcionava mais. Nas nossas aulas a gente tinha esses alunos que só entregavam atividade em outro horário, porque entrava na casa de um primo ou de algum parente ou algo do tipo (Instituto Unidos de Paraisópolis).

Uma outra forma também de atuação foi por meio da campanha 4G para estudar, porque a gente sabe que quem tem internet em casa, nesses territórios é muito difícil, ainda mais uma conexão boa, que traga estabilidade, é muito difícil. Então a gente fez essa campanha principalmente para bancar um pacote de dados no celular dos estudantes para que cada um, cada uma, conseguisse estudar (Uneafro).

Além das questões relacionadas ao acesso à tecnologia e à internet, surgiram preocupações sobre a baixa qualidade do conteúdo das aulas, a falta de acesso a materiais de estudo e a impossibilidade de esclarecer dúvidas e buscar ajuda de tutores (BRASIL, 2021; Silva et al., 2022a, Tebet; Abramowicz; Lopes, 2021). Também, os alunos de classe baixa enfrentavam pressões adicionais relacionadas à necessidade de procurar emprego e cuidar da casa, dos irmãos, dos filhos ou de outros parentes, o que afetou gravemente sua educação (Silva; Vaz, 2020). Para algumas organizações, esse desafio revelou, ainda, um problema anterior à pandemia, que diz respeito à **fragilidade da relação e da comunicação entre a escola e as famílias**, algo que se é muitas vezes superado apenas no nível individual, e não institucionalmente.

Essa conexão entre a escola e as famílias era muito fraca, e a pandemia mostrou isso para a gente de uma forma dramática. As famílias participam muito pouco da vida escolar das crianças, sabem muito pouco do que acontece ali no dia a dia, no cotidiano, nas aprendizagens, participam muito pouco - por N motivos culturais, econômicos, sociais, de violência. Mas esse é um problema que a gente enfrenta até hoje. É tão revoltante a gente pensar que fica um discurso ali, no senso comum, "Ah, as perdas de aprendizagem" ... Isso é a última coisa que a gente poderia pensar dentro da escola. Esse processo de acolhimento a gente faz com muita dificuldade, porque cada um viveu uma experiência singular, cada um tem suas questões, e a escola trata todo mundo como uma massa de gente. São mil e quinhentos estudantes num espaço precário, com professores muito feridos também (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

A comunicação com as famílias melhorou bastante quando a gente implementou o WhatsApp. Muitos pais têm um plano pré-pago de telefone que o WhatsApp está fora dos limites de uso, então consegue acessar. Essa professora, ela ia atrás dos alunos, ela ligava na casa dos alunos, ela falava com o WhatsApp, ela marcava aulas individuais pros alunos por WhatsApp. Imagina só, eram 27 alunos, ela marcava as aulas ali de 15 minutos, 20 minutos, com cada um deles. E ela pegava no pé, ela é alguém que insistia. Uma professora que, no meio da pandemia, teve um dia que os pais tinham que pegar materiais, livros, que foram disponibilizados, ela entregou 95%. Os índices de participação dela eram muito mais altos. E a gente percebe que ela tem uma dedicação pessoal muito grande. Então, é um diferencial dela mesmo, uma característica própria dela (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

Para enfrentar os crescentes desafios para o aprendizado on-line relacionados às desigualdades e à exclusão digital, muitas **estratégias adaptativas** foram adotadas, lideradas pelas escolas, o que incluiu o uso de transmissões de televisão e rádio, a entrega de materiais impressos e o uso de mídia digital, como aplicativos e plataformas virtuais. As **mídias sociais** se tornaram a tecnologia mais adotada por 91% das escolas brasileiras para manter contato com os alunos ou seus responsáveis, o que faz sentido, pois entre as crianças brasileiras de 10 a 17 anos, 86% tinham um perfil no WhatsApp e 61% no Facebook (CETIC.BR, 2020). Ainda, iniciativas nacionais e regionais levaram ao estabelecimento de acordos com operadoras de Internet móvel para oferecer acesso subsidiado aos alunos, com a distribuição de chips com acesso à rede.

Em São Paulo, por exemplo, a rede municipal anunciou um programa de distribuição de tablets em 2020 para o ensino remoto. No entanto, eles só começaram a ser distribuídos em 2021, um ano após o anúncio, em um padrão irregular e com várias limitações de acesso à Internet, vulnerabilidades de proteção de dados e limitações no uso de software (Rede NAI-FEUSP; Instituto Lidas, 2021). No geral, porém, nenhum programa ou adaptação reduziu adequadamente a lacuna de acesso digital no Brasil e, portanto, não atenderam às necessidades educacionais durante a

pandemia. Os depoimentos a seguir destacam a multiplicidade de mecanismos criados com o intuito de garantir o acesso à educação mesmo no contexto de distanciamento social, o que reforça o compromisso político de uma série de profissionais.

A escola já tinha organizado uma agenda de comunicação via WhatsApp. Os professores tinham reuniões diárias com a direção pedagógica para a elaboração de aulas remotas, mas ainda estava tudo muito incipiente. Eu acho que o primeiro passo foi a gente tentar criar uma metodologia de planejamento das atividades que conectasse os conteúdos dos professores. E aí a gente começou a se organizar enquanto grupo pra fazer uma entrega de roteiros interdisciplinares. Foi muito importante para o grupo de professores esse movimento, porque aproximou pessoas. A gente mandava esse roteiro via WhatsApp, colocava também no Google Sala de Aula, que era muito pouco acessado. O roteiro, ele era importante em alguns aspectos, de pensar o currículo, mas a metodologia ainda era muito difícil para o estudante. Primeiro que ele era muito textual, então aquele estudante que não estava plenamente alfabetizado, não conseguia cumprir o roteiro. A gente começou a investir em aulas síncronas, que também tinham baixa adesão. A gente também tentou alguns formatos de aula assíncrona, alguns professores gravavam a aula e a gente mandava pelo Google, pelo WhatsApp, botava no Facebook. Enfim, usamos todas as maneiras que as ferramentas que a gente tinha em mãos (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Em nenhum momento houve uma assessoria da Secretaria da Educação. Eles mandaram alguns livros, que são as Trilhas de Aprendizagem, pra gente distribuir. Muitos estudantes não foram nem buscar esse material na escola. Mas foi ali a maneira como a Prefeitura encontrou pra fazer algum conteúdo chegar na mão dos estudantes. Quando os tablets chegaram, foi coisa de um mês antes da gente voltar pro presencial, foi um atraso absurdo. Tinha estudante que dizia, “não, eu não quero isso aqui, não vou pegar, eu não sei usar, não tem ninguém aqui para me ensinar a usar, vai quebrar, vão roubar de mim, eu vou apertar errado o botãozinho aqui, vai explodir na minha mão”. Eles tinham muito medo dessa coisa da tecnologia também. Então a gente ficava ali tendo que lidar com aquela novidade burocrática também nesse período (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Os alunos ganharam um e-mail e um login, as professoras postavam coisas lá e os alunos iam e faziam as atividades. Agora, a gente também tinha o Facebook da escola, que a gente explorou no começo, e na época a gente colocou o WhatsApp. Aquilo virou uma coisa permanente da escola. Nós tivemos uma participação em média de um terço dos alunos durante aquele 2020 nas atividades em geral. A gente teve uma professora que conseguiu 95% de participação, heroína da escola. Os outros professores, ficaram na média de um terço de participação. Um dos problemas relacionados à educação foi o acesso à tecnologia para que eles pudessem participar (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

Na perspectiva de **educação comunitária**, para além do trabalho da escola, uma série de ONGs e demais organizações envolvidas em projetos sociais destacaram trabalhos realizados no contexto

da pandemia para garantir o acesso à educação de crianças, ainda que praticando o distanciamento social. Foram destacadas iniciativas como a doação de livros, a criação de atividades online, a distribuição de kits de materiais didáticos, a disponibilização de espaços para o uso de computador e impressora, a formação para o desenvolvimento de habilidades sócio-emocionais, além da própria doação de alimentos. Os depoimentos a seguir apontam a diversidade de estratégias adaptativas, de acordo com o perfil de cada organização e a rede de apoiadores e acesso a recursos mobilizados.

Nós tínhamos parcerias, o próprio Itaú que ajudou bastante com essa parte dos livros, nós fazíamos essas distribuições. Tinham kits com diferentes temas e alguns muito importantes também, tratavam sobre o racismo, coisas nesse sentido (Fazendinhando).

A gente fazia aula online de percussão com os alunos e aí com esse dinheiro que a gente teve do edital, a gente pôde comprar os instrumentos para eles ficarem em casa com os instrumentos, porque era uma coisa que a gente não tinha. A gente tinha cinco pandeiros que a gente emprestava e cada semana revezava. Por causa da pandemia a gente teve que comprar muito pandeiro, a gente comprou vinte pandeiros para os vinte alunos conseguirem ter em casa (Geração Portela).

Eu tava no terceiro ano da minha pesquisa do doutorado sobre as práticas de autocuidado, as práticas meditativas ligadas a essa questão de autorregulação. Então a gente acabou adotando essas práticas em um programa de aprendizagem sócio-emocional e ética. A gente adotou isso como uma estratégia para trabalhar com as crianças e com os adolescentes também, deu formação para os educadores que estavam nas escolas e que também estavam adoecendo. E eles foram reproduzindo e multiplicando as estratégias desse programa com as crianças (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC).

Elas faziam contação de histórias online também. Foi o meio que a gente achou para manter o vínculo, para as crianças não se afastarem e dar esse apoio da alimentação principalmente, que foi o que mais preocupava na época. O conteúdo didático programado, a gente abriu mão, porque tinha outras coisas mais importantes. E a gente começou a conversar “Olha pela janela, o que você está vendo na sua janela? o que você está escutando?”, para tentar tirar um pouco esse sufoco. As casas aqui são muito pequenas, às vezes são pessoas, famílias numerosas, então eles se sentiam muito... Eles falavam: “nossa, está muito sufocante, está cansativo, não aguento mais” (Pró Saber).

Dentre os desafios de acesso ao ensino remoto, destacam-se os depoimentos o reconhecimento da importância do vínculo entre professor-aluno para a dinâmica de ensino-aprendizagem. Assim, a centralidade da dimensão relacional no processo pedagógico explica, em parte, a insuficiência do modelo do ensino remoto. Tal conclusão foi importante aprendizado para muitas organizações no contexto da pandemia, que orientaram sua relação com os jovens até mesmo no formato online para investir nesse aspecto afetivo.

A pandemia nos possibilitou entender que informação e conhecimento são coisas diferentes. A criança pode acessar a informação, mas isso não se transforma em conhecimento. Então, a importância da mediação é para que essa criança aprenda. E eu também defendo que a atividade não ensina. Isso a gente fez durante a pandemia. A gente produziu coisas incríveis, atividades. Olha, o que tinha de site que propunha atividades pedagógicas, mas atividade por si só não ensina. A gente precisa do professor. Eu vou te dizer que a pandemia demonstrou quanta esta relação entre o estudante e o seu professor é importante (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo – NAAPA).

A gente percebeu que o online não funciona. Não adiantava ficar três horas, durante três dias. Então a gente começou a fazer duas vezes por semana, uma hora de encontro. E, assim, não tinha atividade e aula, era troca de “como você está? como estão as coisas na sua casa? o que você está sentindo?”. Então foi um momento de eles aprenderem também, a nomear sentimentos. O maior aprendizado que fica para mim é essa relação de vínculo com as pessoas. O quanto a educação precisa desse vínculo, dessa construção de vínculo (Pró Saber).

Apesar de todos os esforços empreendidos para a construção de um sistema que garantisse o acesso à educação em tempos da necessidade do distanciamento social para a preservação da vida, os depoimentos das organizações apontam para uma visão generalizada da **insuficiência do modelo do ensino remoto**. Isso se revelou nas dificuldades de acesso, que se justificam por uma série de fatores que já caracterizavam o quadro de vulnerabilidade ao qual os jovens estavam expostos anteriormente à pandemia, mas também no sentimento de angústia que permeia os jovens posteriormente, na avaliação de que os anos de formação e processos de socialização importantes foram perdidos.

Falando sobre os adolescentes especificamente das medidas socioeducativas, não funcionou. Acho que dos 60 casos que a gente estava na época, se três foram para a escola e conseguiram manter o ensino remoto, fazer as atividades, foi uma vitória. Porque não funcionava. As crianças acabam tendo um contato maior com a educação e até desejando ter esse contato, pelas experiências que foram construídas naquela escola, até aquele momento. Mas com o adolescente, a relação já estava rompida, antes mesmo da pandemia. Então quando chega a pandemia, os meninos – eu falo meninos que na época pelo menos eram todos meninos – eles se afastam de forma geral. Alguns a gente ia orientando, agendava um atendimento ou outro, meio que no sigilo, para apoiar, imprimir material. Mas eles não davam conta, não entendiam o conteúdo passado, não tinham momento de dúvidas. Eles nem conseguiam diagnosticar e construir de uma forma organizada qual era essa dúvida, porque muitos não eram alfabetizados. Então no ensino à distância, essas dúvidas acabam colocando uma lupa numa problemática que já existia (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, Sapopemba).

Eu não tive psicológico para ficar sentada numa mesa dentro de casa, até porque dentro de casa tem barulho, tem você tentando estudar de um lado, seu irmão tentando do outro, sua mãe trabalhando, cozinhando, limpando casa. E aí não tem um momento seu. Eu fiquei num momento da minha vida em que eu tinha que ajudar em casa o tempo inteiro, e ficar com criança trancada dentro de casa é horrível, porque a criança precisa correr, ela precisa brincar, ela precisa se desenvolver. E você ali num cômodo com mais cinco pessoas. Eu não fiz ENEM, eu não fiz nada porque eu não me sentia capaz de fazer, porque eu perdi dois anos de escola. Eu faço faculdade privada, EAD, porque é o que cabe no meu bolso, porque senão eu faria presencial, mas eu não tenho condições financeiras de fazer presencialmente (Fala Jovem).

O modo remoto que estava tendo, muitas vezes, eram aulas repetitivas. Eu acompanhava o meu irmão que estava nesse processo. Às vezes ele ia ver o mesmo vídeo e não tinha essa troca muito de informações. Sinceramente, ele não aprendeu nada. E passou de ano, porque eles sempre vão passar de ano, só não vai passar se tiver muita falta. Eu já vi mães aqui na ocupação que pediram reforço, por conta da dificuldade que os filhos estão tendo (Movimento Sem Teto do Centro – MSTC).

Para garantir o ensino remoto, muitos educadores, tanto nas instituições escolares quanto em projetos sociais, se expuseram a uma situação de risco. Em São Paulo, foi revelado que muitos diretores de instituições escolares, ainda no período de fechamento das escolas, tiveram de permanecer presencialmente nas instituições. Nas ações de distribuição de recursos (tais como materiais didáticos, kits lúdicos, livros, tablets ou mesmo alimentos e cartões de alimentação), estiveram expostos à contaminação. Tal fato exprime a **histórica desvalorização da profissão docente** no Brasil e revela como, mesmo diante do fortalecimento do discurso da importância da educação no período da pandemia, não surtiu efeitos transformadores na realidade cotidiana do trabalho dos profissionais.

Nós, da equipe gestora, não deixamos de frequentar a escola em nenhum momento. Porque tinha que ter alguém na escola todos os dias. O que a gente fazia era revisar. Então vinha dia sim, dia não para a escola. Por dia na escola, em 2020, tinha dois ou três servidores na escola. Tenho sorte de morar perto, venho e volto de bicicleta, então eu não tinha problema com essa questão de contato nos transportes, particularmente. Mas muitos colegas tinham. Curiosamente, vieram os sintomas de Covid duas semanas depois de quando a gente distribuiu a cesta básica, quando a gente recebeu durante o dia 200, 300 pessoas. Por mais cuidado que a gente tenha, pode ter sido ali, porque foi o momento que eu estava mais aglomerado com as pessoas (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Virgílio).

Como resultado, se destaca o **impacto na saúde mental** generalizado que afetou não somente jovens, mas também educadores das escolas e demais projetos sociais. Da parte dos jovens, predominam sentimentos como angústia e solidão, dados pelas dificuldades de socialização e pela sensação de atraso ou de perdas sofridas no processo formativo. Na avaliação dos adultos, tais sentimentos também se associam ao uso excessivo de telas e as influências das redes sociais. Já da parte dos educadores, observa-se o sentimento de impotência perante o quadro generalizado de ausência de direitos e desproteção em que tais jovens com que lidam diariamente se encontram, somando-se a isso a própria dimensão pessoal da experiência avassaladora da pandemia. Diante desse quadro, a retomada ao ensino presencial após anos de fechamento das escolas implicou em um processo ainda mais desafiador e sensível.

Ficou todo mundo extremamente mal, algumas pessoas depressivas. Eles se isolaram. Eu consegui observar alguns que buscaram outras alternativas para conseguir viver bem naquele período. Temos muitos alunos artistas, então eles se dedicaram às artes. Teve aluno que investiu no TikTok para dançar, teve aluno que fez horta, teve aluno que focou no gato, no cachorro... Mas eles não organizaram nada coletivamente. Eu passei dois anos em um quarto branco. No meu quarto não tem nenhuma obra de arte para distrair. Eu tenho uma plantinha aqui. Eu estou em um quadrado branco, que não faz sentido. Não estou tomando o sol, não estou fazendo nada. Minha casa também não tem sol. Fui ver pesquisas sobre como o ambiente afeta a saúde mental, aí eu fiz essa conexão. Aí com isso eu fui falar com os coordenadores e eles perceberam a mesma coisa. Mas, como rede, a gente não fez uma conversa para falar sobre isso. Porque foi um ano muito desorganizado por muitas questões (Rede Ubuntu).

Até então, tava cada um na sua casa, a gente não sabia exatamente como que a coisa tava acontecendo na vida de cada um. Quando a gente volta pro presencial, as coisas começam a ficar mais intensas e o nosso desamparo ficou muito evidente. Como é que você fala para um professor, “Olha, seu estudante está violento, está agressivo, porque ele não está bem, ele te desrespeita porque ele está doente”, e aí a pessoa vira para você e diz, “Mas eu também estou, e aí?”. Você tem uma rede de proteção que não funciona, os serviços de assistência social foram totalmente desmontados. Eu tenho vários casos de meninas que foram violentadas sexualmente, e eu mandei para o Conselho Tutelar, mandei para o CREAS, mandei para todos os dispositivos legais que a gente tem de encaminhamento. Mas elas não são chamadas para atendimento. Isso vai te adoecendo também, essa sensação de impotência (Escola Municipal de Ensino Fundamental –EMEF, Gonzaguinha).

Eu me incluo nessas questões também. Você ter que ficar trancado em casa, ter pouco contato com o mundo externo, ao mesmo tempo que ao assistir a televisão você é bombardeado por notícias na internet, por conta do Instagram ou noticiários (Instituto Unidos de Paraisópolis).

Você vê os desastres que estão tendo nas escolas, tem a ver com o jogo que eles aprenderam. Porque o jovem, as crianças, se aprofundaram em brinquedos e coisas que eles não deveriam, como os jogos de azar. Eu não sei se tudo isso que está acontecendo hoje com essa juventude, com essas crianças, se não é causada por esse desastre da pandemia, quando elas tiveram mais tempo no celular, no computador. E eles nunca pesquisavam somente para as aulas. E isso é igual para nós (Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal – AMOJAP).

Contudo, o ensino remoto parece ter surtido efeitos positivos para alguns jovens inseridos nas IES ou engajados em cursinhos populares. Isso porque muitos desses jovens muitas vezes dividem a jornada semanal entre estudo e trabalho – seja informal, seja nas atividades consideradas essenciais, ou seja, aquelas cuja realização presencial não poderia deixar de funcionar mesmo no período mais crítico da pandemia (exemplos são atividades nas áreas de transporte, entrega, comércio varejista como supermercados, limpeza, etc). O modelo virtual permitiu encurtar distâncias e abreviar o período de deslocamento, tempo este que passou a ser investido em estudos e descanso. Isso revela que, em alguma medida, práticas de ensino remoto permitem a promoção de maior inclusão e reforça a importância de não generalizar as políticas de garantia de educação.

A proposta é que o núcleo virtual continue em atuação, porque a gente começou a ver que o nosso alcance vai para além dos territórios, onde existem os núcleos presenciais da Uneafro, e que a gente também consegue atender esses estudantes que por algum motivo não conseguem frequentar as aulas e as atividades. Eu já recebi mensagem de estudante falando, “eu consigo assistir às aulas de manhãzinha, cinco horas da manhã, que é o momento que eu estou ali no trem, indo trabalhar. Então esses 40, 50 minutos de viagem eu ligo lá a aula do professor, da professora e vou estudando” (Uneafro).

2.2.2. Retorno ao ensino presencial

Os múltiplos desafios para a educação não terminaram com o retorno ao ensino presencial. A retomada da presença de crianças e jovens nas escolas foi atravessada pelas transformações que o tempo de fechamento das escolas gerou sobre a vida dos estudantes. É generalizado no discurso das organizações entrevistadas a preocupação com novos desafios emergentes: os bloqueios para a socialização, a expressão dos sentimentos de vergonha e ansiedade e as dificuldades de ensino-aprendizagem estão dentre os principais quadros traçados. Soma-se a isso, o

reconhecimento da falta de preparo do governo para receber esse público, inclusive, em um contexto no qual ainda se fazia necessária a adoção de medidas protetivas contra a contaminação por Covid-19, o que exigia, para além do preparo socioemocional para o acolhimento dos estudantes, adaptações na infraestrutura escolar e na logística das rotinas escolares.

No centro deste debate, o principal problema destacado no retorno ao ensino presencial foi a alta dos índices de **evasão escolar**, especialmente entre os grupos mais velhos: dados do Censo Escolar 2023, levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicaram que a evasão escolar no Ensino Médio chegou a 5,9% (Brasil, 2024). Tal evasão se justifica, em parte, pelos movimentos migratórios de estudantes entre escolas privadas e públicas e entre cidades no contexto de isolamento social, o que desconfigurou o arranjo de distribuição de matrículas. Por outro lado, se associa fortemente ao desestímulo que os anos de ensino remoto provocaram para muitos jovens e suas famílias, que se soma à pressão pela busca do emprego e renda que dramaticamente atinge as camadas populares mais precocemente.

A gente está com um problema sério de exclusão escolar, um problema sério de famílias que observam que a rotina de levar uma criança para a escola é muito complicada e é muito mais fácil deixar ela em casa sem fazer nada, ou de já inserir ela nessas atividades domésticas. Esse não-retorno continua acontecendo, ele está sendo muito gradual. Por exemplo, houve a chegada de um enorme contingente de estudantes de escola particular para a escola pública, por causa da crise. A gente não tem ainda esse diagnóstico do que aconteceu, se essas crianças saíram da escola e já voltaram, se essas vagas são de crianças que saíram e não voltaram. Teve um movimento migratório durante a pandemia também, de retorno, de famílias que retornaram dos seus estados de origem, que levaram suas crianças. Então, foi uma mexida em vários cenários, em vários contextos, que eu acho que a gente ainda não tem condições de dimensionar (Campanha Nacional pela Educação).

Eles estão totalmente desmotivados, estão distantes da escola. Muitas escolas do território já voltam da pandemia com a estratégia, com o programa PEI, que é o programa de ensino integral. Então, para um adolescente que não estava frequentando um ano a escola, volta para a escola no horário integral, ou das sete da manhã às duas, ou das duas e meia às nove e meia da noite, além da carga horária ser muito grande, ainda vem e rompe com outros espaços que esse adolescente criou laços. Por exemplo o CEDESP, que é a política da assistência social, que oferta curso profissionalizante. O menino se vê nesse meio de ter que escolher, “ou eu estudo, ou eu faço CEDESP”. E aí desmotiva total. De repente esse menino não está nem no CEDESP nem na escola (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, Sapopemba).

Quando voltou para as escolas, as pessoas, e principalmente as crianças e os jovens, não sabem se relacionar. Muitos adolescentes e até mesmo crianças com crises de ansiedade. A gente tem sido cada vez mais solicitadas nesses espaços para a realização desse tipo de oficinas, de dinâmicas que trabalhem com a saúde mental, com as práticas de autocuidado, que é como a gente está chamando essas práticas meditativas, essa facilitação dessas dinâmicas sobre emoções (Centro de Excelência em Primeira Infância –CEPI).

Acho que o principal fator que a gente percebeu foi a sensação de abandono. E aí, aqueles vínculos fortes que a criança tinha em relação ao espaço escolar, muito se fragilizaram. Para nós da educação, a nossa principal percepção foi de diminuição do sentido da escola para grande parte das famílias. Aquelas crianças que já apresentavam desafios para permanecer na escola, que os vínculos já eram mais fragilizados, foram as mais afetadas. As pessoas voltaram muito mais ansiosas, muito mais inquietas, com mais dificuldade de sustentar a atenção, a escola sem sentido, as pessoas mais intolerantes – e quando eu digo as pessoas, isso é uma coisa que a gente observa dos dois lados, tanto o adulto quanto a própria criança (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo – NAAPA).

Tem os jovens que estão dentro dos cursinhos, e que estão conseguindo acessar a universidade. Isso é muito importante. Mas... Sempre há muito custo, né? Então tem essas duas partes. As pessoas estão conseguindo acessar as coisas, estão conseguindo acessar as formações, estão conseguindo acessar a educação – uma educação popular, de qualidade. Mas também tem essa outra questão de estar na informalidade, nesses trabalhos informais, que conseqüentemente, muitas vezes, não são trabalhos dignos, né? E estar nessa correria de contribuir dentro de casa. E a questão da fome ainda está aí, né? (Uneafro).

Embora a percepção generalizada fosse da ausência de preparo para a retomada do ensino presencial, algumas medidas foram adotadas por meio de encaminhamentos via secretarias de cada cidade e estado, mas também por iniciativa própria de comunidades escolares. Em termos de **políticas públicas de adaptação**, em São Paulo, por exemplo, houve o planejamento de realizar tal retorno de forma gradual, no sentido de dividir os estudantes em grupos que intercalavam os dias da semana em que frequentavam o ensino presencial. Ainda que houvesse o desejo de realizar o ensino híbrido, equipando salas de aula com tecnologias que permitem a conexão com os estudantes que estivessem em casa, tais instalações se deram tardiamente, bem como a entrega dos tablets mencionada anteriormente.

Um exemplo de política inovadora adotada pelo município foi o “Programa Operação Trabalho Volta às Aulas”, conhecido como “Mães POT”, iniciativa que gerou emprego para mães de estu-

dantes das próprias escolas e na qual auxiliavam as escolas na adoção de medidas de segurança e proteção na fase de retorno. Embora não planejado enquanto política pública contínua, mas uma ação emergencial, o programa funcionou – assim como no caso de agentes comunitários de saúde nas unidades básicas de saúde – como uma forma de conexão entre o serviço e a comunidade, fazendo com que esta participasse ativamente na execução da política pela primeira vez. Em uma fase posterior, tais mulheres passaram a ser empregadas para auxiliar nas medidas de busca-ativa realizadas para engajar os estudantes no retorno à escola e reduzir os índices de evasão. Tais elementos destacados nas entrevistas revelam que houve pequenas tentativas do Estado de responder às demandas da educação naquele momento, embora tenham sido frustradas diante da magnitude do impacto que os anos de fechamento das escolas na pandemia representaram para crianças e jovens. A carência de espaços participativos e de diálogo com a comunidade escolar justifica, em parte, tais frustrações. Os depoimentos de duas educadoras revelam as diferentes nuances desse processo de retorno.

Esse retorno foi paulatino, não foi de uma vez. A gente tinha lá 30% voltando para o presencial e aí tinha alguns critérios que a gente precisava atender, no sentido da vulnerabilidade socioeconômica. No final das contas, voltou antes quem teve coragem de voltar. A gente não tinha esse mapeamento de quem estava mais vulnerável. A gente botou um link de votação no WhatsApp perguntando quem queria voltar ou não e a partir disso a gente elaborou essa lista dos 30% que voltariam antes. Muitas famílias não queriam esse retorno, naquela ocasião também. Não teve nenhuma crise nesse sentido, meio que a coisa se ajustou naturalmente, porque as pessoas ainda tinham muito medo de voltar para a escola, apesar de estarem quase todas na rua. Como eram menos estudantes, o que acontecia ali no presencial tinha muita qualidade. A gente começou a fazer assembleias, uma vez por semana, criou comissões, os estudantes que estavam no presencial estavam muito felizes. Primeiro porque a escola era um lugar muito gostoso de estar, porque – apesar de ter que usar máscara, de ter que ficar passando álcool toda hora na mão – eles estavam com os amigos, em salas que tinham oito estudantes, numa escola que estava limpa, que não estava barulhenta, que estava preparada com atividades de acolhimento. Quando foi anunciado que ia voltar 100%, os estudantes que estavam no presencial se mobilizaram e pediram para que isso não acontecesse. E ainda chegou todo mundo com muito medo, tinham muitas restrições, compartilhar material não podia, não podia ir para a sala de leitura, não podia ir para a sala de informática, que são as coisas que eles gostam, a educação física ainda muito adaptada, de um jeito que eles não gostavam (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

A gente está pensando na ampliação da equipe – vai quase triplicar – para que a gente consiga atender a escola com mais qualidade. Nós estamos trabalhando num grande programa voltado para a saúde mental, tanto do educador quanto da criança da nossa rede. Estamos pensando na criação de um centro dedicado ao estudante da nossa rede para atendimento psicoterápico. A gente aqui está chamando de ateliê, porque a gente quer pensar em saúde mental a partir da perspectiva da arte, da cultura, do esporte (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo – NAAPA).

O retorno ao ensino presencial em um cenário no qual o risco de contaminação ainda era preocupante gerou uma ampla discussão em torno da **infraestrutura inadequada das escolas**, o que também apareceu no discurso das organizações entrevistadas. Por sua vez, ainda que a discussão tenha ganhado fôlego em um momento inicial e siga sendo pauta de organizações que advogam pelos direitos das crianças no contexto nacional, isso não se refletiu em mudanças efetivas nos ambientes escolares, o que para algumas pessoas entrevistadas é sinal do descaso e da ausência de interesses políticos na transformação social.

A gente acompanhou, fora do Brasil, no momento que a pandemia começou, um movimento muito interessante de escolas que estavam pensando, no momento de retomada, como associar as medidas de cuidado que vão precisar acontecer com as aulas do lado de fora. Será que a gente não pode aproveitar essa oportunidade e propor que a gente use melhor os espaços abertos, tanto das escolas quanto dos entornos dessas escolas, como praças e parques? E aí a gente desenvolveu diversos materiais, mostrando que em outras pandemias, especialmente da tuberculose, isso já era uma prática. A gente continua fazendo essa defesa, sobre como é que a gente pode olhar melhor para a infraestrutura escolar, que a gente pode ter uma escola mais saudável. A gente também advoga para que essas escolas sejam espaços de resiliência climática, porque elas precisam repensar suas infraestruturas, ser espaços mais verdes, espaços mais saudáveis para a comunidade escolar e também para as cidades (Instituto Alana).

É muito importante que a arquitetura da escola deixe de ser parecida com o presídio. Quem já entrou, principalmente em uma escola pública, viu a sala da biblioteca fechada, por exemplo, passa por vários portões, por várias grades, até conseguir acessar a sua sala de aula ou a sala de vídeo. A sala de vídeo, por exemplo, é rodeada por mil cadeados. O problema da educação de base aqui no Brasil pode ser entendido enquanto um projeto político, a partir do momento que a gente vê salas de aula com problemas estruturais, professores e professoras desvalorizados, sem plano de carreira, com salários baixos. Isso é um projeto de sucateamento da educação pública e uma forma de, em algum momento, fazer com que ela seja privatizada (Uneafro).

A gente teve contato com gente que era engenheiro especialista em qualidade do ar. Esses caras nunca tinham ouvido falar de escolas, eles não sabiam como é que funcionava uma escola. E aí eles descobriram que a escola pública não tinha nem ar funcionando. E que muitas escolas sequer tinham janelas. E eles queriam conversar com a gente para saber se era verdade. Então, assim, a pandemia deu uma visibilidade para a educação e para o problema de infraestrutura da educação no país. E quando volta - isso também a gente esperava - a escola sumiu. Agora a gente está no processo de discussão política sobre várias outras coisas. A agenda da escola pública caiu. A gente vê agora a movimentação dos estudantes, os professores voltaram, está todo mundo na rua de novo, então parece que é vida normal. Mas em termos de infraestrutura, não houve investimento representativo no país inteiro para que houvesse infraestrutura nessas escolas, elas continuam do mesmo jeito (Campanha Nacional pelo Direito à Educação).

Dentre as **estratégias adaptativas ao retorno ao presencial** adotadas pela comunidade escolar e projetos sociais, grande parte consistiu em tentativas de promover o acolhimento dos jovens perante o reconhecimento do impacto para a saúde mental dos meses isolados. Isso significou permear os encontros de trabalho com maior afetividade e escuta, ao invés de priorizar uma abordagem conteudista, além da busca pelo suporte psicoterápico. A formação de professores também esteve dentre as estratégias citadas, destacando a importância de multiplicar as ações de acolhimento por meio de abordagens lúdicas e de incentivo à leitura.

Quando a coisa começou a melhorar e foi permitido não usar mais máscara, eu tinha muitos adolescentes que não queriam tirar a máscara, porque tinham vergonha da boca, dos dentes, “ah, todo mundo me conheceu de máscara, vão rir de mim”. Foi uma passagem difícil a da máscara: foi difícil para colocar, foi difícil para tirar, porque tinha essa coisa também da auto-imagem. Imagine uma criança que a pandemia começou, ela estava lá no quarto ano, ela era criança ali no quarto ano; de repente ela volta no sexto ano, fundamental 2, pouco alfabetizadas, sem vínculos ali com os amiguinhos da turma, com o corpo em transformação, entrando na adolescência... É muita coisa para administrar (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

No nosso retorno a gente teve que mudar algumas coisas. Eu percebi que estava todo mundo um pouco mais estressado, um pouco mais vulnerável psicologicamente falando. E aí, no começo, eu tive que me adaptar também. A abordagem tinha que ser um pouco mais tranquila, a didática tinha que ser mais tranquila e mais leve, momentos de intervalos maiores para as pessoas respirarem e conversarem entre si. Eu tive essa sacada: momentos mais de descontração, focar menos na aula e falar sobre outros assuntos (Instituto Unidos de Paraíso).

Teve um professor que criou um jogo online e funcionou com os jovens. Teve conversa com psicólogo que a gente conseguiu, porque esse emocional também estava muito forte e abalado. E eu acredito que seja esse resquício ainda dessa pandemia, a gente ter ficado tanto tempo em casa, ter que ver e lidar com os problemas, com os conflitos familiares, com essa escola que é difícil, que ninguém escuta. Eles estavam muito bravos, então a gente agora está retomando os conteúdos e fazendo com que eles continuem falando, trazendo essas angústias, dentro do que já está programado (Pró Saber).

A gente organizou ações de formação continuada com professores, porque passamos a entender a necessidade dessas formações, justamente porque somos um coletivo pequeno, que não consegue atender todas as demandas no território. Então, como a gente pode contribuir mais para a leitura? E aí, a gente pensou na formação continuada, para formar os professores também em mediadores de leitura (Rede LiteraSampa).

Esse ano a gente focou ainda mais na formação das educadoras. A gente tem sido uma das três instituições aqui do Brasil que têm focado nesse programa de educação socioemocional. E esse ano a gente tem atuado muito forte com as instituições de educação, especificamente cuidando desses resquícios na saúde mental no pós-pandemia (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

2.3. O papel comunitário das Escolas

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, durante a pandemia, as escolas públicas no Brasil adotaram diversas estratégias para garantir a prestação de serviços essenciais em suas comunidades. Essa atuação está intrinsecamente ligada à evolução dos direitos de cidadania no país, historicamente materializados pela ação concreta dos serviços públicos instalados nos territórios. Dessa forma, a ação local das unidades de atendimento, e dos agentes que nelas atuam, desempenha um papel crucial na efetivação desses direitos. A centralidade dos equipamentos públicos se destaca como uma estrutura vital no contexto urbano em que se inserem. Considerando que a rede de escolas públicas é mais extensa do que a de outros serviços e mantém um contato diário com a comunidade, ela se encontra mais próxima das condições de vida da população, o que reforça seu papel como ponto de referência para as políticas públicas locais.

Esse caráter estruturante das escolas públicas não é algo recente ou relacionado ao contexto pandêmico, mas está presente em algumas das mais sofisticadas formulações ao longo da história do pensamento e da política educacional no Brasil. Alguns exemplos são: as escolas-parque Convênio Escolar, sob a gestão de Mário de Andrade na década de 1950, em São Paulo; as escolas de Educação Infantil e sua relação com as superquadras na cidade de Brasília, trans-

formando as escolas em unidade de planejamento; e, mais recentemente, os Centros de Estruturação Urbana (denominados CEUs) na cidade de São Paulo, cuja estruturação dos equipamentos se conjuga com a paisagem e a infraestrutura da cidade e integra uma série de serviços públicos.

Alguns exemplos foram destacados aqui para refletir sobre essa centralidade assumida pelas escolas. Em uma escola pública no **Jardim Pantanal**, bairro localizado na região leste de São Paulo, onde os moradores enfrentaram uma das maiores taxas de mortalidade por Covid-19 da cidade, uma média de um terço dos alunos participou de atividades remotas em 2020. Essa escola está localizada em uma área com um forte histórico de mobilização social, onde um plano diretor foi construído com a participação da comunidade – incluindo crianças – para promover a regularização fundiária e a urbanização sustentável do bairro. Um projeto premiado, a “Rua das Crianças”, também foi construído para promover a requalificação urbana da calçada em frente à escola. Apesar da dificuldade de acesso ao aprendizado dos alunos no ensino remoto durante a pandemia, considerando a exclusão digital, a escola foi um importante ponto de distribuição de cestas básicas e cartões de alimentação com um subsídio mensal da administração municipal. O fato de estar na linha de frente fez com que os trabalhadores fossem infectados com o vírus, razão pela qual muitos deles aderiram a uma greve nacional para garantir a vacinação prioritária para essa categoria.

Em outra escola pública de **Heliópolis**, a maior favela de São Paulo, na zona sudeste da cidade, a produção de conhecimento foi uma aliada na luta contra a pandemia e outras crises associadas. A escola organizou a elaboração de roteiros interdisciplinares para distribuir aos alunos com temas relacionados à pandemia, a fim de discutir os impactos da pandemia na comunidade e na vida dos alunos. Os roteiros foram enviados por WhatsApp e impressos para aqueles que quisessem retirá-los na escola. Uma parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC) realizou uma pesquisa sobre segurança alimentar dentro da escola com base em um questionário distribuído às famílias por amostragem, que informou que 80% dos alunos da escola estavam em situação de fome – entre as variações de alto, médio e baixo risco. No entanto, foi destacada uma forte crítica à ausência da Administração Municipal, incluindo a falta de transparência sobre os critérios de distribuição de cestas básicas que não abrangiam todas as famílias. A escola, portanto, trabalhou em conjunto com outras organizações da vizinhança para garantir que as famílias não contempladas fossem atendidas. Em relação às brincadeiras, como há poucos espaços públicos e gratuitos de lazer na comunidade – considerando a predominância de becos e ruas curtas onde predominam os carros – e o fechamento dos existentes durante a pandemia, muitos alunos com mais de 10 anos passaram a frequentar o baile funk, o que levanta questões problemáticas considerando a presença da violência em vários sentidos, envolvendo trabalho infantil, abuso sexual e drogadição. De acordo com um entrevistado, o uso das instalações da escola, mesmo diante do fechamento durante a pandemia, foi uma estratégia importante para garantir os direitos dos jovens:

Eles encontram o caminho deles, sobem na laje, no telhado da escola, eu tenho que consertar toda semana, porque eles sobem lá todo final de semana para soltar pipa. O meu esforço nesse período tem sido abrir, tirar as grades, tirar o portão, e estou deixando o parquinho da escola aberto nos finais de semana, o que é difícil, porque eu chego lá na segunda-feira e o parquinho está uma bagunça. Então tem uma série de conflitos que surgem ao tentar abrir a escola. A gente tem conversado com os vizinhos, mas é uma coisa que leva tempo (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Um terceiro exemplo é um centro educacional no distrito de **Perus**, localizado no extremo noroeste da cidade de São Paulo, dedicado à Educação de Jovens e Adultos (denominado CIEJA), designado para garantir os direitos de jovens e adultos. A unidade do CIEJA de Perus, uma das 16 unidades distribuídas na cidade, iniciou suas atividades em 2016. Essa região está localizada em meio a importantes remanescentes florestais da cidade e tem um histórico de danos ambientais, infraestrutura precária e serviços públicos insuficientes. Como resultado, os valores dos imóveis são baixos e a população residente é predominantemente de baixa renda. A escola tem como premissa o diálogo horizontal com os agentes do território e, mesmo antes da pandemia, era um espaço privilegiado para o diálogo e o acesso à alimentação. Durante a pandemia, cientes de que a desproteção na região estava se agravando e que as ações municipais não levavam em conta as especificidades da periferia, desenvolveram diversas iniciativas sem o apoio da Secretaria Municipal de Educação. Segundo a pessoa entrevistada, as ações baseadas na entrega de vales pelo correio foram extremamente ineficazes, o que levou a própria escola a tomar providências, dentro de uma perspectiva de atuação e mobilização comunitária que prescinde de apoio estatal já bastante difundida entre movimentos sociais locais, denominada “sevirologia”.

Arrecadamos algum dinheiro, compramos pacotes de alimentos ou coletamos doações. Mas compramos muitos cupons no supermercado local, porque é uma forma de incentivar o comércio a funcionar. Tem uma teoria aqui na comunidade, criada pelo Mestre Soró, que infelizmente já nos deixou, que é a ciência da ‘Sevirologia’, né? Você não pode fazer, então você ‘se vira’. Esse quadro que eu estou detalhando para vocês, eu tenho certeza que vocês vão encontrar em todo lugar de São Paulo. Que as políticas públicas não chegaram. Por falta de entendimento do que é um território periférico. Uma coisa é você ter um endereço bonito no centro. E depois você deixa na portaria do seu prédio. Outra coisa é entregar na comunidade, na viela que não tem número na frente da casa. Tinha que ser alguém daqui. Eles deveriam ter passado o dinheiro para nós e dito: “Ei, vão lá, contratem gente”. Porque também seria um emprego para o entregador que ficou sem trabalho por causa da pandemia (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA, Perus).

Tais depoimentos revelam o **nexo entre a educação e a alimentação**, uma vez que as escolas exercem no país importante papel de porta de entrada para acesso a direitos e serviços públicos, o que inclui o direito à alimentação escolar. Como veremos com maiores detalhes na próxima seção, o fechamento das escolas impactou na situação de insegurança alimentar de milhares de famílias e não houve uma política coordenada e única no país de orientação para as escolas. No município de São Paulo, por exemplo, foram organizadas listas de doações de alimentos (via cestas básicas e cartão alimentação) a serem distribuídos pelos projetos sociais reconhecidos pelo poder público e pelas escolas para as famílias socialmente mais vulneráveis. Contudo, críticas foram feitas com relação à falta de transparência desse processo e de como a descentralização da política colaborou para gerar distorções, e a exclusão de diversas famílias dos circuitos de doação. Para lidar com tal situação, ações de solidariedade lideradas por agentes da ponta nas escolas e com recursos próprios foram organizadas, reforçando também a dimensão subjetiva desse papel ocupado pelas escolas.

Os depoimentos indicam, ainda, o **nexo entre a educação e o brincar/lazer**, uma vez que são as escolas que, muitas vezes, oferecem espaços de socialização e lazer para crianças e jovens. Atividades de excursão, horário do recreio, aulas de educação física e oficinas de escola integrada são alguns dos exemplos citados, além do próprio espaço da escola em si, que pode conter quadra, sala com equipamentos multimídia, salas de dança, dentre outros. Assim, o fechamento das escolas significou, também, a redução drástica das possibilidades de lazer para jovens de baixa renda.

Relatórios institucionais indicavam, ainda, que o distanciamento social ampliaria a exposição de crianças e jovens à violência doméstica (OECD, 2021). Tal contexto esteve presente nos depoimentos das organizações entrevistadas, nos quais, novamente, a escola aparece com o importante papel de garantir o **direito à proteção integral** dos estudantes. Isso se revela, especialmente, nas conversas com agentes públicos que atuam no sistema de educação e que reforçam a confiança que os jovens que passam por situação de violência e abuso atribuem à figura do professor.

A gente tinha um grupo de mais ou menos 400 crianças que a gente monitorava por viver em situação de violência doméstica. O primeiro impacto para a gente teve foi: “Agora eles estão sozinhos”. Bem rapidamente a gente criou um site que tinha uma ferramenta, um bot, que permitia o diálogo da nossa equipe com o estudante, e que a gente podia falar sobre as questões de violência de uma maneira lúdica e acessível. A gente teve em torno de 74 mil acessos a esse site. Sabe o que elas pediam? Para falar com o professor (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo – NAAPA).

Hoje eles contam muito para a gente dessa situação de agravamento da saúde mental. Principalmente as meninas, que contam mais. Que ficaram só cuidando da casa, dos irmãos pequenos, cozinhando, limpando casa, não saindo de casa, trabalhando dentro de casa. E muito ociosos, assim, no sentido de não ter tido ali uma atividade, alguma motivação para fazer alguma coisa diferente, não tinham acesso a nada, a vida parou e eles estavam trancados dentro de casa. Aí vem as histórias escabrosas que a gente tem tentado lidar até hoje, de muita violência doméstica, um agravamento de violência sexual muito forte, muitos casos de meninas relatando abuso, muito caso de alcoolismo, drogadição dentro de casa, eles contam muito isso também (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

O diálogo com as organizações reforça o **papel comunitário** que a escola assume na sociedade brasileira. Significa reconhecer que, para além da provisão da educação, esses espaços atuam como potentes equipamentos capazes de integrar ações e políticas voltadas para a garantia de direitos de crianças, jovens e famílias, atuando de modo **intersetorial**. Em um contexto de crise, como a pandemia, o fechamento de tais equipamentos implicou a desestruturação de uma série de políticas que atendiam às famílias em situação de maior precariedade socioterritorial e coube aos profissionais que atuam na ponta e se relacionam diretamente com essas populações a árdua tarefa de se reorganizar e criar estratégias de adaptação em meio a um cenário de desamparo e precariedade.

A escola pública é a escola do brasileiro. Menos de 10% dos estudantes brasileiros estão na escola privada, e esses 10% estão nos grandes centros da região sudeste. Saiu dali, o resto da escola é pública. Essa instituição escolar pública, ela é uma peça fundamental nessa engrenagem, seja para formação, seja para garantir direitos, seja para simplesmente manter a criança em algum lugar (Campanha Nacional pelo Direito à Educação).

A pandemia demonstrou o quanto a relação humana é necessária para o desenvolvimento social. A minha percepção é que a gente voltou mais endurecido, mais individualista, com mais dificuldade de se relacionar. Isso reforça a importância da escola no desenvolvimento da nossa experiência humana. O quanto é importante a gente estar junto, estar perto, se relacionar individual e coletivamente. A escola tem um papel importantíssimo para livrar a gente da barbárie e para ajudar no nosso desenvolvimento como civilização (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo – NAAPA).

2.4. Outras reflexões sobre a educação

De modo geral, os depoimentos destacaram que as reflexões sobre o impacto da pandemia na experiência de crianças e jovens evidenciam a necessidade da **transformação significativa na concepção de boa parte das propostas de educação no Brasil**. Há no país extenso histórico de propostas pedagógicas com ênfase na valorização da participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional. Esse entendimento deve orientar o futuro e ser combinado com o reconhecimento da importância de investir em infraestrutura escolar, garantindo ambientes adequados e recursos suficientes para o desenvolvimento pleno das atividades pedagógicas. Além disso, deve considerar a valorização dos profissionais da educação, por meio de melhores condições de trabalho e oportunidades de formação continuada, essenciais para elevar a qualidade do ensino. Isso significa, ainda, reconhecer e valorizar as diferentes trajetórias e escolhas dos estudantes, a fim de não perpetuar desigualdades e processos de exclusão.

A escola lida com classes diferentes, com pessoas diferentes e nem sempre essas pessoas estão na escola com um projeto de ascensão social ou econômica. A história da educação brasileira é a história da educação para formação de um homem novo, que se constitui um cidadão democrático, que é formado para produção do progresso. O progresso é sempre essa questão evolucionista e quem não quer participar dessa evolução é visto com maus olhos. Só que essa educação é limitada se ela não entender que nem todo mundo tá dentro desse projeto. Inclusive porque esse projeto só funciona se tiver pessoas que não querem ascender, que querem continuar desempenhando outros trabalhos (Campanha Nacional pela Educação).

Acho que a ideia de escola tem que se transformar, a concepção está errada. As pessoas que têm a caneta na mão, não têm ideia do que é uma escola. Na hora que os governos, de uma forma geral, entenderem a potência que uma escola tem dentro de um território, talvez a gente possa começar a conversar sobre um projeto. Fala-se muito sobre a escola integral, mas a dimensão que se tem é carcerária. É uma escola para ampliar o tempo que esse estudante fica dentro da escola sem recurso nenhum. Você tranca todo mundo lá e joga a chave fora, sem prever que as pessoas já começaram a se matar lá dentro. O que a gente vê hoje na escola pública brasileira é um total descaso com a educação. Se pensa em muitas coisas, mas não se pensa no que é a finalidade maior do nosso trabalho, que é educar gente. E educar gente é uma coisa que você só pode fazer se você tiver uma visão integral daquela pessoa (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Os depoimentos trouxeram à tona questões fundamentais sobre os limites e as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro, na medida em que reconhecem o atravessamento histórico refletido nos **marcadores sociais de diferença**, como raça, gênero, classe e

religião. Nesse sentido, as transformações na educação passam pela adoção de uma abordagem integral que reconheça as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas e o potencial da diversidade presentes nas crianças e jovens que frequentam as escolas. Ainda, a mudança da narrativa histórica para incluir a perspectiva dos povos oprimidos, por meio da adoção de práticas como a descolonização do currículo, apresenta-se como uma estratégia de empoderamento dos estudantes e enfrentamento ao racismo estrutural e à exclusão social. Assim, uma educação verdadeiramente transformadora deve tanto enfrentar as desigualdades sociais quanto questionar e reconfigurar as narrativas que sustentam essas desigualdades, promovendo um ensino mais inclusivo e crítico. Para isso, deve haver um cuidado especial em não reforçar ainda mais práticas e modelos autoritários e opressores, que cerceiam a autonomia e a diversidade.

Quanto mais a gente olha uma sociedade com uma distribuição de renda desigual, e não é só renda, mas serviços, quanto menos acesso a população tenha a serviços, mais isso impacta nas desigualdades educacionais, porque a escola não é um mundo à parte. A escola está conectada com a vida, e o sofrimento que se dá fora da escola, se reflete dentro da escola. Então eu acho que o nosso primeiro desafio é reconhecer a educação como direito, e reconhecer educação como direito é olhar para essa criança de maneira integral, então é entender que essa criança que chega na escola é uma criança que carrega essa história, essa história de precarização, de abandono, de violência, de violação de múltiplos direitos, e que na escola, a gente precisa virar a chave, que é de dizer assim, “olha, então a criança que vive isso não aprende”, “a criança vítima de violência não aprende”, “a criança que tem uma situação socioeconômica precarizada não aprende”. O desafio da escola é se perguntar “como eu ensino para uma criança que tem uma situação de muita precariedade socioeconômica? como eu ensino para uma criança que vive em contextos de violência? como eu ensino para uma criança que vive outras dimensões de violação de direito?” (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo – NAAPA).

Um ponto muito importante seria descolonizar o currículo. A partir do momento que a gente consegue ter uma aula de história, que a gente, por exemplo, deixe de dizer que os portugueses chegaram ao Brasil e comece a dizer que eles invadiram o nosso território, acho que muita coisa pode mudar. Porque aí a gente começa a entender pela ótica de quem foi vencido e por que muitas populações foram vencidas. A partir disso a gente vai entender por que o racismo existe no nosso país, por que o preconceito, a exclusão social é tão grande dentro das periferias e dos territórios pobres do nosso país. Acho que isso empodera os estudantes e leva ao questionamento. Isso pode ser muito transformador e tem um salto muito qualitativo dentro da educação e do nosso país (Uneafro).

A gente coloca questões de cidadania também, de cidadãos que aceitam melhor, né? A gente é luta de classe, então a gente busca trazer aos alunos essa reflexão, tipo, quem nós somos, onde estamos, por que a educação é ruim, por que o vestibular é difícil, por que a universidade é tão longe da minha casa? A gente faz essas perguntas com eles, através disso. “Ó, eu tô procurando passar no vestibular, mas eu sei que o vestibular tem que acabar”. A gente quer que ele chegue no final do ano com essa noção, tipo, “Ó, talvez eu não passe esse ano, mas o problema não sou eu” (Rede Ubuntu).

O impacto da Covid-19 no acesso à alimentação de crianças e jovens em territórios vulneráveis e adaptações relacionadas

3.1. O retorno do Brasil ao mapa da fome

Embora o Brasil tenha saído do Mapa da Fome da ONU em 2014, a mudança política a partir de 2016 levou a um aumento da insegurança alimentar e a condições de vida mais precárias. Atualmente, o Brasil é caracterizado por um processo de transição nutricional, no qual a subnutrição está diminuindo, mas a obesidade está aumentando (Martins et al., 2021). Esse cenário afeta particularmente a população jovem brasileira e, principalmente, os mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que reflete tendências globais mais amplas em que a pobreza, os comportamentos nutricionais inadequados e a vulnerabilidade socioeconômica levam à obesidade. Essa mudança também está ligada a desafios ambientais (incluindo o acesso à água e ao saneamento). Juntos, esses fatores promovem um consumo crescente de alimentos ultraprocessados em detrimento de alimentos frescos e saudáveis (Swinburn et al., 2019).

Entre 2004 e 2013, a segurança alimentar no país melhorou (Cotta; Machado, 2013). Isso se deveu em grande medida a programas bem-sucedidos, como o Fome Zero e o Programa Bolsa Família (PBF), de transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o objetivo de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional. Até 2009, o número de beneficiários do PBF chegou a 12,4 milhões (Cotta; Machado, 2013). Outra medida importante foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criado em 2009, ele proporcionou acesso a alimentos nutritivos para mais de 41 milhões de crianças em idade escolar (Pereira et al., 2020).

No entanto, na última década, com a mudança de governos e a deterioração da situação econômica, o país enfrentou um caminho inverso: entre 2013 e 2018, a insegurança alimentar grave aumentou 8,0% ao ano e, de 2018 a 2020, a fome aumentou 27,6% (Rede PENSSAN, 2021). No primeiro ano da pandemia, em 2020, o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar grave chegou a 19,1 milhões, afetando mais de 60% dos domicílios no Norte e 70% no Nordeste, em comparação com a prevalência nacional de 55,2%.

Para mitigar este cenário, alguns programas de apoio socioeconômico foram adotados durante a pandemia, como o Auxílio Emergencial, que visava a mitigar a pobreza e a extrema pobreza. Após sua implementação, no terceiro trimestre de 2020, a porcentagem de crianças que viviam em situação de pobreza monetária caiu de 40% para 35%. Por sua vez, nos meses seguintes, após a redução do benefício, esse índice voltou a subir para 39% (Nassif-Pires; Cardoso; Oliveira, 2021). Esse programa atingiu cerca de 80% dos jovens que não estavam estudando ou não estavam trabalhando na época da pandemia da Covid-19 (Silva; Vaz, 2020). Os dados revelaram, contudo, que a fome esteve presente em 21,5% das famílias que recebiam o Auxílio Emergencial, o que aponta para sua insuficiência (Rede PENSSAN, 2022). Ainda, muitas famílias de baixa renda foram excluídas do programa e tiveram um aumento significativo da insegurança alimentar e nutricional, que desde então vem aumentando constantemente.

Soma-se a esse quadro o contexto de inflação: em abril de 2022, a inflação dos alimentos consumidos em casa atingiu 16,12% (Campos; Jaime; Campello, 2022). De modo geral, o governo federal fez poucos esforços para evitar a fome e o aumento dos preços dos alimentos naquele período. Os alimentos mais saudáveis e de maior qualidade nutricional foram os que registraram o maior aumento, enquanto os alimentos de baixa qualidade nutricional e os ultraprocessados variaram abaixo da inflação média.

No contexto de fechamento das escolas, a alimentação escolar também ficou comprometida, agravando a insegurança alimentar entre crianças e jovens vulneráveis. Uma lei nacional de emergência autorizou a realocação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para apoiar famílias monetariamente pobres com crianças matriculadas no programa. No entanto, ao deixar a cargo do governo local a decisão de distribuir ou não os alimentos, muitas crianças e jovens foram deixados de fora (Pereira et al., 2020).

Como resultado, a insegurança alimentar aumentou dramaticamente durante a pandemia (Rede PENSSAN, 2022). Em 2022, apenas 41,3% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar, enquanto 28,0% estavam incertos quanto ao acesso aos alimentos. 30,1% dos domicílios enfrentavam restrição alimentar quantitativa, e 15,5% deles estavam em situação de fome. Efetivamente, em 2022, 125,2 milhões de brasileiros viviam em domicílios com algum nível de insegurança alimentar e mais de 33 milhões estavam em situação de fome (14 milhões de

peças a mais do que na época da mesma pesquisa em 2020). Crianças, mulheres e a população negra eram os que mais sofriam com a fome (Schall et al., 2021). Mais de 6 em cada 10 domicílios com algum nível de insegurança alimentar eram chefiados por mulheres e se identificaram como pretos ou pardos (Rede PENSSAN, 2022). Entre 2020 e 2022, a insegurança alimentar grave dobrou nos domicílios com crianças de até 10 anos de idade, passando de 9,4% para 18,1% (Rede PENSSAN, 2022). O Brasil também enfrentou concomitantemente um processo de enfraquecimento de políticas que corroboravam o combate à fome desde o ano de 2016, o que agravou ainda mais o contexto da pandemia.

Nesse panorama, iniciativas de distribuição de alimentos surgiram das comunidades escolares graças ao envolvimento da sociedade civil, envolvendo atores públicos e privados e entidades religiosas (Boullosa; Peres, 2022; Domingos; Mitkiewicz; Saldiva, 2022). O país passou por uma grande onda de mobilização solidária e as doações aumentaram. Essas doações eram principalmente cestas básicas, mas também envolviam alimentos orgânicos, leite e alimentos para o café da manhã das crianças. As iniciativas também incluíram a distribuição de vales para gastar em supermercados para dar mais autonomia às famílias (Mayer et al., 2021). Além das ONGs, reuniram-se indivíduos, instituições públicas, empresas privadas (por exemplo, bancos), organizações religiosas e comunitárias. Duas favelas urbanas exemplares na cidade de São Paulo – Paraisópolis e Heliópolis – testemunharam e acolheram uma ampla gama de iniciativas lideradas pela comunidade com o objetivo de reduzir o impacto da pandemia e atender às necessidades sociais mais amplas (incluindo alimentação, saúde e assistência aos mais vulneráveis) (Boullosa; Peres, 2022; Domingos; Mitkiewicz; Saldiva, 2022).

3.2. Redes de solidariedade no enfrentamento à fome

A disseminação da fome em milhares de lares brasileiros foi um dos impactos mais devastadores nos primeiros anos da pandemia. Esse cenário tornou-se o foco central das ações emergenciais realizadas por comunidades e projetos sociais, mesmo entre aqueles que, anteriormente, não se dedicavam a atividades de cunho assistencialista. A organização comunitária em territórios vulneráveis emergiu como uma resposta poderosa a essa crise, destacando-se em inúmeros depoimentos: todas as 32 organizações entrevistadas informaram ter participado de ações de solidariedade destinadas às famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica nos territórios onde atuam.

No início da pandemia, a insegurança alimentar emergiu como uma das maiores preocupações desses territórios, impulsionada pela perda massiva de empregos, especialmente nos setores de serviços, como restaurantes e limpeza. A impossibilidade de trabalhar remotamente agravou a situação para aqueles em subempregos, aumentando a incerteza quanto à subsistên-

cia e ao pagamento de necessidades básicas, como aluguel. Nesse contexto, projetos comunitários mobilizaram-se rapidamente para captar recursos e fornecer alimentos às famílias mais afetadas, evidenciando a **importância da solidariedade e da organização coletiva** diante de crises socioeconômicas.

A grande preocupação era com a alimentação: “como é que a gente vai manter a casa? como é que a gente vai pagar o aluguel?”. E aí a gente começou, enquanto projeto, a se mobilizar para conseguir recursos e alimentação para essas famílias (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

Essa realidade levou muitas organizações a reavaliar suas abordagens tradicionais, adotando **práticas assistencialistas**, mesmo quando essa não era sua vocação principal. A necessidade urgente de prover alimentos e outros recursos básicos para famílias em extrema vulnerabilidade desafiou os limites de seus projetos, evidenciando que, em crises tão severas, o apoio direto e imediato é imprescindível. Esse realinhamento revelou tanto a flexibilidade das organizações quanto a profundidade da crise que afetava ainda mais os que possuíam relações precárias de trabalho.

A gente tinha muito medo desse lugar da assistência, e hoje a gente já olha pra isso de outra forma (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

Não é um lugar que a gente atua normalmente, mas no momento da pandemia não tinha como ensinar as pessoas a pescar: você tinha que dar o peixe pronto. Em alguns momentos, para algumas famílias, inclusive a comida pronta, porque a pessoa não tinha gás para cozinhar (Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD).

A gente teve algumas doações, pessoas que entraram em contato com a gente, cesta básica, essas coisas, então a gente destinava para algumas famílias. A gente não tinha como dar conta, então a gente selecionava algumas pessoas que a gente sabia que tinha muita vulnerabilidade. Então, na pandemia, virou algo um pouco assistencialista também, apesar de não ser o foco do projeto. Mas a gente fez toda essa mobilização e fazia entregas de porta em porta (Instituto Unidos de Paraisópolis).

As inúmeras **iniciativas de combate à fome** adotadas nos territórios foram amplas e diversificadas, abrangendo desde a distribuição de cestas básicas e cartões de alimentação até o fornecimento de refeições prontas para aqueles sem condições de cozinhar. Os depoimentos revelam, ainda, como a experiência demandou o aprimoramento de estratégias de gestão eficiente de recursos a fim de garantir uma distribuição justa e equitativa diante de uma demanda crescente. A criação de redes de confiança e parcerias, bem como **investimentos em canais de**

comunicação, permitiu a ampliação do alcance das doações, transformando iniciativas locais em movimentos de apoio em larga escala que beneficiaram milhares de famílias.

Nós lançamos uma campanha via WhatsApp, via Instagram, no nosso site também, para a gente tentar ver o que nós iríamos conseguir de recursos. Mas a campanha não deu muito certo, porque só deram para produzir 28 cestas básicas, se não me engano. Foi nesse momento que se criou um grupo de confiança com líderes de diferentes territórios. A partir dessa rede, eles começaram uma mobilização maior de recursos, que começaram a ser destinados para essas lideranças que tinham CNPJ, tinham uma governança muito bem estruturada, tinham documentação. Então o recurso era muito mais fácil de chegar nas nossas mãos e ser distribuído depois para outras comunidades que não tinham documentação que depois pudesse receber uma auditoria, comprovar tudo com nota fiscal. Tanto é que essas 28 cestas básicas se transformaram em mais de 25 mil. Nós criamos um grupo com cerca de 50 voluntários - a maioria eram jovens e mulheres - e, nesse grupo, cada pessoa tinha uma função. Uma parte era responsável pelo cadastro, e eles iam de porta em porta, de viela em viela. Outro grupo ficava responsável pela distribuição, outro grupo ficava responsável para receber essas doações (Instituto Fazendinho).

A gente distribuiu, em 2021, no pico mais alto da pandemia, duas mil toneladas de alimentos. E a gente conseguiu impactar a vida de mais de duas mil e quinhentas pessoas, assim, diretamente, atendendo. E com as marmitas, a gente ajudou na produção e distribuição de cem mil marmitas (Associação de Mulheres de Paraisópolis).

A gente doou mais de 25 mil toneladas de alimentos nas seis comunidades e mais de mil cartões de alimentação. A gente foi entendendo no processo também, para além da cesta básica, a importância do cartão alimentação, porque às vezes aquela família precisa de um sabão em pó para lavar roupa, ela precisa de um shampoo, ela precisa de um gás que acabou, que é tão importante quanto o arroz e o feijão. E aí ela pode comprar no mercado com o cartão alimentação. Hoje a gente tem focado no cartão alimentação, porque a gente entende que não é sobre ser assistencialista, mas entender de fato qual é a demanda daquela comunidade, daquela família (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

A gente tinha que fazer um processo onde todas as doações que chegassem aqui na UNAS fossem distribuídas igualmente. O Heliópolis está dividido por núcleo, então cada núcleo desse tem uma liderança, um diretor ou um equipamento da UNAS ali. A gente começou a receber as doações e a gente dividia por igual. Primeiro para 5 núcleos, depois para 10 núcleos, depois a gente ficou com 13 núcleos. Porque a gente começou a dividir também para a região que a gente atende, e para outras comunidades que procuravam a gente também para poder desenvolver esse trabalho de doação para os moradores da região que eles estão inseridos. A gente fez um processo de cadastro também dessas famílias. Junto com o que estava acontecendo de pesquisa, através do Observatório de Heliópolis, a gente conseguia melhorar nossas estratégias de campanha e doação (UNAS Heliópolis e Região)

Em muitos casos, essas organizações transcenderam o fornecimento de itens básicos, reconhecendo a importância de oferecer maior autonomia às famílias. Isso incluiu cartões de alimentação, que permitem escolhas mais flexíveis, programas que integraram práticas de segurança alimentar sustentável, ou ainda, projetos de formação. Os depoimentos a seguir apontam nuances das estratégias de atuação das diferentes organizações neste período. Essa capacidade de adaptação e a sensibilidade às necessidades específicas das comunidades atendidas evidenciaram **a resiliência e a inovação social** emergentes em resposta à crise.

Tinha um celular só para cesta básica. A gente pedia para as pessoas mandarem mensagem, e a gente agendava a entrega a cada 10 minutos, para não ter superlotação. Eu tinha que deixar o celular no modo avião, para conseguir responder todo mundo do agendamento, porque quando eu tirava do modo avião, já vinha 200, 300 mensagens, e eu não conseguia acompanhar. Muitas pessoas não são alfabetizadas, então a gente tinha o cuidado de mandar em áudio, respondia todo mundo (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA).

Vai fazer uma receita de um alimento? Então a gente vai mandar os ingredientes, ou vai pensar numa receita que os ingredientes sejam possíveis de serem comprados, ou já vai mandar pronto, para algumas situações. Tipo, a gente fez oficina de biscoito: a gente mandou a receita para quem pudesse fazer em casa, mas mandou biscoito já pronto, para você experimentar esse biscoito (Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD).

A gente aproveitava o que estava sendo descartado [em centros de abastecimento], aí lavava, limpava, separava, o que dava para aproveitar. Para algumas famílias, não adiantava dar a cesta básica, se ela não tinha onde cozinhar. Então, foi fornecido também o alimento que a gente fazia para eventos da Cozinha Solidária: a mesma quentinha que era vendida, ia para a comunidade. Aí foram contratados motoboys para a distribuição e para a geração de renda. Um ajudou o outro (Movimento Sem Teto do Centro – MSTC).

A gente fez uma feira de distribuição de produtos orgânicos. Você não ia lá simplesmente doar o que você queria doar para a pessoa, a pessoa ia na nossa feira e escolhia o que ela queria ganhar. Eu lembro que estava na época, a gente tinha couve-flor linda, brócolis lindo. E a pessoa falava: “Meu filho, você está me doando, doa qualquer coisa”. “Não, eu não quero que você pegue qualquer coisa, eu quero que você pegue o que você quer”. Então foi uma revolução para a gente, ver o brilho no olhar das pessoas. E ao mesmo tempo a gente conseguiu escoar muitos produtos que os agricultores estavam perdendo na roça. Muitos produtos que estavam no padrão legal e muitos produtos fora de padrão, mas que eram perfeitamente consumíveis e ainda mais numa época em que as pessoas estavam tendo falta de comida (Nossa Fazenda).

Nós começamos a ter capacitação. A primeira foi voltada para as mulheres, o projeto das fazendeiras. Também tinha um grupo responsável por essa parte da tecnologia e da educação. O curso de gastronomia acontecia online. A professora criava as receitas, gravava tudo e depois compartilhava no grupo. E toda quarta-feira a gente ia para a cozinha e elas ali faziam essas receitas, a gente dava todos os insumos e a professora ia acompanhando ali online tudo que ia acontecendo (Instituto Fazendinhando).

Nas redes de solidariedade formadas, as universidades e centros de pesquisa também foram importantes parceiros das comunidades. Algumas organizações destacaram **o papel da pesquisa** para o mapeamento das situações no território, de modo a conhecer a realidade para desenhar propostas de ação para a garantia de direitos.

A gente teve um projeto que se chama Observatório da Alimentação Escolar que aconteceu durante a pandemia. E nesse projeto teve duas pesquisas, que foi inclusive de ouvir esses estudantes sobre a alimentação. Por exemplo, tinha perguntas assim: “Você lembra, antes da pandemia, na sua escola, quando você se alimentava, tinha legumes, frutas e verduras?”, “E como está agora?”. E era gritante, porque eles tinham alguma alimentação. Mesmo que não fosse correspondente ao que deveria ser do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Campanha Nacional Pela Educação).

Nessa parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC), a gente fez uma pesquisa sobre segurança alimentar dentro da escola. A partir de um questionário aplicado com algumas famílias a gente conseguiu, por amostragem, fechar um número que 80% da escola estava numa situação de insegurança alimentar (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Dentre as estratégias inovadoras, destacam-se as **hortas comunitárias e as cozinhas solidárias**, integrando aspectos de nutrição, economia solidária e promoção do bem-estar comunitário. Em diversas iniciativas, observou-se a implementação de hortas em espaços alternativos e reduzidos, como lajes e quintais, para cultivar legumes, verduras e temperos essenciais. Tais projetos não somente atenderam a necessidades alimentares básicas, como também fomentaram a integração social e a educação ambiental. Esses espaços surgem, portanto, como hubs multifuncionais de cuidado, que promovem a segurança alimentar, a saúde mental e a coesão social, enquanto contribuem para a resiliência econômica das comunidades.

Vamos correr atrás de alimento, para garantir que as pessoas consigam se alimentar. E, junto com isso, trabalhar essa questão da economia colaborativa, que foi dar pensão para os comerciantes, mas ao mesmo tempo, criar uma rede: “assim, o que a gente tem, que a gente pode fazer uma economia solidária aqui dentro, para não ter ninguém vulnerável?” (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC).

A cesta básica tem arroz e feijão, mas essa família também precisa de uma verdura, de uma fruta. Aí entram as cestas de orgânicos. Vinha o pão, a geleia, a alface, outras verduras, algumas plantas alimentícias não convencionais. E a horta comunitária surge disso de pensar essa alimentação completa, integral. Ela é uma junção de tudo, porque ela junta as crianças pra estar junto e construir uma outra relação com a terra e com o que a terra nos proporciona, junta as famílias, que se junta pra conversar, ter esse espaço pro diálogo que garante a saúde mental. Já tem estudos que comprovam que essa conexão com a natureza, com a terra, no tratamento de algumas doenças mentais (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

A gente teve também um projeto de hortas comunitárias - tem uma que continua ainda hoje. Distribuía os alimentos orgânicos sem veneno, muito nesse viés de segurança alimentar, visto que também dentro do contexto nacional que a gente estava, os agrotóxicos estavam sendo liberados. A gente tentou fazer esse movimento dentro dos territórios, para as pessoas de fato conseguirem ter uma alimentação sem tanto veneno. Então, a gente tem um núcleo ambiental, pensado nas hortas comunitárias (Uneafro).

Dentre as diversas organizações, destaca-se, pelo seu escopo em escala nacional, a iniciativa das Cozinhas Solidárias, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O movimento atua na luta pelo direito à moradia no contexto urbano nacional. Diante da situação de extrema insegurança alimentar no país, especialmente durante a pandemia, o projeto das Cozinhas Solidárias, que surgiu da necessidade de promover a segurança alimentar nos territórios das ocupações urbanas, ganhou força no enfrentamento da situação de fome para além dos territórios ocupados.

O movimento começou coletando doações on-line para a distribuição de cestas básicas, mas, considerando as dificuldades de muitas famílias em produzir uma refeição nutritiva, iniciou um processo de produção em massa e distribuição de marmitas em pontos estratégicos de atuação, equipando os espaços das Cozinhas Solidárias com o trabalho voluntário de militantes. Graças a projeto de lei de iniciativa do atual deputado federal Guilherme Boulos, que também é presidente do MTST, o **Programa Cozinha Solidária** tornou-se política pública instituída pela Lei Nº 14.628/2023, o que revela a força desse processo de mobilização social. Um exemplo de Cozinha Solidária está em Embu das Artes, na região metropolitana de São Paulo, onde há altos índices de pobreza e desigualdade, como compartilhou um dos trabalhadores voluntários:

Aqui em Embu há muitos moradores de rua, muitos usuários. Eles são muito necessitados. Então, se as pessoas estão com fome, elas vêm para comer. Não importa se são usuários. Estamos lutando pela igualdade. Quem não sonha em um dia ser igual a todo mundo? Nós também temos esse sonho. A cozinha solidária vai alimentar essas pessoas. Mas, mais tarde, essas pessoas, essas crianças, terão um futuro melhor. E eu acho que isso está dentro do projeto da Cozinha Solidária, com os educadores, porque eles têm muita esperança e muita força para poder virar as coisas de cabeça para baixo (Projeto das Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST).

Iniciativas como as cozinhas solidárias e as hortas comunitárias são, ainda, exemplos de como a integração das ações de apoio com as dinâmicas territoriais pode otimizar a resposta às necessidades emergenciais. Assim, a eficácia das ações das redes de solidariedade em contextos de crise tende a ser amplamente aprimorada pela proximidade e compreensão das realidades locais. Muitas das organizações entrevistadas demonstram a importância de sua atuação prévia no território para a criação de estratégias adaptativas que considerassem as especificidades locais, reforçando a **potência do nível local** na promoção de soluções mais eficazes e sustentáveis.

A gente sabe quem de fato precisa, porque a gente está no território (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

A gente começou a distribuir por mês 7 mil cestas básicas, que é o número de famílias que a gente tem aqui no recorte do Jardim Pantanal. Durante esse tempo foram mais de 60 mil cestas, por essa distribuição de porta em porta. A gente avisava a comunidade pelo WhatsApp. A gente já tinha uma lista de transmissão com moradores e durante a pandemia essa lista até aumentou – hoje são 6 listas de transmissão com mais de 1500 moradores. A gente começou a entregar pelas beiradas do rio, vindo em direção a uma área mais estruturada, em todo o Jardim Pantanal. As informações que estavam chegando de medidas protetivas não condiziam com o cotidiano da comunidade. “Ah, mantenha um distanciamento social”. A gente sabe que tem famílias numerosas que moram em um cômodo, como você mantém o distanciamento? (Espaço Alana).

A atuação comunitária no nível local, embora embebida por relações de cuidado e solidariedade, também era atravessada por conflitos. Episódios de tensão entre beneficiários e voluntários reforçaram a importância da confiança nas redes de apoio a fim de minimizar conflitos e maximizar o impacto positivo das ações. O investimento em **transparência e comunicação** foi uma estratégia necessária para muitas das iniciativas se sustentarem nas comunidades.

A gente tinha muitas reclamações sobre como se dava a escolha desses Presidentes de Rua. Eu via muitas dessas questões de vizinhos não entenderem, achavam que tinha um privilégio por trás, que eram os escolhidos, que roubavam, não sei o que. Mas, no final, a iniciativa ajudou muita gente. E até hoje ajuda, tem gente que até hoje pega marmita (Pró Saber).

Dentre as iniciativas no nível local atuando em múltiplas frentes para enfrentar os impactos da pandemia, destaca-se o exemplo de um centro de cuidado comunitário e empoderamento é uma iniciativa comunitária de um grupo de organizações sem fins lucrativos em Parelheiros, um território mais isolado e vulnerável na região sul de São Paulo, também conhecido como a “Amazônia Paulista”, por ser uma área rural com um forte polo de ecoturismo. Desde 2008, o IBEAC tem desenvolvido projetos na região focados em direitos humanos e cidadania participativa, direcionados a bebês, crianças pequenas, mulheres, adolescentes e jovens, abrangendo um total de cerca de 15.000 famílias.

Durante a pandemia, em parceria com o CPCD, foi implementada a **Metodologia dos 4Ps**. Cada P se refere a: “pão” por meio da distribuição de alimentos (cestas básicas, produtos orgânicos e vales-alimentação); “proteção”, através da produção e distribuição de produtos de proteção pessoal (máscaras, produtos de limpeza e higiene), bem como orientações sobre autocuidado através de mídias (podcast, vídeos, WhatsApp e carros de som); “poesia” por meio da distribuição de kits de brincadeiras com livros e da promoção de encontros online com mediação de leitura e oficinas de contação de histórias, baseadas no que eles reconhecem como “literatura quilombola” (Souza, 2011); e “plantio”, incentivando a criação de hortas comunitárias e caseiras em parceria com agricultores locais (Mayer et al., 2021). Grande parte do trabalho essencial foi realizado pelas chamadas Mães Mobilizadoras, moradoras da comunidade que também trabalham nos projetos e que garantiram o contato e vínculo entre a organização e as famílias, mesmo à distância.

Sabemos que muitos pais também continuaram a trabalhar, e as crianças ficavam sozinhas em casa. Então, dentro dos kits, elas [as crianças] recebiam pelo menos cinco atividades ‘gatilho’, por assim dizer. Era uma forma de dar algo para elas fazerem em casa. Ouvimos das mães e das próprias crianças dizendo: “Ah, tio, isso é legal, gostei de fazer isso”, ou “Não gostei de fazer isso, não vou fazer”. Depois, vimos resultados magníficos de famílias dizendo: “Olha, quando meu filho voltou para a escola, ele não estava tão atrasado, porque teve esse suporte” (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

Essa confluência destaca a interconexão entre as dimensões do cuidado e da reprodução da vida, evidenciando a necessidade de estratégias de adaptação integradas. Isso está alinh-

do com a **abordagem nexa** (Brouwer et al., 2023; Giatti et al., 2019; Khan et al., 2022), que propõe a integração e a coordenação entre diversas áreas e aspectos da vida para enfrentar desafios complexos de maneira mais eficaz. Nesta pesquisa, a escassez e as dificuldades de acesso à alimentos, educação e lazer, por parte dos jovens, foram concebidas por supostas interdependências. As entrevistas evidenciaram, portanto, a compreensão prática da abordagem nexa na forma de compensações (*trade-offs*) no acesso aos escassos recursos. Por exemplo, a combinação de cestas básicas com kits pedagógicos adotadas por diversas organizações sem fins lucrativos ilustra como a integração de alimentação e educação pode enriquecer a resposta às necessidades comunitárias, indo além da mera assistência alimentar. Da mesma forma, projetos como o das Cozinhas Solidárias demonstram a interconexão entre alimentação, educação e lazer ao oferecer refeições junto com atividades educacionais e brincadeiras para crianças. Na perspectiva dos nexos, as ações capazes de gerar múltiplos ganhos ou reduzir a escassez interdependente podem ser consideradas como sinergias.

A gente começou a distribuir cestas básicas para as famílias matriculadas e para outras que nos procuravam pedindo ajuda também. E a gente montava junto com as cestas básicas um kit pedagógico, que é um livro que era feito por algum autor ou ilustrador que as crianças conheciam e que são parceiros do Pró (Pró Saber).

Dentro do MTST tem vários setores: educação, comunicação, saúde. A gente está com uma cozinha solidária em um momento em que as crianças estavam precisando muito de educadores, elas estavam sem aula. A fila era cheia de crianças vindo buscar alimento. A coordenação do MTST chamou esse setor de educação para fazer parte das cozinhas solidárias e dar aula de reforço, fazer brincadeiras com as crianças. Foi aí que nasceu os educadores dentro das cozinhas solidárias. Cozinha solidária com educação combina muito. Deixa eu te falar porque as crianças vêm aqui: no dia que elas vêm, tem lanche, tem um suco, tem bolo, tem bolachinha, tem tudo. Eles sabem que vão aprender a brincar, interagir (Projeto das Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST).

Cabe ressaltar, contudo, o desafio destacado pela maioria das organizações com relação à **insustentabilidade das ações de solidariedade e do trabalho em rede**. A maioria das pessoas entrevistadas reforçaram a significativa redução nas doações no ano seguinte à pandemia, o que coincidiu com o encerramento ou enfraquecimento de vários projetos e iniciativas paralelas. A diminuição nas contribuições sublinha os limites e fragilidades de iniciativas comunitárias que dependem fortemente de doações externas e aponta para a necessidade de construir estratégias mais sustentáveis, especialmente, no que se refere ao acesso a recursos que garantam o trabalho remunerado da comunidade engajada.

Essa questão das cestas, a gente não conseguiu dar continuidade porque foi uma coisa que foi uma parceria emergencial. E apesar de ainda ser emergencial essa questão da fome, os coletivos que a gente conseguia parceria deu uma encerrada. Uma questão que a gente tem hoje é a questão da alimentação. A gente não está conseguindo parcerias, por exemplo, para garantir o almoço das pessoas que estão participando desse cursinho. O cursinho está atendendo cerca de 50 alunos que estão querendo se preparar para o vestibular. E aí a gente está nessa luta (Rede LiteraSampa).

3.3. Iniciativas do poder público

Durante a pandemia, apesar do predominante discurso de omissão estatal, exacerbado pela postura negacionista do governo federal, uma série de iniciativas do poder público, em suas diversas escalas de governo, buscaram enfrentar a crise. Institucionalmente, em muitos dos estados e municípios, houve a criação ou o fortalecimento de gerências e coordenadorias específicas para combater a insegurança alimentar, especialmente nos setores da educação e da assistência social. No entanto, os depoimentos ressaltaram a importância crucial da mobilização da sociedade civil para pressionar o poder público para garantir o suporte institucional necessário. Esse engajamento não apenas fortaleceu as políticas de segurança alimentar e nutricional, mas também demonstrou que a ação comunitária é fundamental para a criação de soluções sustentáveis em resposta às crises. O exemplo das Cozinhas Solidárias do MTST, que evoluíram para uma política pública, ilustra como a pandemia catalisou discussões sobre a integração do trabalho de reprodução da vida e da economia doméstica nos serviços públicos, demonstrando um avanço na valorização e institucionalização dessas atividades essenciais para o bem-estar social.

Recentemente a Horta também tem um projeto na prefeitura. Eles estão custeando o salário da pessoa que mora na ocupação e já cuidava da Horta, regava, tirava o que não dá mais. Ele já colhe, deixa na portaria para as famílias irem pegando. Então hoje a gente passou num edital que eles estão custeando o salário desse trabalhador. Imagina que maravilha? Ele trabalha e recebe direitinho. Então a gente está buscando parcerias para garantir o pão de cada dia para todas as pessoas (Movimento Sem Teto do Centro – MSTC).

Parte das cestas que nós estávamos recebendo, vinham do programa Cidade Solidária, criado pela Prefeitura. Isso foi uma coisa muito bacana, mas essa iniciativa não foi algo que veio por parte do Poder Público. Acho que foi por esses outros setores da sociedade civil, de onde teve essa cobrança, teve esse diálogo, no sentido de estreitar relacionamentos e de criar outros formatos (Instituto Fazendinhando).

No município de São Paulo, destaca-se a criação do **Programa Cidade Solidária**, desenvolvido em resposta aos desafios da insegurança alimentar e nutricional, especialmente evidenciados durante a pandemia. Segundo entrevista com uma representante do programa, inicialmente, a distribuição de cestas básicas e marmitas era realizada de forma padronizada, o que não atendia às particularidades de cada beneficiário. Reconhecendo que soluções emergenciais não eram suficientes, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania iniciou a construção de uma política pública mais abrangente, visando atender de maneira mais eficaz as populações em situação de vulnerabilidade.

O programa começou com a distribuição de cestas básicas através de organizações da sociedade civil, mas enfrentou dificuldades logísticas e de controle para garantir que os alimentos chegassem verdadeiramente a quem precisava. Dados da entrevista indicam que a pandemia acelerou a criação de um modelo emergencial baseado em um decreto de calamidade pública, permitindo ações rápidas, mas também expondo limitações na organização e prestação de contas das organizações envolvidas. Essas dificuldades levaram à necessidade de uma gestão mais centralizada e eficiente. Para aprimorar a distribuição e a gestão do programa, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania passou a colaborar com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, utilizando o portal I56 para cadastrar e organizar as associações parceiras.

Reconhecendo que a pandemia não seria uma emergência de curta duração, o programa foi estruturado para ser contínuo e sustentável. Além da distribuição de cestas básicas, foi implementado o projeto Rede Cozinha Cidadã, que oferece marmitas e atende diversas comunidades e populações em situação de rua. Foram criadas iniciativas como a Rede Cozinha Escola e o Armazém Solidário, que visam fortalecer a infraestrutura local e gerar emprego através da capacitação e contratação de equipes. Essas iniciativas não apenas ampliam a capacidade de distribuição de alimentos, mas também promovem a autonomia das comunidades, integrando parcerias com pequenas empresas e oferecendo capacitação em serviços de alimentação e agricultura urbana.

Segundo o Painel de Informações do Programa Cidade Solidária, desde a sua implementação, foram distribuídas mais de 9,8 milhões de cestas básicas, sendo mais de 1,1 milhão somente em 2024. Além de fornecer alimentos, o programa buscou fortalecer a rede de apoio social, garantindo que as iniciativas continuem a atender as necessidades da população mesmo após o fim da emergência pandêmica. Contudo, o diálogo com as organizações revelou uma série de críticas que devem ser consideradas para seu aprimoramento.

Com relação à distribuição de cesta básica, foi bem sofrido. Elas chegavam na escola numa quantidade muito inferior da quantidade de estudantes, dava menos de um terço da escola. Já vinha uma lista da diretoria regional pra quem a gente deveria entregar essa cesta. E a gente perguntava “Qual é o critério pra essa pessoa receber cesta e a outra não?”, e aí o que o setor da educação dizia que quem fazia essa lista era a assistência social. Aí a pessoa chegava no CRAS e eles diziam “Tem que perguntar na escola”. Ficava um jogo de empurra que fazia com que a gente, que tava na linha de frente, distribuindo, ficasse uma situação muito difícil. Isso agravou essa distância entre a escola e a família do estudante, porque a pessoa fica com raiva (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

A prefeitura implementou um cartão com uma verba mensal para contribuir na alimentação. Em 2020, inclusive, que foi ano da eleição municipal, o cartão foi implementado só para alguns alunos que tinham cadastro, recebiam bolsa família ou alguma coisa assim. Lá no segundo semestre, lá para outubro, mais ou menos, com a eleição sendo em novembro, universalizou para todo mundo. Na semana da eleição, chegaram 200 cartões aqui para a gente entregar para a comunidade (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

A verba do CCA que era destinada para alimentação foi a mesma verba que compraram em cesta básica para a gente distribuir para a família. Tudo que chegava de doação a gente ia colocando dentro do projeto, dentro da UNAS. Aí uma família pediu ajuda para a gente e quando a gente foi fazer visita, estava cozinhando na lenha. Aí, sabe, passa um filme na sua cabeça, de tudo que acontecia antigamente, de como a gente lutou para ter essas políticas públicas dentro da comunidade, dentro das favelas e você vê retrocedendo (Centro da Criança e do Adolescente – CCA).

Os entrevistados revelam, por sua vez, como o contexto de **desmonte das políticas públicas**, aliado à crise política, gerou uma significativa desorganização nos fluxos e falta de transparência sobre os recursos destinados à alimentação, exacerbando a vulnerabilidade dos profissionais na linha de frente. Educadores e outros funcionários públicos que já lidavam diretamente com as famílias em situação de necessidade foram desproporcionalmente afetados, na medida em que assumiam uma responsabilidade crescente sem o devido suporte e clareza sobre os recursos disponíveis e critérios de distribuição. Tal cenário de precarização das relações e fragilização das políticas públicas não só comprometeu a eficácia das iniciativas de combate à fome, mas também ampliou a carga de trabalho sobre os profissionais, que enfrentaram uma situação cada vez mais adversa e desafiadora no atendimento às necessidades da comunidade.

Os depoimentos apontam, portanto, que considerando a grave situação de insegurança alimentar em que vivem os jovens e suas famílias, soluções de enfrentamento às adversidades passam pela adoção de **políticas sustentáveis e integradas de distribuição de renda**, visando

conjuntamente promover a proteção social, especialmente em contextos emergenciais. Isso é fundamental, uma vez que as práticas de solidariedade, embora essenciais no momento mais crítico da pandemia, não puderam ser sustentadas ao longo do tempo. Soma-se a isso que a autonomia das famílias na aquisição de alimentos deve ser acompanhada de maior investimento em políticas de promoção da saúde nutricional, estabelecendo o controle de preços dos alimentos e regulamentando a venda e a distribuição de alimentos de baixo valor nutricional.

4

O impacto da Covid-19 no acesso ao brincar e ao lazer de crianças e jovens em territórios vulneráveis e adaptações relacionadas

4.1. A ausência do brincar e do lazer na agenda de políticas públicas

Na Constituição Brasileira, o brincar é reconhecido como um direito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, o acesso ao lazer é desigual no país. Há falta generalizada de acesso a espaços de lazer em bairros de baixa renda, uma vez que o investimento em equipamentos de lazer se concentra em áreas turísticas, centrais ou de maior renda (Andrade et al., 2021). O acesso a tais equipamentos para quem vive em nas periferias das cidades é um desafio também devido à mobilidade urbana precária, incluindo tarifas altas de transporte público, frequência e tempo de viagem (Pellanda; Frossard, 2022). Em bairros de baixa renda, as brincadeiras acontecem principalmente na rua, nas escolas e nas creches (geralmente em playgrounds), pois nesses bairros predomina a **ausência de espaços** para as crianças e jovens se divertirem. Diante desse contexto, durante a pandemia de Covid-19, as possibilidades de acesso ao brincar e ao lazer foram ainda mais restritas nesses territórios.

Por incrível que pareça, as crianças não têm muito lazer da comunidade. É sempre uma pracinha só com uma quadra (Centro da Criança e do Adolescente – CCA).

No Jardim Colombo não existe nenhum equipamento público, só tem uma quadra de futebol, que é uma iniciativa privada. Por conta dessa precariedade, dessa ausência de equipamentos públicos, de ausências de áreas verdes, os jovens não tinham mais opção do que participar de algum baile, alguma coisa assim. Inclusive, a única quadra que tinha no Jardim Colombo, ela ficou fechada (Instituto Fazendinho).

A cidade está completamente privatizada. Quem tem lazer é quem tem dinheiro. Mesmo num parque público, custa ir: tem o transporte para chegar até lá, tem a alimentação que lá é cara, tem ali uma série de fatores excludentes para que a população periférica não entre nesses lugares, mesmo quando são próximos. Por exemplo, aqui muito pertinho, tem o Shopping São Caetano, é muito raro você ver um menino de Heliópolis dentro do Shopping São Caetano, porque tem toda uma questão cultural, uma questão do preconceito, da violência policial. O acesso que é entendido como um lazer, na verdade, é um lugar de violência. A rua ainda não é uma rua. As ruas de Heliópolis não são possíveis para as crianças. É muito carro, é pouco espaço, não dá para brincar. Eles dão o jeito deles, sobem na laje. Eu tenho que consertar o telhado da escola toda semana, porque eles sobem todo final de semana pra empinar pipa lá em cima (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Historicamente, a fim de suprir a ausência de espaços e iniciativas por meio de políticas públicas, muitas **iniciativas comunitárias de acesso ao lazer** são criadas com o apoio de organizações locais envolvidas em projetos sociais. Tais atividades podem estar relacionadas a construção de espaços abertos projetados para o brincar, como parques e praças, mas também de eventos que envolvam diferentes potencialidades locais.

A gente entende quais são as demandas que o território tem e a gente constrói projetos junto com os moradores. Um desses projetos é a Festa Pantaneira, que acontece uma vez por ano e trabalha a valorização da cultura local. A gente reúne os artistas do território, chama as mulheres que comercializam produtos e alimentos na região, fecha a rua e monta um mini palco para os artistas se apresentarem. Até puxando um pouco mais para esse lado do lazer, a gente inaugurou no passado um parque naturalizado dentro do Parque Jardim Helena, que é um parque que é construído com elementos da natureza, tronco de árvore, pedras, folhas, né? Então é um espaço também de lazer que foi feito dentro do Parque Jardim Helena, que já é um parque muito grande e que a comunidade está se apropriando de fato, né? (Espaço Alana).

Todo ano nós temos um Festival de Cultura, uma agenda com atividades culturais, socioambientais, recreativas, artísticas para as crianças, na Fazendinha, o que, de alguma forma, vai potencializando o espaço (Instituto Fazendinhando).

A garantia de acesso ao brincar para crianças de famílias das camadas populares, especialmente em espaços abertos, verdes e seguros, está fortemente ligada à escola e à educação. Os depoimentos revelaram o **nexo entre o brincar/lazer e a educação** no destaque da importância das escolas como centros multifacetados (hubs) de apoio para os jovens. A aula de educação fí-

sica, por exemplo, é recorrentemente levantada como crucial para o bem-estar dos alunos, especialmente os mais novos, valorizada por eles por oferecer um espaço de liberdade e ludicidade em meio à rotina escolar repleta de regras. Também se destaca o **papel da escola** como o principal **espaço de lazer e socialização** para muitos jovens, especialmente diante da centralidade que o espaço escolar ocupa em seu cotidiano. Ainda, a escola atua como **mediadora de experiências culturais** fora do bairro, ampliando o acesso dos jovens a espaços culturais importantes.

Existe uma cultura na escola, dos alunos gostarem muito da aula de educação física. Não significa necessariamente que seja uma aula super bem dada, que o professor seja um professor maravilhoso de tudo. Mas é aquela aula que os estudantes saem da sala, vão para a quadra, se movimentam com mais liberdade e brincam, entre aspas, jogam futebol, ou fazem outra coisa, brincam de outra coisa. É aquele momento mais lúdico. Se falta a pessoa de educação física é quase uma revolta dos alunos. “Ah! Não, vamos pra quadra?” (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

Tem amigas minhas que o único momento de lazer delas era na escola, porque a mãe e o pai não deixavam sair. Na escola, eu acho que acontece suas primeiras interações com as pessoas, suas amizades, a alimentação, tudo começa na escola, sabe? Eu senti falta disso na escola. Eu só tenho amigos que são da escola e que eu não vejo fora da escola (Fala Jovem).

A gente fez um jogo com os alunos e, antes de começar, perguntamos “O que vocês conhecem da cidade de São Paulo?”. E eles falam, “Ah, eu conheci o Museu da Língua Portuguesa, o Parque Ibirapuera, a Pinacoteca”. “Como vocês conheceram?”. “Porque a escola levou”. A maioria dos alunos tem uma experiência de lazer para além do bairro, porque a escola leva. Olha o papel da escola, né? Ela acaba sendo esse lugar, essa agência de socialização mais ampla que permite que eles conheçam outros lugares. Então, você imagina como é que foi no contexto da pandemia. O lazer de todo mundo foi prejudicado (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

Algumas **políticas** anteriores, como a política nacional de Educação Integral do Programa Mais Educação (2007-2016), propuseram a extensão da jornada escolar dos alunos por meio da realização de atividades na escola e nos espaços do entorno; esses foram reconhecidos como territórios de aprendizagem (Lecler; Moll, 2012). Esse programa contou com investimentos na reestruturação dos locais das escolas, mas foi interrompido em 2016. Dados recentes mostram que, em 2023, cerca de 80% dos 40 milhões de estudantes brasileiros passaram apenas 4 horas na escola (Instituto Natura, 2023), o que resultou em oportunidades muito limitadas de brincar com segurança.

Desde 2016, houve pouquíssimas iniciativas para promover e incentivar brincadeiras e lazer, o que incluiu um investimento muito limitado em equipamentos de recreação nas escolas. Uma pesquisa do Instituto Alana (2020) apontou que, em 2020, apenas 40% dos prédios da pré-escola possuíam playgrounds, 33% com playgrounds abertos e 24% com áreas verdes. Entre as escolas que passaram por reformas recentes, 73,4% investiram na renovação de salas de aula, enquanto 26,6% se concentraram em quadras esportivas (Brasil, 2022). Isso confirma que o lazer não é uma prioridade das políticas públicas atuais, afetando ainda mais as crianças e os jovens que vivem em periferias.

Como consequência do fechamento dos prédios das escolas, as atividades lúdicas e de lazer foram significativamente impactadas durante a pandemia. Durante a chamada fase vermelha, período com os maiores níveis de transmissão da Covid-19, muitas cidades brasileiras fecharam espaços públicos, como parques, para conter a aglomeração de pessoas. As praças foram cercadas e muradas. Alguns estados e municípios também adotaram o toque de recolher como medida para conter a circulação de pessoas (Bertoni, 2021). A necessidade de isolamento social como prática de defesa contra o vírus afetou drasticamente o cotidiano de muitas crianças e jovens (Silva et al., 2022a).

A experiência das escolas em comunidades marginalizadas revela a necessidade de políticas públicas que suportem a flexibilidade das instituições educacionais para manter esses espaços acessíveis, mesmo em face de desafios administrativos e estruturais. Portanto, ao reforçar a relevância desses espaços para o lazer, a pandemia evidenciou a necessidade de políticas e iniciativas comunitárias que integrem lazer e cultura à educação.

Quando eu cheguei lá, era uma escola cheia de grade, mas tudo amassado. “Gente, por que tem essa grade aqui?”, “Porque o povo pula”, “Ah, mas eles não vão parar de pular, porque tem uma grade. Vamos arrancar!”. Meu esforço nesse período tem sido abrir, tirar a grade, tirar o portão, e eu estou deixando a quadra da escola aberta aos finais de semana, o que é uma dificuldade, porque eu chego lá na segunda-feira, a quadra está um horror. A professora de educação física tem aula às 7 horas da manhã e a menina da limpeza chega às 6h30 e não dá conta de limpar. Então tem uma série de conflitos que emergem deste lugar de tentar abrir a escola. A gente vem conversando com os vizinhos, mas é uma coisa que demanda (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Então como que a gente trabalha essa ausência de espaços de lazer? Transformando essa questão do bairro educador. Vamos falar de lazer? Você tem direito a lazer? Quem garante esse direito para você? Se esse direito não é efetivo, a gente cobra de quem? (Centro da Criança e do Adolescente).

4.2. Adaptação durante a pandemia e estratégias de transgressão

Com o advento da pandemia da Covid-19, as restrições de interação social afetaram crianças e jovens, e a Internet se tornou o principal veículo de comunicação e sociabilidade, com o aumento de seu uso também para atividades de lazer (Rodrigues; Santos, 2020). O isolamento social também culminou em um maior consumo de aplicativos e jogos entre crianças e adolescentes (Bússo-la, 2021). Diante do confinamento, as crianças manifestaram o desejo de estar em espaços abertos, públicos ou de uso coletivo, como parques, praças e shoppings, ao mesmo tempo em que expressaram sinais de angústia, irritação ou tédio (Silva et al., 2022b). Elas destacaram a necessidade de poder se movimentar, seja no espaço interno da casa (como quintal, laje, terraço ou varanda), seja em um ambiente externo (como quadra esportiva, entrada de prédio, rua e praça). Os entrevistados revelam que a restrição à circulação exacerbou as dificuldades enfrentadas por crianças e jovens diante da **falta de estruturas adequadas na periferia para garantir atividades de lazer e bem-estar** das grandes cidades, as quais viveram essa experiência de múltiplas formas.

Não estava certo que as crianças ficassem em casa. Inclusive, a única quadra que tinha no Jardim Colombo, ela ficou fechada. Eles tinham que voltar para dentro de casa, e quando não conseguiam, o lugar que ficavam era nas ruas, nas vielas, do lado de fora (Instituto Fazendinhando).

Acho que pras crianças foi difícil. No CCA, a gente sempre deixa um espaço muito aberto pra eles brincarem, correrem, se divertirem. Pra ser criança. E em casa, eles não tinham essa assistência. Então assim, era um cômodo para quatro pessoas. Você ficar o dia inteiro com aquela pessoa acaba criando atritos. A família não tinha subsídio pra dar uma atividade pra criança, não tinha um brinquedo, não tinha com quem deixar a criança pra ir trabalhar. Então a criança ficava sozinha o dia inteiro em casa (Centro da Criança e do Adolescente – CCA).

Tem experiências diversas, do que eles contam para a gente. Teve aquele jovem que ficou realmente trancado dentro de casa, um ano e meio, sem sair na rua. Às vezes, a mãe saía para conseguir um dinheiro, mas ele mesmo ficava ali trancado dentro do quarto. Às vezes com conexão de internet, às vezes, não. Eu acho que tem um grande grupo que viveu isso, o resto, estava tudo vivendo normal. Ficava na rua, ia visitar os amigos, tinha uma vida social ali dentro da comunidade, mas não ia para a escola, porque a escola estava fechada, também é um grande grupo. Teve um grupo grande de pessoas que foram embora da comunidade, gente que falou, “Já que eu não estou trabalhando, não tenho grana para pagar o aluguel, eu vou morar lá com a minha prima e vou mandar meu filho lá para Minas na casa da avó”. Muita gente foi para outros estados (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Aqui na ocupação, como é um espaço aberto, deu para eles brincarem. É claro, na medida do possível. Não foi igual antes, porque várias atividades foram suspensas. Mas deu para eles conseguirem não ficar tão isolados dentro de casa (Movimento Sem Teto do Centro – MSTC).

O isolamento social não foi sentido da mesma forma por todas as crianças e jovens. Questões de superlotação, ausência de quintais e ausência de espaços individuais ou inadequados ao brincar dentro das casas em comunidades periféricas (Tebet; Abramowicz; Lopes, 2021) levaram à presença constante de crianças e jovens nas ruas e em espaços públicos. Isso se justifica, também, uma vez que, culturalmente, nos territórios mais desprovido de infraestrutura urbana, os limites entre o espaço público (ou seja, a rua) e o espaço privado (ou seja, a casa) não se manifestam da mesma forma que nos bairros de renda média e alta, onde os espaços públicos ao ar livre podem funcionar como espaços sociáveis.

Ainda assim, o uso do espaço público para atividades lúdicas nas favelas brasileiras foi substituído pelo espaço dentro da casa ou no quintal (Locomotiva; Data Favela, 2021), observando o tamanho muito pequeno desse último. Além disso, iniciativas da sociedade civil que já atuavam junto a crianças e jovens nesses territórios buscaram **adaptações diante da restrição à circulação** por meio da criação de atividades no modelo virtual e realizaram ações como a distribuição de kits lúdicos com materiais educativos para serem manuseados pelas famílias (Mayer et al., 2021).

Muitos dos **projetos sociais e culturais** que já atuavam nesses territórios, no contexto da pandemia, desenvolveram atividades que pudessem oferecer uma dimensão mais lúdica especialmente para as crianças, ainda que respeitando as orientações de distanciamento social. Como exemplo, foram distribuídos kits de livros e realizadas as atividades de mediação de leitura adaptadas para o formato online, permitindo a participação de pessoas de diferentes localidades. Além disso, foram criados kits de atividades manuais e brinquedos recicláveis para ajudar as crianças a se entreterem em casa, devido à falta de acesso a materiais e internet de qualidade. Esses kits incluíam materiais necessários para as atividades, garantindo que as crianças pudessem participar e se distrair mesmo com recursos limitados. Tais iniciativas eram, também, um reconhecimento da importância da manutenção do vínculo junto às crianças e famílias atendidas pelos projetos.

A gente também fez uns kits de livros, com os livros que geralmente são distribuídos pelo Itaú, no Leia para uma Criança. A gente entendia que esse kit contemplaria as mediações de leitura que a gente parou de fazer, que são presenciais nas escolas. A gente fez muito slam online, com premiação em dinheiro. E foi uma coisa que possibilitou pessoas de outros estados e países também participarem (Rede LiteraSampa).

A gente fazia sempre uma questão relacionada à saúde mental, mas também com brincar. A gente criava jogos recicláveis, com o que eles tinham em casa: tampinha, garrafa, papel. E a gente também dava subsídio para essa família quando ela ia buscar as cestas básicas que elas faziam. A gente tinha muito retorno das crianças, que passavam lá na frente dizendo “Eu fiz a atividade”. De alguma forma, os brinquedos ajudaram essa criança dentro de casa a se distrair (Centro da Criança e do Adolescente – CCA).

A gente elaborava uma atividade por semana, e já mandava para as crianças esse kit pronto. Se na semana 1 a gente vai fazer um carrinho com garrafa pet, então a gente vai mandar a garrafa pet, a tesoura, a cola, e aí ele vai fazer esse carrinho, porque ele vai ter todos os materiais. E aí a gente pedia para tirar uma foto, fazer um vídeo e mandar para a gente por WhatsApp. Quem conseguia, quem não conseguia também, tá tudo bem (Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD).

Esses espaços de fazer coletivo, que ofertam o fortalecimento dos laços comunitários por meio das oficinas culturais, foram os que propiciaram a esses adolescentes e jovens uma troca e um cuidado de acolhimento nesse momento. Então o próprio centro comunitário, um parceiro do CEDECA que, durante a pandemia ficou fechado por quase um ano, fez toda a preparação de entrega de materiais pedagógicos. A gente fazia oficinas de brinquedos recicláveis e de instrumentos com pouquíssimas crianças e com horários muito divididos. Eram cinco crianças, a gente colocava o tatame a dois metros de cada um, todo mundo com máscara, o material, ele vinha dentro da sacola, cada criança só mexia no seu material. O lanche não era ofertado lá, era em sacola para eles levarem e comer em casa. Então nós tivemos esse cuidado e essa preparação de criar esses espaços para as crianças e adolescentes minimamente frequentarem, mesmo que uma ou duas vezes na semana. Então esses detalhes foram pensados com muito cuidado, com muita responsabilidade (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, Sapopemba).

Em favelas e comunidades urbanas, muitos projetos de base comunitária visam envolver os cidadãos por meio da música e das dimensões culturais. O Instituto Unidos de Paraisópolis foi concebido por um jovem músico da favela, que se mudou para lá com sua mãe depois de terem escapado de uma situação de conflito em outro bairro: “Senti Paraisópolis como uma mãe”, afirmou ele. A ideia resultou de sua experiência transformadora de participação em projetos sociais na comunidade, que lhe permitiu experimentar diferentes oportunidades no exterior. Seu depoimento mostra esse desejo de promover experiências educacionais transformadoras para outros jovens em situações semelhantes e como isso também lhe deu um senso de propósito e capacitação: “Sinto que sou o protagonista da minha própria história, que estou fazendo o que eu queria fazer”. Em resposta ao massacre da operação policial em um baile funk em Paraisópolis que deixou nove jovens mortos, ele finalmente iniciou seu próprio projeto cultural em 2019. Apesar da frustração da interrupção das atividades presenciais e dos desafios de lidar com o isolamento social, ressalta que o projeto desempenhou um papel fundamental no alívio do retorno às rotinas diárias dos jovens depois que as restrições da Covid-19 foram suspensas, buscando proporcionar relaxamento e aliviar o estresse e a ansiedade. Quando, ao retornarem, o jovem percebeu que todos estavam mais vulneráveis psicologicamente, seu projeto visava proporcionar

uma abordagem mais calma e leve, com intervalos mais longos e tempo para conversar sobre outras questões.

A importância dos projetos culturais durante e após a pandemia para o apoio aos jovens e à saúde mental também é demonstrada pelo projeto Geração Portela. Essa organização é dirigida pelo consulado da escola de samba do Rio de Janeiro e tem como objetivo ajudar os jovens a fortalecer a memória da música africana no Brasil. Durante a pandemia, as reuniões on-line aproximaram as famílias do projeto e muitos pais destacaram que esses encontros ajudaram os jovens a se manterem conectados uns aos outros. Um dos educadores do projeto afirma que os jovens desenvolveram maior empatia e preocupação com os problemas dos outros. Ao mesmo tempo, os jovens lutaram contra a timidez e a baixa autoestima após o período de confinamento. Isso está de acordo com um estudo de Samji et al. (2022) que considera que, devido ao impacto da Covid-19 na saúde mental, especialmente para mulheres, jovens e população de baixa renda, o capital social foi um mecanismo importante para promoção da saúde. Eles argumentaram que quanto maior o apoio e a inserção dos sujeitos em uma rede de confiança, menos medo e estresse eles sentiam.

Outra importante estratégia de socialização e diversão no contexto do isolamento social foi o engajamento em ações comunitárias. Tornar-se parte de um coletivo em prol de práticas de enfrentamento à Covid-19 era também uma forma de fazer parte de algo e movimentar um cotidiano muitas vezes dominado pelo ócio ou pela ausência de alternativas de lazer.

Acho que também é um motivo de querer participar quando eles dizem: “Ah, eu vou ficar fora, porque eu não vou ter que ir ficar, vou ter que aguentar certas coisas dentro de casa”. Mas era mais nesse sentido, porque eu acho que se tivesse alguns espaços, outras alternativas de lazer. Mas, realmente, como não tinha absolutamente nada, era complicado. Às vezes, nós criávamos pequenos grupos e tentávamos nos divertir do nosso modo. Todo mundo junto comendo uma pizza, assistindo um filme. Então a parte de lazer era mais voltada a isso, mas não estava relacionado a um espaço público ou uma área verde, eram mais atividades internas, coisas entre a gente, que a gente tinha tentando fazer, para de alguma forma também extrair um pouco a mente de tudo que estava acontecendo, para deixar um pouco mais leve (Instituto Fazendinhando).

Durante a pandemia, na ausência de alternativas de lazer, muitos jovens se voltaram para o **uso intensivo de dispositivos digitais**, como celulares e tablets, para entretenimento e socialização, com um aumento no consumo de jogos e conteúdo online, como as plataformas de streaming. Na perspectiva adulta, o engajamento precoce de crianças e jovens nas redes sociais foi consequência ao mesmo tempo que motivo de agravamento do desinteresse pela educação.

O “vício no celular”, destacado por muitos dos adultos, apareceu percebido por uma das pessoas entrevistadas como uma “sequela da Covid-19”, algo que também aparece relacionado a maior violência no espaço escolar.

Eu lembro que estava bem no auge dessas dancinhas nessas plataformas como Tik Tok e Kawai. Então as professoras, tanto de dança de rua, quanto de balé, gravavam as coreografias que as crianças tinham que fazer e lançavam desafios para elas (Uneafro).

Muitos jovens começaram a depender de jogos no celular, da internet. O boom das lives também foi gigantesco (Observatório De Olho Na Quebrada).

Quando a gente ia fazer a distribuição de cestas básicas, as crianças apareciam com o tablet na fila. Elas estavam brincando, usando a internet para jogar, assistir YouTube, fazer outras coisas. Eu não colocaria o acesso a internet como um problema, eu colocaria esse lazer, com certeza. O que muitas crianças e adolescentes estavam fazendo para se distrair? Foi o celular, foi o tablet. Foi uma outra forma que eles acabaram encontrando de ocupar a mente. Eles estavam consumindo conteúdo da internet, consumindo muita fake news, consumindo, enfim, tudo que estava ali acessível pela internet (Instituto Fazendinho).

Eles viciaram no celular, porque eles não podiam sair, eles não podiam ir pra escola, não podiam ir pra quadra, não podiam ir pra lugar nenhum, não tinham contato nenhum com os amiguinhos. O que que fizeram? Pegou um vício que até hoje ainda não largaram. O pai adverte, a mãe adverte, a avó adverte, mas eles ainda estão com essa sequela do Covid (Projeto das Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST).

Eles não usaram os tablets para estudar, usaram para outras coisas, baixavam o jogo. Nesse período das aulas online, os jovens e as crianças tinham mais aulas só no celular. As aulas presenciais às vezes tiravam ele do aparelho, porque ele estava tendo contato direto com a professora, com os outros alunos, até pra brincar. O jovem não pratica só uma coisa. Quando você dá uma ferramenta dessa pra ele, ele vai fuçar. Eu não sei tudo isso que está acontecendo hoje com essa juventude, se não é causada por esse desastre da pandemia, porque eles tiveram mais tempo no celular e no computador (Associação de Moradores do Jardim Pantanal – AMOJAP).

Acho que tem uma espetacularização da violência que vem muito desses adolescentes que estão mergulhados nessa internet profunda que a gente não conhece direito, nos grupos de Instagram, TikTok, WhatsApp. Tem aí uma cultura se formando e que está sendo muito difícil de desmontar, porque agora todo mundo tem tablet, celular. Se lá atrás a gente tinha um desafio que era as pessoas não terem conexão, agora, de alguma forma elas têm, mas estão fazendo um uso não benéfico (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Embora o uso intensivo de telas seja um elemento que permeia de maneira generalizada a experiência de jovens durante a pandemia, os grupos periféricos buscaram também outras estratégias de transgressão como meio de buscar o lazer. Tais movimentos, que também constituem movimentos de resistência, devem ser percebidos à luz das **interseccionalidades**, uma vez que as experiências desses sujeitos são atravessadas por marcadores sociais como de classe, gênero e raça.

Quando a gente pensa nesse contexto periférico, a gente precisa entender e não ser hipócrita. Tipo, uma casa super pequena, várias coisas acontecendo, violências abertas acontecendo. Uma das estratégias para sobreviver a isso eram os espaços de encontro que não eram legalizados e que começaram a acontecer. As pessoas se juntaram muito para fazer festa, para fazer encontros. As crianças começaram a brincar muito mais na rua. Foram estratégias para sobreviver mentalmente, para não ter essa morte social que acho que aconteceu, para além das mortes físicas. Esses lugares clandestinos de divertimento também foram muito importantes – assim, muito perigosos – mas muito importantes para as pessoas conseguirem cuidar um pouquinho da saúde mental (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

As crianças, mesmo com condições tão adversas como as da pandemia, não deixaram de brincar, não deixaram de se relacionar com os territórios, com as casas. A gente sabe que tem uma reposta de classe superimportante aí, porque muitas famílias que têm possibilidades foram para a casa de avós ou parentes, ou se mudaram para áreas com quintais e espaços abertos (Instituto Alana).

Os jovens não se encontravam em lugar nenhum, não podiam ir para a rua. Se eles se encontrassem num parque que estava fechado na rua, por exemplo, eles iam ser esculachados para caramba. Tem um relato de um amigo meu que, mano, estava em casa e decidiu fazer exercício porque, tipo, estava ficando sedentário, sabe? Ele é negro. Ele foi correr na rua e o policial parou ele e mandou ele com uma multa para casa porque ele estava correndo sem máscara (Observatório De Olho Na Quebrada).

Assim, para além da ausência de espaços de lazer nos territórios periféricos das grandes cidades brasileiras, predomina nesses espaços, também, a repressão policial. No contexto da pandemia, a **cultura periférica e negra** seguiu sendo uma forma de resistência diante dos desafios da reprodução da vida. As entrevistas apontaram para o slam, a manutenção dos fluxos (nome informal para se referir aos bailes funks) e a prática de soltar pipa realizadas por crianças e jovens como **estratégias de adaptação via transgressão**.

Tipo, uma coisa que tem pra lazer muito grande é o baile funk. Geralmente, criança não ia no baile funk porque, tipo, ficava o dia inteiro na escola e o baile funk era à noite, sabe? As crianças não tinham energia pra baile nem nada. E aí, nas duas primeiras semanas, todas as ruas ficaram, tipo, sem nada, todo mundo ficava em casa realmente, os estabelecimentos fechados obrigatoriamente. Então, acabam tendo esse conflito de, tipo, não ter lazer nenhum pra fazer, sabe? Tipo, não podia jogar bola na rua, não podia fazer nada. As crianças, tipo, de 12 a 14 anos, começam a frequentar mais o baile funk. Você vê, tipo, nítido, que essas crianças começam a beber e a ir no baile. Quando a gente vai fazer pesquisa, a gente tenta fazer essa lógica de redução de danos como contrapartida. A gente fez ações no baile do tipo “Em troca de vocês responderem uma pesquisa para mim, eu te dou camisinha, água e um doce”. E aí, na perspectiva de que? Tipo, se você está indo no baile para fazer sexo, você vai ter pelo menos uma camisinha. Se você vai usar ou não, aí já é outra história. Você vai ingerir água, então quanto mais hidratado está o seu corpo, menos álcool você vai beber, porque você vai sentir menos sede e menos o álcool vai afetar o seu corpo. Na mesma lógica o açúcar. E tem essa balada que a gente fazia, que era uma balada sem álcool. Onde as crianças vinham e, tipo, se divertiam, assim. E tudo sem álcool, sabe? E aí a gente fazia várias atrações na balada, a brincadeira de fantasia, de quem dançava melhor (Observatório De Olho Na Quebrada).

Eu era uma pessoa muito fechada, que não gostava de conversar, não gostava de nada. E o slam foi uma atividade que abriu portas. Eu pude trazer escritos meus, que pareciam que eram significativos só para mim, e eu percebia como era significativo para outras pessoas que me escutavam também. E esse é um processo do slam muito interessante, porque você vai percebendo os graus que esse espaço vai dando significado para essa juventude. Fazendo essa ligação do slam com a literatura: eles acham que as suas poesias ainda não são literatura, mas já é uma forma literária de impressão. Então, a gente trazia essa questão da importância desses escritos. Hoje, a gente conhece pessoas que participaram do slam quando era adolescente e agora está fazendo sua formação acadêmica, por exemplo (Rede LiteraSampa).

Normalmente, aqui no bairro, o tempo de pipa é o tempo das férias escolares. Então julho e dezembro é tempo de pipa. Desde que a gente é criança é assim. Mas 2020 foi o ano da pipa, porque os alunos estavam meio que fora da escola, não estavam frequentando a escola. Então eu lembro que abril, maio já era tempo de pipa. Agosto, setembro era tempo de pipa. E eu estou falando isso porque é uma das opções de lazer que tem aqui. É uma coisa cultural. Então a pandemia afetou o calendário da pipa no bairro. Os alunos acabaram tendo um pouco mais de tempo ocioso, porque por mais que você tivesse atividades on-line, não ia ficar a tarde inteira sentado na frente do computador. Então você tinha um tempo ocioso. E o pipa é uma coisa que você pode fazer com isolamento social (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Jardim Pantanal).

Tais movimentos de transgressão não devem ser percebidos, contudo, sem as tensões e, até mesmo, **conflitos** que evocam. Especialmente com relação ao baile funk, os depoimentos apontaram para esse espaço como importante oportunidade de socialização e escape para muitos jovens, refletindo uma carência estrutural de infraestrutura pública e oportunidades de lazer adequadas nas comunidades. Por sua vez, foi destacado em diversos depoimentos como durante a pandemia houve a presença de crianças mais novas e com maior frequência nesses espaços, o que se somou ao aumento do consumo de bebidas alcoólicas e demais substâncias diante da “falta do que fazer”.

Num momento que tava todo mundo falando mal do Baile Funk, de que, tipo, “Putz, a polícia tem que entrar, tem que matar, porque todo mundo que tá aqui tá pra usar drogas, pra roubar e tudo”, a gente lançou uma pesquisa que mostra que, tipo, as pessoas vão pro baile funk pra se divertir, vão por uma falta de lazer. Elas vão pra dançar, pra se relacionar com outras pessoas, beijar na boca e tal, e isso mostra que, tipo, a ação da polícia não é justificável (Observatório De Olho Na Quebrada).

Tem uma questão de classe. Na nossa cidade, o lazer é pago. As pessoas de Heliópolis têm muito pouco espaço de lazer gratuito e público. Dentro da própria comunidade não tem, você tem ali o CEU Meninos, você tem o CEU Heliópolis, que também permaneceram fechados durante a pandemia. Então não existia ali nenhum acolhimento. Você tem algumas quadras de futebol. Você não tem um parque. E tem o fluxo, que é para onde todo mundo vai, e que também é uma outra questão muito problemática dentro da comunidade, porque é um lugar de muitas violências, em vários sentidos. As crianças vão desde muito pequenas, eu tenho estudantes de 10 anos, 11 anos que já vão no fluxo. E aí envolve trabalho infantil, a questão do abuso sexual, a questão de drogadição, para além da questão da saúde de quem mora naquela rua onde tem o fluxo. Você tem famílias que não dormem há anos porque tem fluxo naquela rua, e que não conseguem vender aquela casa porque ninguém quer comprar. Ela não consegue embora, ela não consegue brigar, porque tem ali uma questão do poder paralelo também, então ela não vai arranjar confusão com quem ela não pode. E ela não consegue dormir, os filhos estão convivendo com aquela violência. Então é muito sério esse problema do lazer, o que se entende por lazer ali (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Há muita falta de espaço de lazer. Eu acho que a coisa que eu mais ouço de lazer, e que as pessoas reclamam muito, é o baile funk, que é uma problemática muito grande aqui. O que a gente faz? Eu não tenho dinheiro pra sair fora. Aqui, um copo de 700ml de bebida é 10, 15 reais. Se eu sair pra fora é 40, 50 reais. A gente conversa muito sobre essa questão do baile, principalmente porque aumentou durante a pandemia. O baile mudou de lugar, mudou a forma como funciona e as pessoas reclamam muito do barulho, só que não tem o que fazer. Os jovens querem curtir só que não tem onde (Fala Jovem).

No **contexto pós-pandêmico**, muitas organizações comunitárias têm reavaliado e adaptado seus serviços e espaços para a retomada das atividades presenciais, com o objetivo de atender às novas demandas e oferecer suporte contínuo às famílias mais vulneráveis. Juntamente com a reabertura das escolas e a suspensão das medidas de distanciamento social, observou-se uma transição gradual das atividades online para eventos presenciais, refletindo um aumento da demanda da população por oportunidades de interação social e promoção do bem-estar mental. Esse fenômeno é particularmente relevante considerando as dificuldades enfrentadas pelos jovens na reintegração aos processos cotidianos de socialização, levando ao fortalecimento das relações comunitárias e ao crescente interesse por atividades culturais, como oficinas e cursos de música, como estratégias para facilitar essa retomada. Entretanto, também não acontecem sem tensões, à medida que boa parte da sociabilidade dessa geração de crianças e jovens foi formada durante a pandemia e mediada por dispositivos digitais. É frequente o relato de dificuldades de adaptações, tanto dos espaços como das equipes e dos próprios jovens.

A gente está se organizando novamente, porque as demandas elas vão mudando conforme o tempo. Hoje, a gente não está fazendo empréstimo, mas o espaço fica aberto de terça a sexta. Chega muita gente que fala “Nossa, eu não sabia que existia essa biblioteca, eu a vi aberta e vim conhecer”. E aí a gente explica como funciona. Tem muitos outros coletivos que procuram a biblioteca para organizar atividades, a gente dá o suporte para a organização e também participa dessas atividades. Eu acho que nessa volta, uma coisa que ficou bem forte foi essa questão de outros coletivos solicitarem o espaço, e aí eles organizam atividades muito parecidas com as nossas, debates, assistir um filme e depois fazer discussão, saraus e outras cenas também. Esse retorno está muito caracterizado por essas atividades organizadas com os territórios (Rede LiteraSampa).

Agora a gente começa a voltar aos poucos pro presencial. Primeiro, a gente foi pra dentro dos espaços que a gente tem nas comunidades e nas casas, fazendo atividades mais pontuais, porque as pessoas ainda estavam se aproximando aos poucos, criando coragem. Depois começaram a falar pra gente ter coisa presencial, porque ninguém aguenta mais. Daí já começou aquela coisa das vacinas e a gente foi voltando, dando uma potencializada nas relações, uma melhoria na saúde mental mesmo de quem tava lá direto no território (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC).

A música é algo que, querendo ou não, é uma forma de lazer também. Depois da pandemia, falando estatisticamente, acho que a procura por nossos cursos de música aumentou. Muitas mães quiseram fazer inscrição, percebendo que os filhos estavam muito ansiosos dentro de casa, ou só no celular, e que isso atrapalhou bastante (Instituto Unidos de Paraíso).

4.3. Impactos da pandemia na percepção da saúde mental de crianças e jovens

Ainda que esta investigação não tenha como foco abordar questões de saúde mental, o diálogo com as organizações evocou em diferentes momentos a percepção de que a experiência da pandemia de Covid-19 impactou fortemente essa dimensão para jovens e suas comunidades. As entrevistas atribuem esse contexto, em parte, a uma percepção do aumento da **violência** doméstica e sexual durante a pandemia, exacerbada pelo confinamento e pelo desemprego, o que deixou muitas vítimas expostas a estas violências sem o suporte adequado. A sobrecarga emocional e a falta de recursos para atender às demandas de crianças e jovens foi algo evocado por diferentes organizações, revelando a fragilidade do sistema de proteção e a necessidade de intervenções mais eficazes. Nesse contexto, também foi mencionada a influência das redes sociais na normalização da violência entre jovens e a dificuldade em desconstruir essa cultura como um desafio no combate à violência na sociedade atual.

Eu acho que na pandemia, todas as camadas que chegam até a violência ficaram muito mais nítidas. A violência surge a partir de uma necessidade não atendida (Centro de Excelência em Primeira Infância – CEPI).

Durante as entregas de cestas básicas, a questão de violência doméstica também aparece. Tiveram várias casas que a gente entrou que, por vezes, as mulheres se escondiam por não querer mostrar o rosto (Espaço Alana).

Essa questão da violência, eu senti que houve um aumento muito grande durante a pandemia por conta dessas relações. O que eu vejo que era um momento de escape para os jovens era o apoio do outro amigo, às vezes, ir dormir na casa do amigo, fazer alguma outra coisa fora de casa (Instituto Fazendinho).

Tivemos muita demanda de crianças que sofreram violência e abuso sexual nesse período, porque estavam sozinhas nas suas casas, não estavam nas escolas, estava, sem supervisão. Muitas denúncias de crianças que passaram por situações de violação por vizinhos, parentes próximos, que moravam no mesmo bairro (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, Sapopemba).

Eu tenho vários casos na escola de meninas que foram violentadas sexualmente, e eu mandei para o Conselho Tutelar, para o CREAS, para todos os dispositivos legais que a gente tem de encaminhamento, mas elas não são chamadas para atendimento. Então você tem lá um ano e meio de uma situação de uma menina que está em depressão, com crise de ansiedade e que continua sendo abusada, que não saiu do contexto de violência, muitas vezes o abusador nem afastado foi, e você não consegue atendimento. Isso vai te adoecendo também, essa sensação de impotência também adoecce o gestor, a coordenação, todo mundo (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

As entrevistas destacam as **estratégias de acolhimento** por meio da criação de um ambiente seguro para que jovens e famílias se sintam à vontade para relatar situações de abuso e violência, enfatizando a necessidade de empatia e sem julgamentos. Como ações de combate ao aumento dos casos, é reiterada a demanda pelo fortalecimento dos canais de denúncia e pela capacitação de profissionais da rede de proteção para melhor identificar e tratar casos de violações de direitos.

A gente tem uma proximidade com o Conselho Tutelar, que acabou nos falando do aumento exorbitante do número de crianças vítimas de violência sexual. E aí o que a gente fez? Montou um grupo de trabalho para poder desenvolver uma campanha de orientação à população para combater essa questão. Essa articulação tem diversos profissionais nos ajudando. E isso também já é uma situação derivada da pandemia (UNAS Heliópolis e Região).

O jovem tem que ter muita confiança para poder se abrir a esse nível, de conversar com a gente e falar “estou sofrendo abuso físico ou violência sexual”, “estou passando fome”, “não tenho absorvente”, “não tenho fralda”. E como que a gente faz isso? Sem julgar. Porque a gente vai recebendo informações que a gente fica às vezes com raiva. “Como assim você está vivendo isso?”. E você não pode falar isso para a pessoa. Então como que você acolhe e vai dando caminhos também para às vezes elas fugirem dessas situações de abuso, de violência, construir outras possibilidades? Traz para cá, fica aqui, tenta encaminhar para outros lugares (Pró Saber).

Nossa preocupação principal aqui como coordenação é o fortalecimento dos canais de denúncia e de divulgação da informação a respeito das violações de direitos, das violências, para que a gente consiga ter um cenário um pouco menos turvo sobre a realidade e alinhar as próximas ações (Coordenadoria de Políticas para a Criança e o Adolescente da Prefeitura de São Paulo).

A gente tem uma parceria com o Vanen, que é o Projeto Violência Aqui Não Entra Não. A gente trabalha a questão da vulnerabilidade social, relacionada a todos os tipos de violência: física, psicológica, verbal, doméstica. A gente trabalha nesse projeto com as crianças para identificar aquelas que sofrem violência. Teve vezes que eu subi no caminhão para falar sobre a violência contra a mulher em casa, porque cresceu o número aqui dentro também (Centro da Criança e do Adolescente – CCA).

As entrevistas revelam um aumento significativo de relatos de **sofrimento mental** entre crianças e jovens durante e após a pandemia, relacionados não somente a casos de violência doméstica, mas também como impacto do isolamento social. Na percepção das organizações entrevistadas, a falta de atividades e de interação com colegas, somada com os desafios materiais de sobrevivência no contexto de crise e precariedade, levou a um agravamento de comporta-

mentos como timidez, reclusão e agressividade, resultando em uma preocupação coletiva sobre como reintegrar esses jovens à socialização e à vida cotidiana.

Hoje eles contam para a gente essa situação de agravamento da saúde mental. Principalmente as meninas, que se abrem mais, que ficaram só cuidando da casa, dos irmãos pequenos, cozinhando, limpando casa, não saindo, trabalhando dentro de casa. E muito ociosos, assim, de não ter tido ali uma atividade, alguma motivação para fazer alguma coisa diferente. Não tinham acesso a nada, a vida parou e eles estavam trancados dentro de casa. Quando a coisa começou a melhorar e foi permitido não usar mais máscara, eu tinha muitos adolescentes que não queriam tirar a máscara, porque tinham vergonha da boca, dos dentes. “Ah, todo mundo me conheceu de máscara, vão rir de mim”. Tinha ali uma situação difícil também, porque tinha essa coisa da auto-imagem. Imagine uma criança que a pandemia começou, ela estava lá no quarto ano e, de repente, ela volta no sexto ano, pouco alfabetizada, sem vínculos com os amiguinhos da turma, com o corpo em transformação, entrando na adolescência. É muita coisa para administrar (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

Assim como quando tem enchentes, que as casas das famílias são inundadas e, depois que acaba a chuva e a água baixa, o estrago está feito? Então, depois da pandemia, eu vi as crianças e os adolescentes que a gente estava trabalhando com essa preocupação em relação à saúde mental. Se agravou muito essa questão (UNAS Heliópolis e Região).

Começaram a vir as demandas ligadas mais à questão da saúde mental, principalmente os jovens que estavam ficando ociosos demais, querendo quebrar tudo. Nessa perspectiva de promoção da saúde, nós começamos a fazer ações mais focadas no letramento emocional, de trabalhar não só a questão do corpo, mas a mente também, essas conexões que a gente foi entendendo no processo. A gente está trabalhando com cuidado integral, cuidando da comida, do corpo, dando orientação e prevenção, mas vamos trazer também a questão da saúde mental, letramento emocional, essa questão mais espiritual também (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC).

Eu senti que mexeu muito com o psicológico deles. Tanto que teve muitos alunos que voltaram com comportamento muito diferente, mais reclusos, interagindo menos. Essa foi uma dificuldade que a gente teve no projeto, muitos voltaram envergonhados, com uma timidez que não tinham antes. E eu acho que muito isso deve porque eles ficaram no tempo com reclusos. Sinto que, de certa forma, afetou bastante a parte psicológica deles. Eu tive relatos de pais também que disseram que, se não fossem as aulas do projeto, os alunos poderiam estar pior, porque eles estão se distraíndo em casa com os instrumentos (Geração Portela).

Quando a pessoa perde a fonte de sobreviver, ela também fica doente. Eu vi muitos dos jovens, e dos pais dos jovens, entrando em depressão, tendo muita necessidade, ataque de pânico. A saúde mental dos alunos todos, da periferia, foi bastante afetada. Inclusive começaram a falar muito mais sobre saúde mental durante a pandemia por aqui (Rede Ubuntu).

Diversas organizações têm se mobilizado para enfrentar o sofrimento mental entre crianças e jovens, desenvolvendo novos projetos de acolhimento que investiram na **escuta dos sujeitos**. Destacam-se, entre essas iniciativas, as parcerias com universidades que oferecem suporte psicológico nas comunidades, a promoção do brincar livre em contato com a natureza, o trabalho com a memória e a criação de espaços de diálogo e rodas de conversa. Os depoimentos coletados evidenciam, portanto, que distintas estratégias foram adotadas por organizações comunitárias no intuito de promover o bem-estar emocional e o fortalecimento de vínculos nas comunidades.

O que a gente fez no Gonzaguinha foi tentar casar parcerias com universidades, o único sopro de esperança de vida que a gente tem tido nesse momento. A gente conseguiu uma aproximação grande com a UFABC, com a PUC, com a USP. Então nesse sentido a gente tem conseguido atender algumas meninas, por exemplo, com a PUC, que tem o pessoal da psicologia social que vai lá e atende uma vez por semana (Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF, Heliópolis).

A gente tem procurado se perguntar no Alana, como é que a gente pode contribuir com relação a essa crise relacionada à saúde mental de crianças e jovens. Dentro do programa Criança e Natureza, a gente acredita que o brincar ao ar livre, a liberdade e a potência que as crianças experimentam quando estão do lado de fora brincando ao lado dos seus pares de forma autônoma, independente, a gente acredita fortemente que é uma estratégia. Claro que não é a única, a gente vai precisar lançar mão de diversas estratégias. Mas a gente acredita fortemente que é uma estratégia que vai contribuir no sentido de enfrentar essa crise (Instituto Alana).

Eu percebi as pessoas mais vulneráveis psicologicamente, estressadas, psicologicamente muito arrasadas por diversos motivos. Então, no nosso retorno, a gente teve que mudar algumas coisas, a abordagem tinha que ser um pouco mais tranquila, com momentos de intervalos maiores para as pessoas respirarem e conversarem entre si (Instituto Unidos de Paraisópolis).

A gente tinha uma oficina pra debater memória e também pra cuidar mentalmente das pessoas que estavam no Observatório. Porque a gente percebeu, principalmente na pandemia, que mexer com os dados, ver essa realidade social é uma coisa muito difícil pra um jovem. Então, a gente acaba tendo essa sensibilidade e esse acompanhamento (Observatório De Olho Na Quebrada).

Na Uneafro tem um núcleo Obará, que é um núcleo pensado para a questão da saúde mental. O núcleo já tinha sido criado um pouco antes da pandemia, pensando nas pessoas que trabalham com movimento social. Durante a pandemia, ele fez essa junção de ter o acompanhamento médico mesmo, para saber como as pessoas estavam em relação à Covid, mas também o acompanhamento psicológico (Uneafro).

5

Protagonismo de crianças e jovens no contexto de crise

A

pesar de todos os impactos que o contexto da pandemia de Covid-19 provocou na vida de crianças e jovens que vivem nestes territórios, a invisibilidade desses sujeitos persistiu, especialmente frente às políticas públicas. O direito à participação desses grupos preconizado pelo ECA não foi suficiente para impedir que Estado e sociedade civil falhassem em criar espaços nos quais as vozes de crianças e jovens pudessem ecoar e surtir transformações em prol de suas necessidades e desejos.

O diálogo com as organizações indicou que houve um esvaziamento recente das parcas estruturas existentes para tal, como grêmios e organizações estudantis. Isso se revelou em alguns depoimentos que compartilharam a **desmotivação** de jovens em participar da vida comunitária diante da sensação de abandono que tem seu ápice no estigma da “geração perdida”. Além disso, como discutido anteriormente, a saúde mental emergiu como uma preocupação central, evidenciando a demanda por maior acolhimento desse grupo dentro das comunidades e das próprias organizações. Em tempos de ensino remoto, tais espaços de participação poderiam ter sido potencializados de forma a evitar muitas das violações de direitos.

Teve muita gente que ficou sozinha sem nem saber como agir, ou a quem requisitar para procurar auxílio. Eu não sei se o termo é traumático, não sei o quanto eles absorvem, ou o quanto eles entendem isso também, ou qual vai ser o resultado (Campanha Nacional pela Educação).

Contudo, cabe destacar a potência do **protagonismo juvenil** por meio de ações que resistiram a esse quadro de abandono, silenciamento e invisibilidade. Durante a pandemia, em muitas comunidades, esse grupo desempenhou papel crucial na mobilização local, organizando-se para distribuir alimentos, máscaras e informações sobre saúde, contribuindo ativamente para a pro-

moção do bem-estar. Essa participação não apenas ressaltou suas capacidades, mas também promoveu o fortalecimento dos laços comunitários e uma maior consciência sobre a importância da solidariedade e do cuidado coletivo. Isso se revelou em diversos depoimentos que apontaram que a pandemia provocou uma geração mais empática, disposta a ocupar um espaço importante em ações necessárias e no protagonismo sobre seus próprios problemas.

Eu queria destacar a importância que teve o trabalho dos jovens aqui nesse processo. Eles têm uma energia enorme. Então, quando a gente saía para a rua, mesmo aquelas pessoas que se viam nessa questão do negacionismo, quando era um jovem que ia parar por lá, eles acabavam abrindo a guarda, a pegar o material que a gente estava doando, a usar máscara. Então eu acho que eles tiveram um papel fundamental na comunidade (UNAS Heliópolis e Região).

Os jovens foram os que mais se mobilizaram durante a pandemia para estar na linha de frente. Acho que eles tinham aquele sentimento de “Bom, o meu avô, a minha avó não pode ficar saindo de casa, o risco para eles é muito maior, o risco comigo é menor, então eu vou me colocar na linha de frente, eu vou ajudar no que for possível para melhorar a situação”. Foi algo muito bonito de ver, essa rede que estava sendo criada, essa colaboração, essa estrutura com eles. E era uma coisa, na maioria das vezes, espontânea (Instituto Fazendinhando).

Tal protagonismo está associado ao trabalho de organizações comunitárias que, mesmo antes do contexto de crise sanitária, reconhecem a importância da agência jovem em sua estrutura e contam com **espaços formativos** para incorporar suas demandas em seus projetos e ações. Ao longo deste livro foram destacadas iniciativas no território do município de São Paulo que buscaram incluir crianças e jovens nas tomadas de decisão relacionadas à segurança, à transformação e ao cuidado dos espaços coletivos, de modo que se sentissem pertencentes e responsáveis pela sua comunidade. Este cenário reforça a potência dessa participação por meio das **articulações em rede** emergentes e fortalecidas em territórios vulneráveis em tempos de crise diante do abandono estatal.

Parelheiros é um território de gente muito jovem que acaba participando das ações. Esses jovens estão tendo, eu diria, até uma incidência política de “Eu quero ficar aqui na minha comunidade, quero que ela seja o melhor lugar do mundo para nascer e para viver, mas eu preciso trabalhar para isso”. Eles têm se engajado e fortalecido outros jovens, começam a meio que clamar por esse empoderamento social mais coletivo, para as pessoas entenderem, que a gente se empodera, não é só para a gente ter uma vida boa, mas é para a nossa comunidade, ter essa possibilidade de transformação social (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC).

Esses jovens aí que estão vindo pro Observatório, são jovens que acabam sendo muito novos, tem gente que tem 15 anos. O projeto deixou de ser um projeto só de pesquisa e acabou sendo um projeto de formação de cidadãos. E aí a gente acaba tentando pegar esses jovens e mostrar pra eles outra realidade, que é o que a gente viu também lá no começo, quando a gente começou a ir em outras universidades e tudo mais. A gente começou a ver uma realidade totalmente diferente da bolha de Heliópolis, sabe? E quando a gente começou a ver isso, a gente viu que a gente podia alcançar outros lugares (Observatório De Olho Na Quebrada).

A **fragmentação das iniciativas** e a **ausência de políticas** que incentivem a participação juvenil dificultam a continuidade e a efetividade de muitas ações e projetos, evidenciando a necessidade de um diálogo intergeracional mais efetivo para fortalecer essas vozes e garantir uma participação mais organizada. É preciso lembrar que a baixa presença de espaços de participação e protagonismo jovem se relaciona frequentemente com uma visão adultocêntrica que não os reconhece enquanto sujeitos qualificados para decidir sobre o futuro (Gouvêa et al., 2019). Nesse sentido, destacou-se a importância da construção de um projeto de educação que transcenda os limites da sala de aula e seja acompanhada por um desejo coletivo voltado para as demandas comunitárias se apresenta como um caminho potente.

Existia uma fragmentação muito grande dos estudantes, inclusive no sentido de eles terem dificuldade de saber como se organizar e como participar. Eles precisavam muito dessas interlocuções com outras redes, com outras organizações, para ocupar espaços. Porque é uma coisa muito orgânica, muito informal também, e que tem uma dificuldade de se manter no tempo, porque não tem fomento, não tem relação institucionalizada, não tem minimamente uma organização para captar recursos, é tudo muito voluntário. Isso tudo são coisas que a gente identificou durante a pandemia (Campanha Nacional pela Educação).

5.1. Diálogos com os jovens participantes da pesquisa

Entre os meses de junho de 2023 e novembro de 2024, foi realizado um conjunto de workshops participativos com 44 jovens moradores das comunidades de Heliópolis e Paraisópolis e estudantes da USP. Os encontros se deram nas respectivas comunidades, com o suporte das organizações locais Pró Saber-SP e Observatório De Olho Na Quebrada (UNAS Heliópolis e Região). Dos 44 participantes, com idades entre 9 e 29 anos, que participaram da segunda etapa do estudo: 27 meninas, 16 meninos e uma pessoa não binária/transgênero, identificando-se

como negro (28), branco (14), indígena (1) e não informante (1), sendo que quatro jovens relataram ter deficiência.

Essas atividades buscaram aprofundar as reflexões sobre a agência juvenil, capacidades adaptativas e respostas emocionais às crises, destacando o valor do conhecimento local e das soluções cocriadas para enfrentar crises futuras. A seguir, apresentamos uma breve síntese de tais diálogos, considerando os três eixos centrais da pesquisa, a fim de evidenciar tal posição geracional no debate sobre o impacto da crise da Covid-19 na sociedade.

Eixo Educação

Eu fiquei feliz porque liberou a escola. Como que a gente podia ficar mais feliz? (Jovem moradora de Heliópolis).

“Você já deveria ter aprendido isso antes”, essa é uma frase que já me desanima (Jovem moradora de Heliópolis).

A escola me iludiu para a vida, me atrasou para a vida adulta (Jovem morador de Heliópolis).

Na minha escola, pelo menos, os professores ensinam na maior ignorância. Se você aprendeu, ótimo. Se não aprendeu, ótimo. Ótimo, você vai passar. O salário deles vai cair na conta de qualquer jeito, você aprenda ou não. É isso que eles dizem para a gente (Jovem moradora de Paraisópolis).

Minha mãe me obrigava, ela pressionava muito, tinha muita pressão para estudar. Ela dizia: “Filho, você tem que fazer a lição que a professora passou”. Porque tinha um grupo de WhatsApp onde a professora mandava tal lição para tal dia. E aí minha mãe começou a brigar comigo, essa questão que tem que fazer a atividade, que é o futuro que tá ali dentro. Aí eu fui fazendo (Jovem morador de Paraisópolis).

Sempre sofri muito bullying na escola. A pandemia foi um alívio. Me faz muito bem ficar sozinha, porque consigo colocar os pensamentos em ordem (Jovem moradora de Heliópolis).

Tudo o que eu tinha aprendido, eu esqueci com a aula online. Porque havia coisas que eu não tinha estudado. Eu assistia à aula online, mas bagunçava toda a minha cabeça. Eu prestava atenção na aula, mas não aprendia. Depois, eu tinha que prestar atenção tudo de novo, aprender tudo de novo para conseguir ter sucesso (Jovem moradora de Heliópolis).

A pandemia de Covid-19 impactou profundamente a trajetória de educação de jovens brasileiros que vivem em territórios periféricos, aprofundando desafios e desigualdades educacionais. Muitos jovens relataram dificuldades de adaptação ao ensino remoto, enfrentando limitações como a exclusão digital e a falta de suporte psicológico. A mudança entre escolas, a transição

entre etapas da jornada educacional e o distanciamento social também reduziram as oportunidades de socialização e enfraqueceram os vínculos já fragilizados com professores, o que afetou a motivação e o desempenho escolar ou acadêmico desses jovens.

As dificuldades de acesso a recursos educacionais e tecnológicos também foram agravadas pela precariedade das condições de moradia, onde muitos estudantes não dispunham de um ambiente adequado para se concentrar nos estudos. De maneira geral, a desproteção e o despreparo das instituições em lidar com as necessidades dos jovens em situação de vulnerabilidade social foram citados como obstáculos que limitaram a continuidade do aprendizado. Nesse sentido, a presença ou a ausência de redes de apoio se destacou como central para a proteção ou exposição de jovens a frustrações e desafios emocionais adicionais.

A interrupção das atividades presenciais expôs a importância da escola como espaço de convivência e apoio social, sobretudo em comunidades com poucas opções de lazer e segurança alimentar. Muitos jovens destacaram que a escola supria necessidades além do aprendizado formal, como a alimentação, reforçando o nexo entre educação e bem-estar físico e emocional. O fechamento das escolas levou muitos jovens a reavaliar suas aspirações e habilidades, gerando mudanças de trajetória, com relação aos planos de seguir a caminhada educacional, e adaptação de metas de vida, com relação às mudanças de aspirações profissionais.

Os jovens expressaram o desejo por uma educação mais inclusiva e relevante para a vida adulta, com currículos que reflitam suas realidades socioculturais e que incluam habilidades práticas para o mercado de trabalho. A falta de espaços de representatividade e de participação ativa dos jovens nas decisões escolares foram destacadas como aspectos importantes para melhorar a experiência escolar.

Os relatos sublinham a urgência de políticas públicas que ofereçam suporte educacional, emocional e financeiro para jovens, famílias e comunidades, promovendo uma educação que atenda de forma mais equitativa às necessidades dos jovens das periferias brasileiras. Os relatos também destacaram a importância de reconhecer a educação para além do espaço escolar, adotando uma perspectiva intersetorial e com foco na atuação territorial em nível local.

Eixo Alimentação

O governo tem que garantir que as pessoas não morram de fome. Eles não garantem isso. Eles acham que estão fazendo demais, só dando R\$400,00 e R\$500,00 com a família. Eles não sabem dessa família, o que elas passam, o sustento deles. Porque tem muita família com cinco ou seis pessoas numa casa. Dizem que o auxílio é o suficiente, mas não é (Jovem morador de Paraisópolis).

Eu nunca fui de ajudar muito. Eu fui a criança que recebia tudo na mão. Quando entrou a pandemia, foi um choque muito grande para mim. Porque aí eu precisava ajudar a família. A minha mãe falou: “Olha, vou pegar a cesta, aí você leva”. Eu falei: “Mãe, o que é que eu tenho que levar? Nossa, eu não sei. Eu acho que eu ainda não estou preparada para ajudar o próximo”. Eu ia, mas com uma pessoa da minha família. Mas me dava muito medo de sair de casa. Agora, se viesse uma pandemia, eu já tive experiência do que aconteceu. O medo, claro, existiria. Mas eu acho que seria menos. Eu acho que poderia ajudar mais (Jovem moradora de Paraisópolis).

Tem uma ONG perto da minha casa, literalmente do lado, que se chama G10 Favela. Então era distribuição de marmita, distribuição de cesta básica, de kit higiênico. Você via muito jovem ajudando a entregar a marmita, ajudando a levar até outras pessoas que não poderiam se envolver, ajudando a carregar as cestas (Jovem moradora de Paraisópolis).

Porque eu sempre fui um cara que dormia cedo pra acordar cedo. Mas, na pandemia, como não teve aula, eu relaxei, tanto que eu passava a noite todinha jogando. Dormia o dia todinho, almoçava três horas da tarde e jantava umas dez horas. Foi um bagulho que foi me cansando, eu não tinha mais energia pra nada (Jovem morador de Heliópolis).

A pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo na segurança alimentar da população de baixa renda no Brasil. Muitos jovens relataram mudanças significativas em seus padrões alimentares neste período de crise, enfrentando limitações como a redução do consumo de alimentos *in natura*, aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e dificuldades financeiras para manter uma alimentação saudável.

A inflação dos preços dos alimentos e a redução da renda familiar também contribuíram para a substituição de alimentos mais nutritivos por opções mais baratas e menos saudáveis. Assim, carnes foram substituídas por ovos, linguiças e hambúrguer, enquanto frutas e verduras se tornaram menos frequentes na mesa das famílias. Esse fenômeno reflete uma realidade estrutural que já existia antes da pandemia, mas que foi agravada pela crise sanitária e econômica.

As dificuldades de acesso a alimentos também foram agravadas pela impossibilidade de frequentar feiras livres, consideradas fontes de alimentos mais frescos e baratos. Muitas famílias passaram a depender exclusivamente de supermercados, onde os preços eram mais elevados. As mudanças nos horários e rotinas também afetaram os hábitos alimentares, com alguns jovens relatando alterações nos horários das refeições e desenvolvimento de transtornos alimentares devido à ansiedade e isolamento social.

Embora a insegurança alimentar não fosse um problema novo no Brasil, a pandemia exacerbou essa situação, com milhões de brasileiros caindo na pobreza extrema e dependendo de

doações para sobreviver. Os jovens reconhecem que a desproteção social e o despreparo das instituições em lidar com a insegurança alimentar foram parcialmente amenizados pela mobilização de redes de apoio comunitárias, como em associações de bairros, igrejas e escolas, que distribuíram cestas básicas e marmitas. Essas redes de apoio foram essenciais para proteger jovens e suas famílias contra a fome, com muitos jovens engajando-se voluntariamente na distribuição de alimentos, demonstrando solidariedade comunitária.

A interrupção de programas como a merenda escolar, muitas vezes a principal refeição para muitos estudantes, evidenciou a importância da escola para além do aprendizado formal, reforçando o nexo entre educação e bem-estar físico e emocional. A presença dessas redes de apoio foi central para a proteção dos jovens e suas famílias contra a fome. Muitos jovens engajaram-se voluntariamente na distribuição de alimentos, demonstrando solidariedade comunitária.

Os relatos sublinham a urgência de políticas públicas que garantam segurança alimentar e nutricional, especialmente em momentos de crise, promovendo acesso a alimentos adequados e saudáveis para jovens e famílias das periferias brasileiras. Os depoimentos também destacaram a importância de reconhecer a alimentação como direito fundamental, adotando uma perspectiva intersetorial que considere aspectos econômicos, sociais e culturais no planejamento de ações de combate à fome e promoção da alimentação saudável.

Além disso, é necessário fortalecer programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e garantir que eles sejam ajustados à realidade das famílias em situação de desproteção social. Paralelamente, políticas de incentivo à produção local de alimentos podem ser ferramentas eficazes para reduzir a dependência de alimentos ultraprocessados e promover o consumo de alimentos frescos e nutritivos.

Eixo Brincar/Lazer

É uma coisa muito frustrante, porque eu perdi todo esse processo de entrada na universidade. Eu fui em uma festa universitária a minha vida inteira. Uma das minhas maiores felicidades foi voltar pro presencial. E tem uma ironia muito grande, porque agora eu não sei se eu vou conseguir pagar o transporte (Jovem moradora de Heliópolis).

O meu lazer era a depressão. Eu ficava em posição fetal, porque no período de pandemia eu vivi muito sozinha. Eu dou muito valor às pessoas no Observatório, porque elas me ajudaram uns dias que eu não estava muito bem (Jovem moradora de Heliópolis).

Eu não estava simplesmente aguentando. Tanto que eu comecei a arrumar algumas confusões na rua. Simplesmente por uns motivos meio... Não vamos entrar em detalhes, mas tipo com um estresse, sabe? (Jovem moradora de Paraisópolis).

Durante a pandemia, passei a maioria do tempo bem distante, no interior (Jovem moradora de Paraisópolis).

Um dos meus melhores lazeres foi jogar mesmo com a pandemia. Eu continuava indo jogar bola, mas com medo de acontecer uma coisa ruim (Jovem morador de Paraisópolis).

Mesmo na pandemia, eu não deixava de sair, porque eu não tinha internet. Aí eu ia pro baile (Jovem morador de Paraisópolis).

Eu jogava para fazer disso realidade, fazer novos amigos, já que eu não conseguia fazer isso presencialmente. Então fiz amigos virtuais para fugir da solidão (Jovem morador de Paraisópolis).

Tinha que marcar o horário: jogava free-fire, jogava no celular, jogava free-fire, botava pra carregar de novo, jogava free-fire. Tinha uma galera aqui entrando uma noia. Eu tinha amigos bastante viciados, até que gastavam muito dinheiro (Jovem morador de Paraisópolis).

Minhas primas me obrigaram a assistir esse anime. Consequentemente, me tornei k-popper e otaku (Jovem moradora de Paraisópolis).

A maioria das crianças perdeu a infância por conta do celular e algumas pessoas usam celular como refúgio, mas infelizmente criança não soube aproveitar a infância, mas tecnologia «ajuda» em algumas coisas mas tem alguns conteúdos que não deve ser pra criança. Celular atrasa pouco criança (Jovem morador de Paraisópolis).

Os relatos em relação aos impactos da pandemia de Covid-19 ao brincar e ao lazer reiteram a baixa atenção dada a esta faixa etária, sobretudo nas periferias urbanas, e explicitam uma negligência da sociedade em relação a estes direitos. Sobressaem-se os relatos que expressam sensações de perda, tanto de experiências como dos próprios momentos da infância e da adolescência, à medida que se viam restritos em relação a um dos elementos que mais caracteriza estas etapas do ciclo de vida. Não por acaso, entre jovens e adolescentes, essa sensação de perda é frequentemente associada a relatos de sofrimento psíquico, que usualmente são trazidos sob a forma de patologização; e à adultização decorrente da assunção precoce de responsabilidades.

Em termos gerais, a falta de uma política sanitária coordenada – que prolongou o contágio e consequentemente o período de restrições de contato – resultou em diversas quebras de vínculos de amizade, seja porque faltava condições para mantê-los, seja porque muitas famílias se mudaram no período. As mudanças indicam tentativas de lidar com o agravamento de sua desproteção social, por vezes em direção a lugares de menor custo ou mesmo para a casa de familiares. Em alguns casos, as crianças e adolescentes passaram até mesmo a viver com outros

familiares, sem seus pais. Em paralelo, notou-se uma resignificação de espaços, momentos e relações. Como exemplos, têm-se respectivamente a moradia, a própria infância ou adolescência, e a família.

Também foi ressaltado como fator prévio à pandemia a ausência de espaços adequados ao brincar e ao lazer nas periferias, por vezes associada à desigualdade que se materializa na cidade. Nesses contextos, as escolas aparecem como principal alternativa, seguidas de campos de futebol – sobretudo para meninos – e praças. Como muitos destes espaços são públicos e a diretriz adotada foi o seu fechamento para evitar a circulação de pessoas e o contágio, crianças e jovens ficaram privadas até mesmo deste uso. Isso levou a duas consequências: a primeira, de restrição do lazer ao espaço doméstico, o que implicou uma redução não apenas quantitativa e qualitativa, mas também em seu próprio significado, diante das limitações das moradias e da necessidade de compartilhar o espaço com outras demandas da família; e a segunda, de transgressão das medidas de restrição visando a manutenção da sociabilidade e da própria atividade física. A esse respeito, há relatos de sedentarismo e percepções de alteração de humor e corporais decorrentes.

Por fim, nota-se a emergência de uma marca identitária dessas infâncias e adolescências construída a partir dessa experiência durante a pandemia. Em mais de um momento, as crianças e jovens se nomearam como “youtubers”, “gamers”, “otakus” ou “k-poppers”. Isso parece se acentuar não só pelo caráter atual que as redes sociais têm na sociedade, mas porque, à medida que seu brincar e lazer se restringiu ao espaço doméstico, dispositivos como TV, computador, videogame e celular ganharam ainda mais centralidade no seu cotidiano e os conteúdos e práticas que eles mediavam passou a ser parte fundamental de suas vidas. Há duas ligações mais diretamente associadas a isso: a primeira, de uma saturação pelo uso excessivo de telas que por vezes se relaciona a relatos de dificuldade de atenção; e a segunda, de estabelecimento de relações de pertencimento e comunidade em relação a esses grupos virtuais, em detrimento das suas próprias comunidades.

No âmbito das alternativas, embora as percepções variem de acordo com as faixas etárias, nota-se como traço comum a ampliação do uso de redes sociais, aplicativos de comunicação, e jogos eletrônicos ou virtuais – inclusive, o uso de jogos multijogadores como estratégia de sociabilidade. Entretanto, condicionar o brincar e o lazer à internet coloca uma barreira adicional para acesso ao direito quando se trata de periferias, seja porque o próprio acesso à internet é por vezes limitado, seja pela baixa oferta nesses locais, seja porque as famílias não têm recursos para adquirir equipamentos eletrônicos ou contratar planos de dados para tanto. Em alguns casos, aqueles que contavam com acesso a internet, o lazer chegou a se converter até em aprendizados ou novos hábitos, como aprender a cozinhar, ou aumentar a leitura.

5.1.1. Entre máscaras, capacidades e reflexões: relato de experiência

Apresentamos um relato breve, porém abrangente, escrito por um jovem morador de Heilópolis sobre sua experiência durante a pandemia de Covid-19. Este é um fragmento do que foi compartilhado pelos jovens participantes ao longo do estudo. Na Figura 6 compartilhamos um exercício de visual web – ferramenta inspirada nos estudos de Kraftl et al. (2019) – produzido pelo jovem participante durante a pesquisa. Esse método utilizou uma linguagem visual para capturar as representações individuais e subjetivas dos jovens sobre os desafios urbanos durante a pandemia de Covid-19. Por meio dele, observamos que elementos como a capoeira, o medo e os desafios de circulação pela cidade moldaram suas memórias dessa experiência.

A pandemia começou, eu tinha por volta de 15 anos. Estava no primeiro ano do ensino médio e eu me lembro que, na época, eu tinha uma expectativa gigante para tentar me relacionar mais, sair mais de casa. Sempre tive problemas de socialização e eu queria tentar mudar. Aí, teve esse momento do fechamento de tudo por 15 dias, e só foi aumentando.

Eu tinha uma situação familiar do ano anterior à pandemia. Minha avó tinha falecido em 2019. Antes disso, ela e minha tia tinham aberto uma loja de doces, comidinhas e tal. Então, com a morte da minha avó, eu meio que peguei de missão para mim que eu tinha que ajudar minha tia no trabalho e, principalmente, estar ali para dar um apoio pra ela, que era a filha que mais tinha contato com a minha avó. Então, a minha rotina por muito tempo foi: assistir aula online picotada, até umas 11 horas da manhã - eu não consegui pegar muita informação estudando assim e até hoje não sei física básica; e descer na loja da minha tia e ficar por lá até umas 19h00, 20h00 entregando tapioca, lavando louça, untando forma de bolo, contando piada e tentando animar ela.

Quando eu saía na rua, em todos os momentos, eu andava com duas máscaras, porque eu tinha ouvido falar que a máscara barrava o vírus 40%. Então eu pensava que, usando duas máscaras, já era 80%. Mais 40% da máscara da outra pessoa, eu não ia pegar. Aí, como eu fazia entregas em um hospital, eu usava três para ter certeza. Eu andava de ônibus sem encostar em nada, como se eu estivesse surfando. E para apertar o botão do ponto, eu pegava uma sacola, apertava o botão e jogava a sacola no lixo antes de sair. O motivo de eu ter tanto medo era devido a minha bronquite crônica. Já fui internado por diversos problemas respiratórios, então, se eu pegasse, na minha cabeça, eu ia morrer.

Durante a pandemia, eu tive uma vontade grande de fazer capoeira. Eu viajava nos saltos, nos movimentos achava muito louco. Eu tinha uma questão com meu corpo, que eu me sentia muito incapaz, me sentia muito fraco, e isso afetava minha autoestima. Tipo, era como se o meu próprio corpo jogasse contra mim.

Nessa época, eu ficava muito tempo dentro de casa, deitado, bem sedentário mesmo, bem magrelo, com os ossos estalando o tempo todo. Aí eu peguei e falei “porque não tentar fazer capoeira, via internet mesmo?”. Aí, o espaço que tinha na minha casa era a laje. Era ótimo, aberto, espaçoso, vazio, tinha uma visão linda de Heliópolis (pelo menos, na minha opinião). Aí, por muito tempo, quando eu ainda não tinha o trabalho na loja, todo dia, às 13h00 eu subia na minha laje, fazia um pouco da capoeira que eu aprendia pela internet, me alongava (o que fez meus ossos pararem de estalar o tempo todo) e tomava sol. Respirava profundamente. Eu me sentia mais vivo. Inclusive, naquela época, eu tinha na cabeça que a capoeira e o Sol eram como se fossem meus melhores amigos. Mais tarde, por continuar na capoeira, eu consegui me sentir melhor sobre a capacidade do meu corpo.

Eu acho que, querendo ou não, foi, tipo, um momento de amadurecimento forçado sobre muitas coisas. Eu acho que essas coisas me fizeram questionar sobre me sentir vivo, diante de uma constante ideia de morte na minha cara. Inclusive, nas minhas entregas, eu passava em frente ao necrotério e ao pronto socorro do hospital Heliópolis. Me lembro de sempre ter alguém chorando pela partida de um ente querido. De todas as coisas, parece que morreram na pandemia, para além das pessoas, lugares, instituições. Tudo estava muito fragilizado. Foi realmente como viver num mundo doente, caído, incapaz. E a tal da esperança era como sair de casa, só com uma máscara.

(relato de um jovem morador de Heliópolis)



Figura 6 – Visual web de um jovem participante

Fonte: Acervo de pesquisa.

5.2. Diálogos intergeracionais entre jovens e organizações participantes da pesquisa

Em uma oficina sediada na Faculdade de Saúde Pública da USP, em fevereiro de 2024, jovens, organizações comunitárias, movimentos sociais e agentes do poder público colaboradores do projeto PANEX-Youth se reuniram para dialogar e construir recomendações ao poder público e organizações para a garantia de direitos de jovens e suas comunidades em possíveis contextos de crise, levando em conta a experiência da pandemia da Covid-19. O propósito do encontro foi contribuir com a sistematização de estratégias e políticas que colaborem para ações de enfrentamento e recuperação de eventuais crises sanitárias e socioeconômicas (Figura 7).

As discussões apontaram para uma crítica ao desmonte institucional do Estado durante a pandemia, destacando a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e o impacto das políticas de austeridade fiscal e da adoção de um modelo de comunicação hierárquico e pouco participativo. Dentre as recomendações para o enfrentamento de crises futuras, destacou-se a importância de garantir a continuidade das políticas públicas, adotar modelo de trabalho inter-setorial, promover a inclusão digital, modernizar os canais de comunicação e promover a participação popular na elaboração e na avaliação das políticas. A pandemia apontou para a fome e os desafios da oferta de educação como gargalos centrais em cenários de crises múltiplas. Portanto, as discussões sugeriram priorizar recursos públicos para essas áreas, em políticas de geração de renda, promoção de direitos trabalhistas e de auxílio estudantil. O debate apontou, ainda, para falhas na temporalidade e na burocratização estatal, recomendando a escuta do território e a maior integração entre poder público, setor privado e sociedade civil como caminho importante de construção.

Foi destacada a resiliência das favelas durante a pandemia, evidenciando sua capacidade de adaptação e busca por soluções internas para enfrentar desafios. A articulação no território revelou a força e a determinação dos moradores em tempos difíceis, destacando a importância de conhecer as pessoas do local para lidar com os problemas de maneira mais integral. Nas áreas periféricas, onde a presença do Estado é limitada, instituições sociais e centros religiosos desempenham um papel crucial no nível local, formando parcerias para suprir lacunas nas políticas públicas. Cuidado e empatia foram elementos-chave na atuação local e o trabalho comunitário por meio das redes de solidariedade mostrou-se fundamental para garantir a eficácia das ações de comunicação e enfrentamento. Nas comunidades também surgiram projetos inovadores de base empreendedora nas comunidades durante a pandemia, destacando o potencial do aproveitamento dos recursos locais. Esse “empreendedorismo por necessidade” se tornou uma realidade para muitos jovens da periferia, levando a um aumento no interesse por capacitações e suporte

para formalização de negócios. Destaca-se, também, o protagonismo feminino nos movimentos de base comunitária, com as mulheres buscando independência financeira e inclusão no mercado de trabalho.

O combate às fake news também foi destacado como uma ação crucial das organizações comunitárias durante a pandemia, com estratégias como a curadoria de informações e o contato com outras instituições e profissionais para a verificação das mesmas. O investimento em canais de comunicação, como rádios comunitárias e iniciativas de mídia local, foi fundamental também para fortalecer a autorepresentação da comunidade, utilizando redes sociais para construir contra-argumentos e mudar narrativas externas e estereotipadas sobre a favela.

O eixo da educação foi levantado pela maioria dos jovens como a dimensão de maior impacto na pandemia. As discussões apontaram para várias críticas às instituições escolares e às políticas públicas adotadas, especialmente em relação às dificuldades da equipe escolar na adaptação, na implementação do ensino remoto e no retorno ao presencial, e à fragilidade na comunicação e no apoio direcionado para as famílias durante a pandemia. Os jovens destacaram o impacto do ensino remoto na saúde mental, com muitos estudantes enfrentando desestímulo e falta de desejo de aprender. Isso também foi associado a uma perda de habilidades de socialização e um medo de interagir com outras pessoas no retorno ao presencial. Dentre as recomendações, destacou-se: o investimento em maior acompanhamento dos alunos, priorizando o apoio em vez da cobrança; a construção de ferramentas de apoio psicológico nas escolas, como parcerias com unidades básicas de saúde e fortalecimento da rede de proteção às crianças e jovens; o estímulo ao fortalecimento da organização estudantil para oferecer apoio mútuo e superar os desafios enfrentados; a promoção da inclusão digital, promovendo o letramento digital e o acesso gratuito à internet, combinados com políticas flexíveis para reconhecer as necessidades específicas das famílias atendidas; e a priorização da promoção da educação não apenas no espaço da escola, mas também nas organizações comunitárias, integrada a outros direitos.

O eixo da alimentação foi levantado pela maioria dos representantes das organizações presentes como a dimensão de maior impacto na pandemia, tendo em vista o agravamento da situação de fome e da importância da nutrição como elemento essencial para o bem-estar físico e mental. Para muitos jovens, a crise alimentar resultou em mudanças nos padrões alimentares, principalmente devido à dificuldade de acessar certos alimentos, agravados pela falta de recursos financeiros e pelo aumento do desemprego. A pandemia também dificultou o acesso a programas de alimentação escolar, fonte importante de refeições balanceadas e nutritivas para crianças e jovens periféricos. Dentre as recomendações, destacou-se a expansão de programas de assistência alimentar, a criação de redes de distribuição de alimentos e o apoio a iniciativas locais de produção de alimentos.

No eixo do lazer, destacou-se a necessidade de ampliar a oferta de espaços de lazer para além do ambiente escolar, garantindo que os jovens das comunidades periféricas tenham acesso a espaços públicos e a atividades recreativas em diferentes locais. Foi, então, sugerido que o conceito de lazer seja ampliado para incluir outros espaços de convivência além da escola. Além disso, foi apontada a dimensão do consumo como lazer e como importante fonte de entretenimento nas periferias, a qual também deve ser incentivada e facilitada. Dentre as recomendações, destacou-se que as políticas de promoção do lazer recebam maior prioridade por parte do governo e que sejam adotadas políticas mais abrangentes e que atendam às necessidades diversificadas das comunidades periféricas. Além disso, apontou-se para a importância do tempo para o ócio, inclusive dentro do ambiente escolar.

Por fim, a dimensão da saúde mental, especialmente entre crianças e adolescentes, ganhou destaque durante a pandemia. Vários fatores contribuíram para desafios nessa área, incluindo a interrupção das atividades escolares, a falta de espaços de lazer nas comunidades e conflitos familiares decorrentes do confinamento. Dentre as recomendações, foi apontado o papel crucial do apoio institucional na promoção da saúde mental dos jovens, de práticas coletivas e de tratamentos individuais especializados.



Figura 7 – Facilitação gráfica do encontro realizado na FSP/USP

Fonte: Acervo da pesquisa. Elaborado por Ingrid Batista Vieira.

Considerações finais

“Às vezes, sentíamos um nó na garganta e não tínhamos a oportunidade de falar. Por meio deste projeto de pesquisa, começamos a refletir, a lembrar, e tivemos a chance de colocar tudo para fora” (Jovem morador de Paraisópolis).

“A pandemia foi vista apenas como uma doença, uma fase. Ninguém nunca perguntou como era ficar trancado dentro de casa por um ano... Sempre falavam sobre como a pandemia afetou a rotina da população. Mas nunca perguntaram a nossa perspectiva – como vivenciamos isso e como lidamos com a situação” (Jovem morador de Heliópolis).

No Brasil, a pandemia de Covid-19 ocorreu em um contexto de desmonte de políticas públicas e retrocessos em direitos, sob uma gestão federal marcada pelo negacionismo. Em meio a múltiplas crises – sanitária, econômica, política e social – a insegurança alimentar rapidamente se tornou um dos principais desafios para muitas famílias, agravada pelo aumento dos problemas de saúde mental entre os jovens. Diante da omissão do Estado, periferias e comunidades urbanas se mobilizaram para formar amplas redes de cuidado e proteção, garantindo respostas essenciais nas áreas de educação, alimentação e lazer.

A colaboração entre organizações já atuantes nesses territórios e a mobilização de novos atores sociais fortaleceram o capital social local, possibilitando uma resposta coletiva mais eficaz aos desafios enfrentados. Essa capacidade de transformação institucional foi impulsionada por investimentos estratégicos em comunicação, essenciais para captar recursos, atrair voluntários, combater a desinformação e ampliar o impacto das ações. As experiências de auto-organização comunitária evidenciam o poder da solidariedade e da criatividade na superação de crises, demonstrando que a resiliência é um processo coletivo fundamentado em saberes e práticas locais. Nesse contexto, o protagonismo juvenil, especialmente em iniciativas intergeracionais, desempenhou importante papel na construção de comunidades mais fortes e inclusivas.

A experiência da pandemia destacou a importância do conhecimento local na gestão de crises, reforçando a necessidade de incorporar o que Lipsky (2019) chamou de “burocracia de

nível de rua” às políticas públicas, garantindo maior aderência às diversas realidades e especificidades dos territórios. A partir das experiências e desafios enfrentados por jovens nesse período pandêmico, temos a clareza para afirmar que eles são reconhecidos como parte das soluções no enfrentamento das crises complexas atuais. Passados alguns anos do início da pandemia, algumas práticas adaptativas comunitárias conseguiram se expandir, enquanto outras não se sustentaram, em grande parte devido à dificuldade de manter o trabalho voluntário por longos períodos e à drástica redução de doações. A sustentabilidade dessas iniciativas permanece um desafio, exigindo novos modelos de apoio e financiamento para garantir o atendimento contínuo aos grupos ouvidos pela pesquisa. O esgotamento de recursos e a sobrecarga dos voluntários evidenciam a urgência de estratégias mais estruturadas que assegurem a continuidade e a eficácia dessas práticas.

O fechamento das escolas durante a pandemia teve um impacto profundo na vida de crianças e jovens, reafirmando o papel central das escolas públicas como espaços essenciais para socialização, construção de vínculos e acesso a políticas públicas e direitos (Silva et al., 2022a). Diante dos desafios gerados pela pandemia, especialmente no aprofundamento das desigualdades preexistentes e na saúde mental dos estudantes, torna-se fundamental que as políticas educacionais considerem a escuta ativa dos jovens. O fortalecimento das relações entre alunos e professores, aliado a uma maior participação da comunidade nas decisões escolares, emerge como um caminho necessário para uma educação mais inclusiva e alinhada às demandas e potencialidades dos territórios. As escolas foram compreendidas como recursos que geram benefícios muito além de seu papel elementar na educação formal. Apesar de haver consenso e direcionamento político nesse sentido, a pandemia realmente demonstrou quanto ao protagonismo e potencialidade das escolas, por outro lado, o isolamento social e a impossibilidade de os jovens irem às escolas também demonstrou problemas amplificados, como nos prejuízos em lazer e socialização.

A preparação para crises e a construção de resiliência envolvem estratégias que vão além da resposta emergencial, incorporando ações contínuas, formativas e estruturais voltadas para o cuidado e a promoção da autonomia. No campo da educação, essa transformação passa por princípios humanísticos, interseccionais e emancipatórios, evitando transições que reforcem modelos opressores e militarizados. Nesse contexto, a escola reafirma seu papel como um espaço central na vida juvenil, especialmente no enfrentamento de crises urbanas e sociais. Sua interrupção, como ocorreu durante a pandemia, não significou apenas a perda do aprendizado formal, mas também o rompimento com redes de apoio, espaços de socialização e oportunidades de lazer. A crescente dependência tecnológica, embora tenha possibilitado a continuidade das atividades educacionais, gerou impactos que exigem análise crítica, como o agravamento das

desigualdades digitais, lacunas de sociabilidade, e a fragmentação da experiência educacional. O enfrentamento dessas questões se torna essencial para garantir que as soluções adotadas fortaleçam a participação, a equidade e a dignidade das comunidades afetadas.

A pandemia intensificou a insegurança alimentar no Brasil, afetando de forma desigual crianças e jovens nas periferias e evidenciando o desmonte de políticas públicas, além da crescente dependência das redes de solidariedade comunitária. A atuação das organizações da sociedade civil desempenhou um papel central na mitigação dos impactos da fome, mobilizando doações, distribuindo alimentos e implementando estratégias inovadoras, como hortas comunitárias e cozinhas solidárias, que fortaleceram a resiliência, a economia e a autonomia local. Apesar da importância da assistência emergencial, a ausência de políticas públicas constitucionais de proteção social sustentáveis e integradas, somada à alta dos preços dos alimentos e à desorganização na distribuição de recursos, reforçou a urgência de fortalecer a proteção social e garantir a segurança alimentar de maneira estruturada e duradoura.

A necessidade de distanciamento social, aliada à falta de acesso ao brincar e ao lazer nos territórios pesquisados, reforçou o papel central das escolas na socialização e no bem-estar, ao mesmo tempo em que evidenciou desigualdades estruturais na distribuição de espaços públicos e na mobilidade urbana. Com o fechamento de escolas e equipamentos de lazer, iniciativas comunitárias buscaram alternativas, adaptando projetos culturais para formatos virtuais e distribuindo kits lúdicos, enquanto crianças e jovens recorreram a estratégias de transgressão, como a ocupação de ruas e eventos clandestinos, para minimizar o isolamento. O uso intensivo de tecnologia redefiniu as formas de lazer e socialização, mas também trouxe desafios, como a dependência digital, a exposição ampliada à violência nas redes e impactos na educação, dificultando o retorno às interações presenciais. A imersão nas tecnologias digitais no período da pandemia certamente precisa ser melhor compreendida, sobretudo pela forma como deve ter afetado e redefinido comportamentos dos jovens e, até mesmo, gerado uma maior dependência destes recursos. Além disso, o agravamento do sofrimento mental, intensificado pelo aumento da violência doméstica e pela perda de espaços de convivência, mobilizou organizações comunitárias na criação de estratégias de acolhimento, defesa de políticas de apoio psicológico e promoção de atividades ao ar livre para mitigar esses efeitos.

No contexto da pandemia, estes jovens enfrentaram a invisibilidade nas políticas públicas e dificuldades de acesso a espaços de participação, mas demonstraram resiliência ao se engajar em ações de solidariedade, como a distribuição de alimentos, máscaras e informações de saúde. Apesar do abandono estatal e da desmotivação gerada por essa ausência, a experiência da crise sanitária fortaleceu a consciência coletiva e a mobilização juvenil, impulsionando muitos a assumir papéis de liderança comunitária e a reivindicar maior participação nas decisões que impac-

tam suas vidas. A atuação dos jovens, conforme esta pesquisa demonstra, também os colocou como partícipes de ações transformadoras, ampliando a resiliência das comunidades aos impactos da pandemia. Isso ficou claro, por exemplo, no protagonismo de jovens e comunidades em processos de distribuição de alimentos durante os períodos mais críticos de isolamento social. O fortalecimento de redes comunitárias e a valorização da participação ativa de crianças e jovens são fundamentais para a construção de espaços de decisão e transformação social, promovendo a garantia de direitos e o desenvolvimento pleno dessa geração.

Referências

- ALANEN, L. Generational order. In: QVORTRUP, J. et al. (ed.). **The Palgrave handbook of childhood studies**. London: Springer, 2009. p. 159-174. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-230-27468-6_11 Acesso em: 06 fev. 2025.
- ANDRADE, S. M. B.; LIMA, G. I.; SANTOS, K. R. V.; RODRIGUES NECA, B. D.; SANTOS, T. L. O. S.; CERDEIRA, M. P.; RECHIA, S. Lazer na cidade em tempos de pandemia: construindo diálogos com a comunidade. **Extensão Em Foco**, v. 23, 2021. <https://doi.org/10.5380/ef.v0i23.80613>
- ANDRES, L.; MOAWAD, P.; KRAFTL, P.; DENOON-STEVENSON, S.; MARAIS, L.; MATAMANDA, A.; BIZZOTTO, L.; GIATTI, L.; MUSUMECI, L.; BENINI, L.; RAMAGLIA, F.; SANTOS, S. Impactos da COVID-19 em crianças e jovens e adaptações relacionadas na Educação, na Alimentação e no Lazer: Panoramas Nacionais e Internacional. **PANEX-Youth WP2. Relatório Completo**. PANEX, 2023. Disponível em: <https://PANEXyouth.com/> Acesso em: 06 fev. 2025.
- APÉ – ESTUDOS EM MOBILIDADE. **Percepção de comunidades escolares acerca das possibilidades de Reabertura das Escolas**. 2021. Disponível em: <http://apemobilidade.org/publicacoes/> Acesso em: 06 fev. 2024.
- BERTONI, E. O que a ciência diz sobre o toque de recolher na pandemia. **Nexo Jornal**, 24 fev. 2021.
- BOULLOSA, R. F.; PERES, J. L. P. The democratic transformation of public policy through community activism in Brazil. **Policy and Politics**, v. 50, n. 3, p. 341-361, 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional da Juventude. **Relatório sobre juventude e exclusão digital**. Brasília: CONJUVÉ, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia**. 2022. Disponível em: <https://painelcovid-seb.mec.gov.brhttps://painelcovid-seb.mec.gov.br> Acesso em: 06 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino médio tem maior taxa de evasão da educação básica**. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica> Acesso em: 06 fev. 2025.

BROUWER, F. et al. Advancing the resource nexus concept for research and practice. **SNF**, v. 31, p. 41-65, 2023. <https://doi.org/10.1007/s00550-024-00533-1>

BÚSSOLA. Esportes eletrônicos ganham força durante a pandemia. **Revista Exame**, 29 out. 2021.

CAMPOS, A.; JAIME, P.; CAMPELLO, T. Aos pobres, as salsichas. **Nexo Jornal**, 26 maio 2022.

CETIC.BR. **Pesquisa sobre uso de tecnologias digitais**. São Paulo: CETIC, 2020.

CETIC.BR. **Impactos do ensino remoto no Brasil**. São Paulo: CETIC, 2021.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013. Disponível em: <https://locus.ufv.br/bitstreams/e77eff94-ba40-4e2e-b4cb-3dc64f7f6b58/download> Acesso em: 06 fev. 2025.

DI GIULIO, G. M.; MENDES, I.; CAMPOS, F.; NUNES, J. Risk governance in the response to global health emergencies: understanding the governance of chaos in Brazil's handling of the Covid-19 pandemic. **Health Policy and Planning**, v. 38, n. 5, p. 593-608, 2023. <https://doi.org/10.1093/healthpol/czad016>

DOMINGOS, A. L. G.; MITKIEWICZ, J. M.; SALDIVA, P. H. N. Providing support to underprivileged people during the COVID-19 pandemic in Brazil: the role of the Trust Group and women leaders in São Paulo's favelas. **Cities & Health**, v. 7, n. 1, p. 41-45, 2022. <https://doi.org/10.1080/23748834.2022.2111192>

ESTEVE, J. M. Mudanças Sociais e Função Docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1999.

GIATTI, L. L.; URBINATTI, A. M.; CARVALHO, C. M.; BEDRAN-MARTINS, A. M.; SANTOS, I. P. O.; HONDA, S. O.; FRACALANZA, A. P.; JACOBI, P. R. Nexus of exclusion and challenges for sustainability and health in an urban periphery in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 7, e00007918, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00007918>

GIATTI, L. L.; RIBEIRO, R. A.; NAVA, A. F. D.; GUTBERLET, J. Emerging complexities and rising omission: Contrasts among socio-ecological contexts of infectious diseases, research and policy in Brazil. **Genetics and Molecular Biology**, v. 44, suppl 1, e20200229, 2021. <https://doi.org/10.1590/1678-4685-GMB-2020-0229>

GONÇALVES, A.; GUARÃ, I. Redes de proteção social na comunidade. In: **Redes de proteção social**. Secretaria de Direitos Humanos, Brasília: Senac, 2010.

GOUVÊA, M.; CARVALHO, L.; FREITAS, F.; BIZZOTTO, L. El protagonismo infantil en los movimientos sociales contemporáneos en Brasil. **Sociedad e Infancias**, v. 3, p. 21-23, 2019.

INSTITUTO ALANA. **Relatório 2020**. São Paulo, 2020.

INSTITUTO NATURA. **Coletânea**: Roda de Conversas 2023. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2024/03/Coletanea-Roda-de-Conversas-2023.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2025.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. São Paulo. **Plano de bairro**: Jardim Pantanal: fase II. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil; Instituto Alana, 2024.

KHAN, Z. et al. Emerging Themes and Future Directions of Multi-Sector Nexus Research and Implementation. **Frontiers in Environmental Science**, v. 10, p. 45-67, 2022.

LECLER, G.; MOLL, J. Educação integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade? **Em Aberto**, v. 25, n. 88, p. 17-49, 2012.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Tradução de Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: ENAP, 2019. 430 p.

LOCOMOTIVA; DATA FAVELA. **Impacto da pandemia em favelas brasileiras**. Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, K. P. S. et al. Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e obesidade. **Asklepion: Informação em Saúde**, v. 1, n. 2, p. 113-132, 2021.

MAYER, B. S.; NOGUEIRA, C. D.; KOLCHRAIBER, F. C.; CUNHA, G. R. Pão, proteção, poesia e plantio: a garantia do direito humano à literatura em contexto de pandemia. **Revista do Museu da Cidade de São Paulo**, v. 2, n. 2, 2021.

NASSIF-PIRES, L.; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. L. M. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. **Nota de Política Econômica nº 010**. São Paulo: MADE/USP, 2021.

NETO, T. **Definir juventude como ato político**: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. A cidade e seus jovens. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2017. p.119-136.

NEWTON, C.; ROCCO, R. Actually Existing Commons: Using the Commons to Reclaim the City. **Social Inclusion**, v. 10, n. 1, p. 91-102, 2022. <https://doi.org/10.17645/si.v10i1.4838>

OECD. **Education in Brazil**: An International Perspective. Paris: OECD Publishing, 2021. <https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>

PELLANDA, A.; FROSSARD, M. **Crianças e adolescentes em territórios vulneráveis**. São Paulo: Outras Expressões, Campanha Nacional à Educação, 2022.

PEREIRA, A. S.; CAMPOS, F. M.; SANTOS, C. R. B.; LIMA, E. C. S.; MOCELLIN, M. C.; SERRA, G. M. A.; FERREIRINHA, M. L. C.; AZEVEDO, A. B. C. Desafios na execução do programa nacional de ali-

mentação escolar durante a pandemia pela COVID-19 / Challenges of the national school meals program during the COVID-19 pandemic. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 63268–63282, 2020. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-674>.

REDE NAI-FEUSP; INSTITUTO LIDAS. **Tablets SME-PMSP**: Relatório de Análises, 2021. Disponível em: <https://sites.usp.br/naifeusp/wp-content/uploads/sites/945/2022/07/Relatorio-de-Analise-dos-Tablets.pdf> Acesso em: 06 fev. 2025.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar no Brasil**: 2021. São Paulo, 2021.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar no Brasil**: 2022. São Paulo, 2022.

RODRIGUES, J. M. C.; SANTOS, P. M. G. (Org.) **Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia**. João Pessoa: Editora CCTA, Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/reflexoes-e-desafios-das-novas-praticas-docentes-em-tempos-de-pandemia/reflexoes-e-desafios-das-novas-praticas-docentes-em-tempos-de-pandemia.pdf> Acesso em: 05 fev. 2025.

SAMJI, H.; WU, J.; LADAK, A.; VOSSEN, C.; STEWART, E.; DOVE, N.; LONG, D.; SNELL, G. Review: Mental health impacts of the COVID-19 pandemic on children and youth – a systematic review. **Child and Adolescent Mental Health**, v. 27, n. 2, p.173-189, 2022. <https://doi.org/10.1111/camh.12501>

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SENKEVICS, A.; CARVALHO, M. Ofício de vestibulando: impasses da juventude na transição para o ensino superior. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. 0-3, 2023. <https://doi.org/10.1590/sl678-4634202349260961>

SCHALL, B; GONÇALVES, F. R.; VALENTE, P. A.; ROCHA, M.; CHAVES, B. S.; PORTO, P.; MOREIRA, A. M.; PIMENTA, D. N. Gênero e Insegurança Alimentar na Pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n.11, p. 4145-4154, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022711.07502022>

SILVA, E.; VAZ, F. M. **Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10414> Acesso em: 05 fev. 2025.

SILVA, I. O.; LUZ, I. R.; CARVALHO, L. D.; GOUVÊA, M. C. S. A escola na ausência da escola: reflexões das crianças durante a pandemia. **Cadernos CEDES**, v. 42, n.118, p. 270-282, 2022a. <https://doi.org/10.1590/CC253117>

SILVA, I. O.; LUZ, I. R.; CARVALHO, L. D.; GOUVÊA, M. C. S. **Infância e pandemia**: escuta de experiências das crianças. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022b.

SILVA, P. K.; OLIVEN, R. G. Filantropocapitalismo versus filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza. **Mana**, v. 26, n. 1, 2020.

SOUZA, P. **Literatura de quilombo**: práticas culturais e a formação de leitores na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SWINBURN, B. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)

TEBET, G.; ABRAMOWICZ, A.; LOPES, J. A make-believe confinement for Brazilian young children in the COVID-19 pandemic. **Children's Geographies**, v. 20, n. 4, p. 421-426, 2021. <https://doi.org/10.1080/14733285.2021.1928602>

UNAS. União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região. Disponível em: <https://www.unas.org.br> Acesso em: 06 fev. 2025.

UNESCO. **Education**: From disruption to recovery. 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse> Acesso em: 06 fev. 2025.

VENDRAMETTO, L.; JACOBI, P.; GIATTI, L. Resiliência urbana em uma perspectiva sistêmica. **arq. Urb**, v. 32, p. 82-93, 2021. <https://doi.org/10.37916/arqurb.vi32.547>

VIEIRA, M. F.; SECO, C. A educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação (RBIE)**, v. 28, p. 1013-1031, 2020. <https://doi.org/10.5753/RBIE.2020.28.0.1013>

WERNECK, G. L.; BAHIA, L.; MOREIRA, J. P. L.; SCHEFFER, M. **Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil** São Paulo: IDEC, 2021. Disponível em: https://idec.org.br/sites/default/files/mortes_evitaveis_por_covid-19_no_brasil_para_internet_1.pdf Acesso em: 06 fev. 2025.

Sobre os Autores

Bruno de Holanda Felipe é coordenador do Projeto Diagnóstico Territorial Colaborativo, em Heliópolis. Possui experiência como pesquisador no Observatório De Olho Na Quebrada e traz uma perspectiva única, sendo, antes de tudo, um jovem de Heliópolis que cresceu e percebeu que o mundo é grande mesmo.

Ingrid Batista Vieira é graduanda do curso de Saúde Pública, na Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), atuou com a produção de conteúdo sobre a presente pesquisa e atualmente está em processo de conclusão da sua primeira graduação. É entusiasta das políticas públicas, da arte manual, das coisas da vida e do cinema.

Laura de Seixas Benini é aluna de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e pretende construir uma carreira médica internacional na área de Cirurgia Geral. Admira Medicina Humanitária e deseja muito poder impactar a vida das pessoas através da saúde. Viajar é sua grande paixão, além de se divertir com seus amigos e família.

Lauren Andres é professora de Planejamento e Transformações Urbanas na Bartlett School of Planning, University College London. Através de suas pesquisas em diversas partes do mundo, busca dar voz àqueles que muitas vezes não são ouvidos, incluindo crianças e jovens.

Leandro Luiz Giatti é professor associado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, onde coordena atualmente o Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade. Apaixonado por pedalar na cidade de São Paulo, valoriza a pesquisa participativa em comunidades.

Leonardo Musumeci é arquiteto e urbanista, filósofo, educador e doutorando na Faculdade de Saúde Pública. É também diretor no Instituto de Arquitetos do Brasil – departamento São Paulo, e acredita firmemente na potência dos territórios e da pedagogia freireana para uma necessária transformação social.

Luciana Maciel Bizzotto é pesquisadora na área de Geografias da Infância. Foi pós-doutoranda na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, onde contribuiu para o desenvolvimento do projeto PANEX-Youth. Sua paixão é explorar diversos territórios a partir da perspectiva única das crianças.

Yorman Paredes Márquez é biólogo e professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Los Andes, na Venezuela. Atualmente, é doutorando na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, onde desenvolve uma pesquisa sobre resiliência e vulnerabilidade dos refugiados venezuelanos frente às mudanças climáticas na cidade de São Paulo. Seu trabalho busca promover estratégias colaborativas que fortaleçam o desenvolvimento social, contribuindo para a construção de comunidades preparadas para enfrentar os desafios ambientais e sociais.

